

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ANGLÍSTICOS



Que língua falamos,
quando falamos inglês?
Para o estudo do inglês como língua de comunicação
internacional

António Manuel Azevedo Gonçalves

MESTRADO EM ESTUDOS ANGLÍSTICOS
(Linguística Inglesa)

2007

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ANGLÍSTICOS



Que língua falamos,
quando falamos inglês?
Para o estudo do inglês como língua de comunicação
internacional

Dissertação orientada
pela Prof. Doutora Maria Luísa Fernandes Azuaga
e pelo Prof. Doutor Carlos A. M. Gouveia

António Manuel Azevedo Gonçalves

MESTRADO EM ESTUDOS ANGLÍSTICOS
(Linguística Inglesa)

2007

Agradecimentos

De diferentes maneiras, várias pessoas foram obrigadas a dar uma ajuda para que este trabalho acabasse reduzido a escrito e merecem, por isso, que lhes diga obrigado, ressaltando embora que nenhuma delas pode ser responsabilizada pelas insuficiências do resultado final:

À Ester (a mais exigente e menos entusiástica das leitoras), por tudo, simplesmente. Ao Carlos e ao professor Carlos A. M. Gouveia, pela impaciência e pelos empurrões. À professora Luísa Azuaga, pela (exagerada) confiança.

I would also like to thank professor Jennifer Jenkins, who generously allowed me to read part of her forthcoming book, and helped me find the key.

Duas amigas e colegas tiveram que ser especialmente pacientes nos últimos meses e prefiro agradecer-lhes do que pedir-lhes desculpa: a Natália, que teve que ouvir falar de ELF mais vezes do que é saudável, e a (outra) Luísa, que foi mais compreensiva com as minhas divididas atenções no local de trabalho.

Resumo

Esta dissertação tem como ponto de partida a situação sem precedentes criada pela difusão da língua inglesa no mundo, que se caracteriza pelo facto de o número de falantes nativos ser inferior ao de falantes não nativos e por um crescente número de interacções mediadas pelo inglês em que apenas os segundos participam. Se as normas das variedades nativas, nestas circunstâncias, são ainda as que melhor podem assegurar a inteligibilidade internacional, é a dúvida que recentemente tem vindo a ser suscitada.

Numa nova área de investigação a que se tem chamado ELF (*English as a lingua franca*), alguns linguistas alargaram aos usos do inglês no círculo em expansão a perspectiva endonormativa que permitira já o reconhecimento de variedades do inglês no círculo exterior. O principal objectivo é averiguar se existem características específicas dos usos do inglês como língua franca que sejam partilhadas pela maioria dos falantes de ELF.

Apresento sumariamente as conclusões de alguma da investigação já desenvolvida sobre a pragmática, a léxico-gramática e a fonologia do ELF, as quais parecem sugerir que podemos estar em presença de um núcleo de traços bastante difundidos, que seriam suficientes para justificar a substituição da perspectiva ‘deficitária’ inerente ao ensino do inglês como língua estrangeira, desde que o trabalho descritivo torne possível a codificação e que a variação detectada venha progressivamente a ser aceite.

Por fim, reflecto sobre as implicações de alargar a perspectiva endonormativa aos usos e ao ensino de géneros valorizados, uma vez que as comunidades académica e científica parecem bastante dependentes das normas das variedades nativas. Ainda que haja sinais de uma mudança, provocada pelo número crescente de falantes não nativos, as convenções genológicas continuam marcadas pelo enviesamento ‘nativista’. A orientação exonormativa dos falantes não nativos que pretendam aceder a estas comunidades é, assim, compreensível, tal como a abordagem contrastiva adoptada no ensino do inglês para fins académicos.

Para explicar o tipo de dificuldades que esta perspectiva cria a quem aprende inglês, recorro ao quadro da gramática sistémico-funcional, observando o modo como são realizadas as três variáveis do registo (campo, relações e modo), com destaque para os problemas colocados pelos recursos interpessoais.

Palavras-chave: *World English*; ELF (inglês como língua franca); EFL (inglês como língua estrangeira); género; registo.

Abstract

This dissertation takes as its starting point the unprecedented situation created by the spread of English around the world, in which non-native speakers outnumber native speakers, and increasingly use the language to interact with one another, rather than with native speakers. Whether in this kind of interaction inner circle norms remain the most likely to ensure international intelligibility has recently been called into question.

Within a new field of research known as ELF (English as a Lingua Franca), some linguists have extended to the uses of English in the expanding circle the endonormative perspective which has already ensured the recognition of outer circle varieties. The primary aim is to establish whether there are characteristics specific to the uses of English as a lingua franca that are distinct from native varieties and shared by most ELF users. I summarise the conclusions of some of the research carried out in recent years on the pragmatics, lexicogrammar and phonology of ELF. These seem to indicate we could at least be in the presence of a core of widespread features which would justify overturning the deficit perspective inherent in the teaching of English as a foreign language, providing the descriptive groundwork makes a codification possible, and acceptance of the detected variation then follows.

Finally, I explore the implications of extending the endonormative approach to the uses and teaching of valued genres, since academic and scientific discourse communities appear to be heavily dependent on the norms of native varieties. Even though signs of an ongoing change caused by the growing number of non-native speakers are already apparent, a native-speaker bias is still operative in the ‘gatekeeping’ role played by genre conventions. This explains both the exonormative orientation of non-native users who wish to gain entrance to such communities, and the contrastive approach adopted in the teaching of English for academic purposes (EAP).

In order to explain the kind of difficulties this bias creates for learners and further stress the need for a change of perspective, I resort to the systemic-functional grammar framework, considering how speakers/writers typically negotiate the three variables of register (field, tenor and mode), with special emphasis on the problems posed by interpersonal resources.

Keywords: World English; ELF (English as a lingua franca); EFL (English as a foreign language) genre; register.

Índice

Resumo.....	ii
Abstract	iii
Introdução – Um inglês excêntrico	5
Capítulo I – Inglês <i>no</i> mundo ou inglês <i>do</i> mundo?	10
1. Demografia e propriedade	10
2. <i>Pizza</i> ou <i>Big Mac</i> ?.....	14
3. Divergência e convergência	18
4. O inglês embalsamado ou o regresso a Babel?	23
5. Padrões locais: as novas variedades de inglês do círculo exterior	26
6. Um inglês padrão internacional?.....	28
Capítulo II – ELF: A função à procura de uma forma	33
1. O inglês não é uma língua estrangeira - ELF vs. EFL	33
2. Conceito(s) e objecto(s)	37
3. Descrições do ELF falado: cooperação e regularização.....	43
4. Jennifer Jenkins e a fonologia do inglês como língua franca.....	50
4.1. Um modelo realista	50
4.2. Transferência fonológica e questões de inteligibilidade	53
4.3. <i>Lingua Franca Core</i> : inteligível, ensinável, aprendível	55
4.4. Pronúncia e acomodação	58
4.5. Críticas, reservas e mal-entendidos	59
Capítulo III – Géneros do discurso e o futuro do ELF.....	64
1. O inglês na universidade, o efeito <i>Microsoft</i> e o ELFA.....	64
2. Géneros do discurso e competência comunicativa.....	69
3. Conhecimento dos géneros e variáveis do registo	74
3.1. Campo	75
3.2. Modo	76
3.3. Relações	79
4. A especificidade intercultural do ELF	84
Conclusão: A língua que falamos, quando falamos inglês	90
Referências.....	94

Introdução – Um inglês excêntrico

Consuetudo loquendi est in motu.
[the vernacular is always in motion].
(Varrão, 116-27 a. C.
citado em Chambers *et al* 2002)

I feel I am always dealing in linguistic half-truths.
(Crystal 2007: xi)

Para um professor de inglês que levante a cabeça do manual escolar e olhe para fora da sua sala de aula, estes deveriam ser tempos de alguma inquietação. O inglês lá fora já não é o que era. As condições em que a língua é ensinada, porém, bem como a insuficiente tradução da linguística aplicada em aplicações da linguística, sustentam uma confortável ficção de estabilidade e uniformidade quanto à matéria leccionável. Contudo, ela move-se.

As páginas que se seguem são uma reflexão sobre mudança e variação linguísticas e sobre a necessidade de actualizar alguns conceitos para melhor compreender o que de novo se passa com a língua inglesa que julgávamos conhecer. Esta não é, contudo, uma reflexão sobre a língua dos ingleses, é antes uma reflexão sobre a “nossa” língua inglesa. Não é uma reflexão, portanto, sobre essa língua estrangeira que a escola (pensa que) ensina, mas sobre a língua franca que talvez devesse ensinar. Aquilo que aqui proponho é, num primeiro momento, explicar de que modo o inglês como língua franca recentemente se impôs à consideração dos linguistas. Em seguida, tentarei dar conta do que estes mesmos linguistas já fizeram para o descrever e caracterizar. Por fim, procurarei antecipar linhas de investigação possíveis num quadro teórico que permita dar conta dos usos da língua em toda a sua gama funcional.

A difusão acelerada do inglês a que assistimos no último meio século não é um fenómeno de distribuição de um produto acabado, comparável à exportação de um refrigerante ou de um electrodoméstico. Se a língua está em permanente mudança, como já Varrão observava, e se a mudança ocorre também por força dos contextos sociais em que é usada, o inglês na diáspora só poderia ser um conjunto de realidades linguísticas diferenciadas. Brutt-Griffler (2002: 138) propõe que se pense o inglês no mundo como produto da acção de duas forças indissociáveis: difusão e mudança, ou mudança em consequência da própria difusão. Uma das manifestações desta mudança do inglês no mundo

foi o surgimento de variedades de inglês em todos os continentes. São variedades locais, nacionais ou regionais, que funcionam em geral como segunda língua, com funções internas, e que têm vindo a ganhar progressivo reconhecimento. Mas o inglês difundiu-se também em países que o não adoptaram oficialmente, para os quais é muitas vezes a língua preferencial dos contactos internacionais.

Esta é, naturalmente, uma visão simplificada, mas que ajuda a estabelecer diferenças historicamente relevantes. Corresponde a uma maneira de representar a distribuição dos falantes de inglês em todo o mundo que se tornou familiar: o modelo de três círculos concêntricos de Kachru (1985: 12; 1992: 356). Cada um dos círculos representa um conjunto de países e distingue os modos como o inglês neles se estabeleceu, a maneira como é adquirido/aprendido pelos falantes e as funções que desempenha. Os países que Kachru colocou no *inner circle* (círculo interior) são aqueles cujos falantes designamos como nativos (Reino Unido, Estados Unidos, Irlanda ou Austrália). O *outer circle* (círculo exterior) compreende países nos quais o inglês é língua oficial e a segunda língua da generalidade dos falantes (como a Índia ou a Nigéria, por exemplo). Finalmente, o *expanding circle* (círculo em expansão) representa o número crescente de países nos quais o inglês se diz língua estrangeira e onde não desempenha (pelo menos oficialmente) funções internas. Sem questionar aqui a validade do modelo, adopto as designações, que passo a usar em tradução, como forma abreviada de remeter para contextos sociolinguísticos diferentes.

Há, no entanto, outras boas razões para seguir Kachru. De facto, a reflexão que proponho nas páginas seguintes inscreve-se numa fase de desenvolvimento recente de um paradigma nos estudos da língua inglesa pelo qual Braj Kachru foi um dos principais responsáveis. Podemos designar esse paradigma como *World English*, se quisermos sublinhar especialmente o carácter planetário da difusão da língua, ou *World Englishes*, se pretendermos assinalar como mais relevante a variação da mesma. Numa primeira fase, foram essencialmente as variedades do círculo exterior que ocuparam os investigadores, justificando o uso do plural. Mais recentemente, as atenções de alguns voltaram-se também para o que acontece nos países do círculo em expansão e, uma vez que nestes as funções que o inglês desempenha são fundamentalmente internacionais, ou seja, a língua é usada para interagir com pessoas de outros países, entrámos numa fase dos estudos do *World English* a que por vezes se chama *International English*, *English as an International Language* (EIL), ou *English as a Lingua Franca* (ELF). Sobre as vantagens e desvantagens destas designações, falarei no primeiro capítulo, bastando para já dizer que a terceira tem vindo a ser adoptada cada vez com maior frequência.

O enorme número de interações mediadas pelo inglês em contextos internacionais justifica que sobre elas exista a curiosidade científica de averiguar como é que funciona a comunicação mediada por uma língua que, muitas das vezes, não é a língua materna de nenhum dos interlocutores. Será o inglês usado nessas situações, necessariamente, uma espécie de *pidgin*, cujas regras são, em grande parte, circunstancialmente negociadas, ou será possível que tenha adquirido regras próprias, que o distingam das variedades conhecidas, descritas, codificadas e ensinadas? Haverá pelo menos um conjunto mínimo de traços partilhados que permite a compreensão mútua? Poderemos falar de uma verdadeira variedade internacional, ou supranacional, de uma supravarietade ou de um inglês padrão internacional?

Dado o carácter sem precedentes do fenómeno que a expansão do inglês constitui, sobretudo por se tratar da primeira língua viva que tem entre os não nativos o maior número de utilizadores, sugiro que pode ser metodologicamente proveitoso suspender o juízo relativamente a alguns conceitos que herdámos da descrição e classificação de realidades que não são absolutamente comparáveis com o objecto que nos ocupa, evitando transferi-los para este contexto sem previamente questionar a sua adequação.

Adoptando o ponto de vista do professor de inglês preocupado em estabelecer objectivos para os cursos que lecciona, o primeiro pressuposto da minha reflexão pode exprimir-se nestes termos: sendo mais provável que, para a maioria dos alunos das nossas escolas, a língua inglesa venha a ser no futuro, como para a maioria de nós já o é no presente, essencialmente um instrumento de comunicação com pessoas para as quais o inglês também não é a primeira língua, não estarão os nossos *curricula* e as nossas práticas pedagógicas desajustados da realidade? Da caracterização dessa realidade, bem como do que já foi feito e se pode ainda fazer para a conhecer melhor, ocupar-me-ei nos três capítulos seguintes, cujos objectivos passo a apresentar de forma resumida.

No primeiro capítulo, dou conta do deslocamento do centro de gravidade que o número de falantes de inglês não nativos provoca na configuração sociolinguística contemporânea e da necessidade de retirar consequências desse facto. A esse “descentramento”, porque é um fenómeno peculiar, que não se verificou antes com outras línguas, não me parece despropositado chamar a “excentricidade do inglês”, jogando com o duplo sentido do termo e com um dos estereótipos associados à cultura inglesa. Ainda que de forma breve, não poderia deixar de dar conta de algumas das preocupações suscitadas pela posição hegemónica do inglês no mundo, bem como pela potencial perda de inteligibilidade provocada pela divergência entre variedades locais. O papel que a “ideologia da padronização”, ou “ideologia

da língua padrão” (Milroy e Milroy 1999), desempenha na resistência ao reconhecimento de novas variedades do inglês merece também alguma atenção, até porque esteve no centro de um dos debates marcantes na afirmação do novo paradigma dos estudos ingleses a que acima aludi (Quirk 1990; Kachru 1991).

No segundo capítulo, começo por estabelecer uma distinção entre língua franca e língua estrangeira, para concluir que o inglês não é uma língua estrangeira igual às outras. Procuo depois definições satisfatórias de “inglês como língua franca”, uma vez que a acepção corrente de língua franca pode não traduzir com rigor a realidade em apreço. Em seguida, resumo as principais conclusões de alguns estudos recentes e de projectos de investigação em curso nos domínios da pragmática, da léxico-gramática e da fonologia daquilo a que já se convencionou chamar, simplesmente, ELF (acrónimo de *English as a Lingua Franca*). Trata-se de estudos e projectos de investigação cujo objecto é o inglês falado e que procuram eventuais traços distintivos da língua usada nas interacções entre falantes não nativos. A perspectiva neles adoptada é “endonormativa”, isto é, procuram descrever a língua falada sem avaliar como “erro” as diferenças encontradas, por referência às normas do inglês padrão, mas sim como possíveis normas emergentes. Por ser a área em que a investigação está mais avançada, dedico especial atenção aos aspectos da pronúncia do inglês como língua franca e às propostas de Jennifer Jenkins (2000; 2002) para o estabelecimento de um núcleo mínimo de traços que garantam a inteligibilidade.

O terceiro capítulo tem uma natureza essencialmente prospectiva e parte da convicção de que será pela exploração da dimensão funcional que se poderá obter um conhecimento mais profundo do que efectivamente caracteriza os usos do inglês como língua franca. Começo por fazer referência a um projecto de investigação em curso, sob a direcção de Anna Mauranen (2006b), que tem como objecto o inglês usado como língua franca em contexto académico. Linguisticamente mais exigente, este é um dos contextos que geralmente determinam uma orientação “exonormativa” dos falantes – uma aproximação tendencial às normas inglesa ou norte-americana. Sendo o discurso académico mediado por géneros cujo conhecimento constitui condição de acesso a determinadas comunidades disciplinares, pareceu-me importante reflectir sobre esta dimensão da competência linguística e comunicativa e sobre a natureza das dificuldades que falantes de inglês não nativos sentem na aproximação às normas de prestígio. Adoptei, para esse fim, o quadro sistémico-funcional, essencialmente porque permite distinguir com clareza diferentes níveis de análise, isolando os recursos linguísticos consoante a metafunção que servem na produção de significado.

Em certa medida, a adopção deste quadro teórico é uma resposta à sugestão de Kachru e Nelson (2001: 19) sobre o interesse em explorar a perspectiva funcional no estudo dos *World Englishes*. Pode revelar-se particularmente pertinente e interessante desenvolver esta perspectiva na investigação futura do inglês como língua franca, uma vez que os estudos já conhecidos sugerem a primazia dada neste tipo de interacção aos aspectos utilitários, ou seja, à eficácia na transmissão do significado ideacional, em detrimento das funções textual e interpessoal. Ao reflectir sobre as diferenças entre nativos e não nativos na maneira de utilizar os recursos das três variáveis do registo (campo, relações e modo), estou apenas a abrir uma porta para possíveis investigações futuras em que se passem a considerar os comportamentos linguísticos dos não nativos, inclusive na produção de géneros valorizados, numa perspectiva endonormantiva. Mesmo nos meios académico e científico, observa-se já uma tendência para a erosão acelerada do peso relativo de falantes para os quais o inglês é a primeira língua, tornando cada vez mais discutível a presunção de que as normas nativas são necessariamente as que melhor asseguram a inteligibilidade e uma comunicação bem sucedida.

Sendo o ELF uma área de investigação que só muito recentemente começou a adquirir autonomia e atendendo a que não se realizaram ainda em Portugal estudos empíricos sobre o assunto, pareceu-me importante explorar o tema sob um ponto de vista teórico, partindo embora dos resultados de alguma da investigação já desenvolvida, até como forma de desenhar os contornos de um objecto cujo conhecimento pode vir a revelar-se importante na redefinição futura de *curricula*, programas e critérios de avaliação. Ao longo dos meses de leituras que resultaram na escrita desta dissertação, deixei-me persuadir da pertinência de estudar o inglês como língua franca e de, para tal, adoptar uma perspectiva não “deficitária” na análise do desempenho linguístico dos falantes. No entanto, não é ainda possível fazer afirmações demasiado peremptórias e conclusivas relativamente a uma realidade linguística sobre a qual o que há para descobrir é muito mais do que aquilo que já foi descoberto.

Capítulo I – Inglês *no* mundo ou inglês *do* mundo?

There's one problem with International English. It's getting into the hands of foreigners.

(orador não identificado, citado em Gnutzmann 1999)

Sentiu uma pena imensa dos ingleses: deram a sua língua a tanta gente que acabaram por ficar sem língua alguma. A nossa língua materna, pensou, não pode ser um aeroporto por onde transitam as multidões apressadas, tem de ser um lugar de refúgio, um clube com direito de admissão reservado.

(José Eduardo Agualusa, 2000. *A Substância de Amor e Outras Crónicas.*)

1. Demografia e propriedade

A oitava conferência da *European Society for the Study of English* (ESSE-8, Londres, 29 de Agosto a 2 de Setembro de 2006) proporcionou uma observação prática, em microcosmo, da singular situação da língua inglesa no mundo no início do século XXI. A ironia do acontecimento, que estando longe de ser inédito, só em tempos recentes se tornou possível, não terá escapado a muitos dos presentes: realizada bem no centro da capital do país onde a diáspora da língua teve início, tendo os estudos ingleses como motivo congregador, ali foi possível assistir a inúmeros seminários, painéis e palestras em que, ou simplesmente não havia participantes cuja primeira língua fosse o inglês, ou a presença destes era tão minoritária que facilmente passaria despercebida. E, no entanto, o inglês foi a única língua utilizada em todas as comunicações, em todas as sessões de perguntas e respostas, bem como, seguramente, na grande maioria das interações informais em que os participantes se viram envolvidos à margem dos eventos programados. A ironia é ainda mais completa pelo facto de os objectos de estudo das disciplinas representadas serem a própria língua inglesa e a literatura nela produzida.

É seguramente tentador ver nesta ocorrência o simbólico fechamento de um círculo. O processo de expansão e difusão, em consequência do qual a língua inglesa adquiriu uma posição hegemónica, teve aqui, num regresso circunstancial ao centro irradiador, uma

manifestação paradoxal do fenómeno de descentramento e “expropriação” a que tem vindo a ser sujeita.

Desde o início do período dito pós-colonial e em ritmo acelerado com o fenómeno a que se convencionou chamar globalização, situações como aquela que acima descrevi parecem dar plena justificação às palavras de uma muito citada palestra de Widdowson sobre a “propriedade” do inglês (1993/2003) e à observação espirituosa que escolhi para primeira epígrafe deste capítulo. Mas o sentido da passagem habitualmente citada da conferência de Widdowson, retoricamente calculada para produzir um efeito de choque, parece hoje muitas vezes ser dado como adquirido, não se questionando o alcance prático da sua linguagem figurada. Julgo por isso pertinente lê-la de novo à luz de alguns factos relevantes sobre a situação actual do inglês no mundo:

How English develops in the world is no business whatever of native speakers in England, the United States, or anywhere else. They have no say in the matter, no right to intervene or pass judgment. They are irrelevant. (...) It is a matter of considerable pride and satisfaction for native speakers of English that their language is an international means of communication. But the point is that it is only international to the extent that it is not their language. It is not a property for them to lease out to others while still retaining the freehold. Other people actually own it. (Widdowson 2003: 43)

O que a conferência da ESSE em rigor reflecte, tal como centenas de eventos semelhantes que todos os anos têm lugar pelo mundo fora, é consequência da actual distribuição demográfica dos falantes/utilizadores do inglês e da função de língua franca que este desempenha em inúmeros contextos. Embora tendo crescido em termos absolutos, o número de falantes do inglês como primeira língua continua a diminuir relativamente ao número daqueles que o falam como segunda língua ou como língua estrangeira (Crystal 1997; 2004; Graddol 1997; 1999; 2006). A desproporção demográfica entre nativos e não nativos, não obstante a dificuldade por todos reconhecida de obter estatísticas e estimativas inteiramente rigorosas e actualizadas, permite afirmar que a esmagadora maioria das interacções mediadas pelo inglês, em contextos internacionais, não envolve falantes nativos e que, em termos práticos, a capacidade destes para intervir sobre os destinos do inglês, ou a possibilidade de exercerem alguma função de arbitragem sobre os seus usos como língua internacional só poderão ter tendência a diminuir.

O número de falantes nativos, de resto, não parece ser já um factor determinante para a preservação do lugar que o inglês ocupa como única língua verdadeiramente global: “Native-

speaker numbers may matter less than they used to in providing a world language status. The number of second language speakers are [sic] of growing importance” (Graddol 2006: 62). Poderemos mesmo ter atingido uma situação em que a sobrevivência do inglês como língua global é já completamente independente do papel que possam ter países como os Estados Unidos e o Reino Unido:

At the beginning of the twenty-first century some indicators seem to be suggesting that English may once again survive the framework that made it a lingua franca for a particular time and place. There are signs that the number of speakers has achieved a kind of critical mass which suggests English might persist in its lingua franca role even in a scenario where the United States was no longer the prime motor of globalisation. (Wright 2004: 155)

De Swaan (2001: 17) dissera já essencialmente o mesmo, falando de “inércia linguística” para exprimir a ideia de que o inglês está em condições de sobreviver à perda de peso político e económico dos países anglófonos. Afirmando que a difusão do inglês no último século se deve exclusivamente ao aumento do número de falantes para quem ele constitui segunda língua ou língua estrangeira, acrescenta ainda que a sua posição como centro do sistema linguístico mundial não só garante a sua “auto-preservação”, como assegura a sua “auto-expansão” (2001: 185). A escolha da língua estrangeira que se aprende é, segundo De Swann, determinada pelo seu “valor de comunicação” (valor-Q). O valor-Q de uma língua é calculado pela multiplicação do número de pessoas com as quais o contacto mediado por essa língua é possível – o que define a sua “prevalência” – pelo número de pessoas multilingues que têm essa língua no seu repertório, relativamente ao número total de falantes multilingues – o que define a sua “centralidade” (*ibidem*: 34). Quanto mais elevado o valor-Q de uma língua, mais desejável se torna a sua aquisição enquanto bem colectivo. Aprende-se inglês porque é a língua que nos pode pôr em contacto, directo ou indirecto, com o maior número de pessoas. Não fazer essa escolha pode significar optar pela auto-exclusão da mais vasta comunidade linguística do planeta e por uma drástica redução das possibilidades de acesso à informação, à cultura e ao entretenimento.

É a mesma ideia de auto-suficiência, ou “massa crítica”, que o número de falantes/utilizadores da língua inglesa atingiu no mundo, que permite a Graddol (2006: 101) avançar com a previsão de que, dentro de poucos anos, um terço da população mundial estará a aprender inglês e que, aquilo que há poucas décadas atrás constituía uma inegável vantagem competitiva, muito em breve não passará de uma competência básica que a todos será

exigível, sob pena de exclusão social, num fenómeno de “redistribuição da pobreza” (*ibidem*: 38) indissociável das tendências de desenvolvimento global que é possível observar em inúmeras áreas de actividade. As razões da possível sobrevivência do inglês como primeira língua residem, portanto, no facto de se ter tornado na língua preferencial de discursos e actividades que não são monopólio de nenhuma comunidade de falantes nativos:

It might survive because it has become the purveyor of the discourses of the dominating ideologies of Western democracy and neo-liberal free market Capitalism, the common language of the international scientific community, and the main medium of the new audio-visual and info tech networks whether or not these are US dominated. (Wright 2004: 155)

Se o futuro do inglês como primeira língua global está ou não assegurado, e por quanto tempo, não é a questão que aqui interessa discutir, mas este descentramento da posição da língua relativamente ao círculo interior de países e falantes que até aqui pareciam, e se sentiam, os seus donos e guardiões, é suficiente para lhe conferir um papel único na comunicação inter-cultural e justifica reflexão e estudo aprofundados. Por um lado, interessa descrever de que maneira cumpre esse papel em diferentes contextos, por forma a estudar os modos de aumentar a sua eficácia; por outro, será importante tentar avaliar até que ponto a relativa diminuição do número de falantes nativos tem já, ou poderá vir a ter no futuro, um reflexo directamente proporcional na perda de influência destes nas comunidades discursivas a que pertencem e quais as consequências possíveis dessa eventual alteração de posições relativas.

O que está verdadeiramente em causa não é, naturalmente, saber se os falantes nativos são, ou poderão vir a tornar-se, “irrelevantes”, mas sim averiguar se as normas linguísticas das duas variedades usadas como modelos para o ensino do inglês são ainda as que melhor podem servir o maior número de pessoas, num tempo em que a língua é usada, um pouco por todo o mundo, na ausência de representantes dessas mesmas variedades. Os falantes não nativos, cujo peso demográfico motiva este tipo de reflexão, não pertencem, porém, a um grupo sociolinguisticamente uniforme, o que imediatamente faria pressupor diferentes tendências de mudança linguística. A sua divisão tradicional em dois grandes grupos, acima referidos de passagem com a alusão a falantes do inglês como segunda língua e a falantes do inglês como língua estrangeira, justifica uma breve reflexão sobre um quadro de mudança, não exclusivamente linguística, e sobre os debates que na última década a têm problematizado, avaliando criticamente o papel do inglês no mundo, bem como o lugar dos

“novos ingleses” e do “inglês global” na reconceptualização de um objecto de estudo e da própria pedagogia da língua.

2. Pizza ou Big Mac?

The most popular food in the world is not the Big Mac. It's pizza. And what is pizza? It is just a flat piece of dough on which every culture puts its own distinctive foods and flavours. So Japan has sushi pizza and Bangkok has Thai pizza and Lebanon has mezze pizza. The flatworld platform is just like that pizza dough. It allows different cultures to season and flavour it as they like – and you are going to see that more now than ever.

(Friedman 2006: 506-07)

Antes mesmo da reflexão sobre o inglês que se ensina e dos “ingleses” que se deviam (ou não) ensinar, não podemos deixar de considerar as questões político-linguísticas e eco-linguísticas suscitadas pela posição hegemónica de uma única língua em quase todos os quadrantes geográficos e domínios de actividade. Podemos tentar aproximar-nos de uma explicação das mudanças em curso no quadro daquilo que Crystal (2004) designa como “revolução linguística”. Iniciada na segunda metade do século XX, ter-se-ia acentuado e adquirido novos contornos a partir do início dos anos 90. Caracterizar-se-ia agora pela conjugação de três factores: a emergência do inglês como a primeira língua verdadeiramente global; o desaparecimento, ou o risco iminente de extinção, de um grande número de línguas, e o efeito radical sobre línguas e comunicação produzido pelo aparecimento da Internet. É talvez a adição deste terceiro factor que justifica o termo “revolução”, dada a sua indiscutível influência na aceleração dos processos que adjectivamos como globais.

Os três fenómenos são, por assim dizer, manifestações linguísticas da globalização, e a sua interdependência apenas veio tornar mais evidente a relação tensa, que em rigor sempre existiu, entre o que é local e o que, vindo de fora, se afigura muitas vezes invasivo e imposto, mesmo quando voluntariamente importado, ou adoptado. Que o inglês apareça hoje, quase universalmente, como a primeira língua associada ao elemento invasor é um facto histórico novo, o que poderá em parte explicar alguns excessos metonímicos e metafóricos dos debates da última década e meia, em que a língua inglesa aparece como “imperialista” (Phillipson 1992) e “assassina” de outras línguas (Skutnabb-Kangas 2000; 2003), como se fosse parte exclusiva do arsenal bélico de duas ou três potências expansionistas e de uma política

concertada de imposição cultural, ou agente único do desequilíbrio do ecossistema linguístico e da extinção das espécies mais debilitadas. Embora o constante desaparecimento de línguas minoritárias esteja fora de dúvida, não só o fenómeno não é novo, como não é possível atribuir esta “extinção de espécies” a um único “predador”, nem a uma única causa (Crystal 2004: 52-57).¹

Como Crystal observa (2004: 48-49), embora seja impossível não reconhecer o impacto do inglês, enquanto primeira língua global, sobre muitas línguas minoritárias, não se pode igualmente ignorar que quaisquer outras línguas desempenharão papel hegemónico semelhante nos contextos em que sejam maioritárias. O desaparecimento de línguas não é seguramente desejável, mas nem a maior consciência do fenómeno, nem as políticas linguísticas que possam promover o seu estudo e preservação serão suficientes para impedir o inevitável. Em última análise, a única maneira de evitar a extinção seria um regresso impossível a um paraíso perdido, um mundo em que o contacto linguístico simplesmente não ocorresse, porque só num ambiente asséptico, de absoluta incomunicabilidade, seria possível impedir, se não a mudança, pelo menos a contaminação e a morte:

(...) a world where all six thousand of today's languages thrived would be, properly speaking, one where a great many peoples remained rooted to isolated hunter-gatherer, pastoral, or small-scale cultivational existences, untouched by the First World. (McWhorter 2001: 274)

Em geral, as situações em que o contacto linguístico ocorre são caracterizadas por desigualdades sociais, quer elas sejam provocadas por conquistas, colonização, migrações ou simples comércio (Sankoff 2002: 641). Uma das línguas em presença tende sempre a adquirir, no mínimo, uma posição de maior prestígio e, em última instância, a ocupar o lugar da(s) outra(s). Mas o contínuo entre os simples empréstimos lexicais de circunstância e a assimilação total de uma língua por outra é longo e tanto mais complexo, quanto mais complexas forem as circunstâncias económicas, políticas, culturais e sociolinguísticas em que o contacto ocorre e, ainda, quanto mais prolongado no tempo esse contacto for.

¹ O desaparecimento de línguas em grande escala terá mesmo começado com o aparecimento das primeiras comunidades agrícolas, por volta do ano 9000 a.C., em que a constante necessidade de arranjar mais terra cultivável, ditada pelo crescimento populacional, levou à progressiva expulsão e aniquilamento dos grupos de caçadores-recolectores e, com eles, de um número incalculável de línguas. Mas a extinção tornou-se muito mais acelerada com as sociedades capitalistas, a Revolução Industrial e as tendências centralizadoras dos vários nacionalismos, que viam na imposição de uma língua única um instrumento necessário do eficaz exercício do poder (McWhorter 2001: 259-61). Em resultado disso, 96 por cento da população mundial fala hoje uma das vinte principais línguas, das cerca de seis mil que se calcula que existam.

O equilíbrio do ecossistema linguístico é necessariamente instável e o número de variáveis em presença torna difícil qualquer tipo de previsão quanto ao resultado final. Nem mesmo a posição de hegemonia aparentemente inexpugnável que o inglês hoje ocupa permite prever que tal situação se mantenha inalterada por um prazo muito dilatado. Como Graddol ressalva (2006: 13), o “inglês global” pode revelar-se um fenómeno transitório e é possível que novas relações de poder económico e cultural venham dar origem a novos cenários sociolinguísticos. Mas parece seguro afirmar que quanto mais forem as línguas em presença, maior será a necessidade de adoptar a língua auxiliar partilhada pelo maior número de pessoas e/ou comunidades. Ou seja, nas circunstâncias actuais, a proliferação de línguas, em qualquer contexto, favorecerá geralmente a posição central do inglês. É o caso da União Europeia, por exemplo, em que o alargamento do número de países membros e o conseqüente aumento do número de línguas oficiais se traduz, de facto, no uso do inglês como primeira língua auxiliar, ou língua “oficiosa”. Traduzindo o título do capítulo que De Swaan (2001: 144) dedica precisamente à União Europeia, pode afirmar-se que “quanto mais línguas, mais inglês”.

Na maior parte dos casos, porém, o resultado não parece ser o desaparecimento de línguas locais, mas sim a emergência de situações de diglossia, as quais poderão, a prazo, evoluir nos mais diversos sentidos (De Swaan 2001: 187-8). É pelo menos isso o que parece ter acontecido nos países e regiões nos quais o inglês funciona como segunda língua (quer lhe chamemos língua oficial, auxiliar, ou mesmo língua franca), aqueles que, no modelo de três círculos concêntricos de Kachru (1985: 12; 1992: 356), são colocados no círculo exterior.

De um ponto de vista linguístico, podemos dizer que metáforas político-militares como *imperialismo*, *invasão*, *hegemonia*, *subordinação*, *dominação*, não constituem explicação suficiente para a difusão e mudança do inglês nos países que o adoptaram como segunda língua, nos quais ocorreu o processo a que Brutt-Griffler chama “macroaquisição” e que define do seguinte modo:

Macroacquisition is the acquisition of a second language by a speech community. It is a process of social second language acquisition, the embodiment of the process of language spread and change, or language change through its spread. This approach to World English has the potential to explain how a language can be “appropriated” by its speakers. (Brutt-Griffler 2002: 138)

Nestes casos, comunidades inteiras fizeram sua, para múltiplos fins, uma língua que alguns terão tentado impor-lhes, mas que os próprios sentiram, mais tarde ou mais cedo, necessidade de aprender. E não necessariamente, ou apenas, numa manifestação de

“hegemonia consentida” (Wright 2004: 156). De resto, a política linguística do império britânico, que na Índia hesitou entre anglicistas e orientalistas, nunca postulou sequer o ensino generalizado do inglês (Pennycook 1994: 82). Exceptuando a necessária formação de uma elite que garantisse o funcionamento do aparelho administrativo, a política colonial britânica tinha mesmo como propósito conter, e não fomentar, a difusão do inglês, baseando-se o sistema educativo no uso de outras línguas, não necessariamente locais, nem maternas, uma vez que o seu objectivo era unicamente garantir uma mão-de-obra pouco qualificada para a produção das matérias-primas de que a indústria da metrópole carecia (Brutt-Griffler 2002: 86-106; 2005: 31).

Além disso, se o inglês foi instrumento do colonialismo, também o foi da resistência ao mesmo; se começou por ser a língua do “outro”, também se tornou forma de exprimir uma nova identidade, conforme testemunham vários autores das novas literaturas de língua inglesa (ver, por exemplo, Pennycook 1994: 84-85). Centrar a análise do lugar e funções do inglês no mundo na imposição de cima para baixo de uma ideologia é ignorar o movimento de sentido oposto, accionado por todos aqueles que procuram ser parte activa do processo:

To see those who want to be part of global networks, structures and flows as completely hoodwinked by hegemonic manipulation from the heartland of Capitalism denies agency to the vast majority. It is difficult to accept that the individual subject is never competent and that their motivations and rationales do not sometimes develop from a dispassionate assessment of the opportunities open to them and the constraints operating on them. (Wright 2004: 170-1)

Do mesmo modo, seria também simplista e redutor atribuir a adopção do inglês como língua franca, nos mais diversos domínios de actividade, exclusivamente ao exercício da hegemonia imperial americana, uma vez que o poder económico, que seria o seu motor, tende igualmente a tornar-se cada vez mais alheio a estados e nações. Combater essa adopção, por outro lado, seria seguramente inútil e contraproducente, sobretudo quando assistimos à progressiva transformação do inglês em competência indispensável, ao nível mesmo da literacia elementar e dos conhecimentos de informática que permitem o uso dos programas de processamento de texto, de correio electrónico e de navegação na Internet. Uma atitude mais positiva, e potencialmente mais produtiva, para lidar com as desigualdades inevitavelmente decorrentes da posição do inglês no mundo, pode ser representada pelas seguintes palavras de Halliday (2003: 416-17):

Many people would like to resist this dominance of English. The strategic response would seem to be: do away with English. Don't teach it, or do anything to perpetuate its standing in the community. But most serious thinkers believe that that won't work: English is too deeply entrenched, and if people are deprived of the chance of learning it they are the ones who suffer. (...) Rather than trying to fight off global English, which at present seems a rather quixotic venture, those who seek to resist its baleful impact might do better to concentrate on transforming it, reshaping its meanings, and its meaning potential, in the way that the communities in the outer circle have already shown it can be done.

O que Halliday parece sugerir é que se coma *pizza* em vez de *Big Mac*, para adaptar à variabilidade do inglês, a que se tem chamado “nativização” ou “indigenização”, a metáfora com que Friedman (2006: 506-07) procura caracterizar o efeito nivelador e a plasticidade cultural da globalização. Sobre uma base comum, cada variedade faz uso de ingredientes locais. O que Halliday propõe não parece ser mais do que uma extensão consciente e crítica do processo de “macroaquisição” acima referido: uma apropriação progressiva dos recursos da língua inglesa para a criação de novas realidades linguísticas, dando outra forma “aos seus significados e ao seu potencial de significação” (Halliday 2003: 417).

À primeira vista, contudo, estes processos de “indigenização” pareceriam comprometer a inteligibilidade mútua, pondo em causa os benefícios que poderiam advir do facto de a língua ser partilhada por um número de pessoas cada vez maior.

3. Divergência e convergência

A mudança de paradigma nos estudos linguísticos que reflecte a consciência da variedade a que a difusão do inglês no mundo deu origem e das suas potenciais consequências para o estudo e ensino da língua é um fenómeno relativamente recente, cujos marcos fundadores foram talvez as conferências que, em 1978, tiveram lugar no East-West Center do Hawai e na Universidade do Illinois em Urbana-Champaign (Smith 1981; Kachru 1982). Mas a questão da “propriedade” da língua, da sua variação e da adequação das normas inglesa e americana aos novos contextos de utilização começara a ser colocada algum tempo antes, como a seguinte passagem, que curiosamente também tem a assinatura de Halliday, pode comprovar:

English is no longer the possession of the British, or even the British and the Americans, but an international language which increasing numbers of

people adopt for at least some of their purposes, (...) and this one language, English, exists in an increasingly large number of different varieties. (...) In West Africa, in the West Indies, and in Pakistan and India (...) it is no longer accepted by the majority that the English of England, with RP as its accent, are the only possible models of English to be set before the young. (Halliday, McIntosh e Stevens 1964: 293-94)

A realidade sociolinguística a que esta passagem alude, a mesma que constituiu a motivação central das duas conferências de 1978 acima referidas e da maioria dos estudos a que deram origem, é apenas uma das dimensões da internacionalização do inglês que contribuem para a sua posição central nas “constelações de línguas” contemporâneas (De Swaan 2001). Trata-se das variedades locais ou regionais do inglês que emergiram, essencialmente em consequência do passado colonial britânico, nos países do já mencionado círculo exterior de Kachru (1985: 12; 1992: 356). São contextos sócio-culturais em que, quer se tenha institucionalizado como língua oficial, “indigenizado” ou “nativizado” como segunda língua, ou simplesmente servido como língua franca, o inglês não apenas se estabeleceu em lugares longe da terra que lhe dera nome, como se tornou plural e sofreu afastamentos inevitáveis relativamente a um padrão doméstico de uniformidade mais ou menos idealizada. São estas variedades locais que têm merecido as designações, entre outras, de *New Englishes* ou *World Englishes*. A própria utilização ou não de maiúsculas nas várias designações, não apenas na posição adjectiva, mas até mesmo na posição nominal, é outra das variações possíveis que procuram dar conta da nova realidade linguística.²

Esta “multi-localização” do inglês produz necessariamente um efeito de divergência entre variedades que poderia configurar uma progressiva perda de inteligibilidade mútua, a qual, em última análise, estaria na origem de novas línguas. Era o que pensava Burchfield, por exemplo, que estabeleceu uma analogia com o caso do latim e da sua cisão nas várias línguas românicas para prever o progressivo afastamento entre as variedades do inglês (1985: 173). Porém, a este movimento divergente corresponde hoje um movimento de sentido contrário, em que a facilidade de contacto entre indivíduos, organizações, culturas e sociedades geograficamente distantes tende a fazer convergir variedades pela simples exposição mútua e necessidade de comunicação. Neste caso, não estamos necessariamente perante falantes de uma variedade local, por um lado, e falantes de uma variedade global, por outro, mas antes

² Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1989: 8), por exemplo, estabelecem a distinção entre *English* e *english*, o primeiro, para designar a língua que desde o centro do antigo império britânico se propusera como código padrão; o segundo, para referir o código linguístico transformado e subvertido nas diversas novas variedades um pouco por todo o mundo.

perante uma situação que não seria desajustado qualificar como de diglossia³ e/ou bilinguismo, reflexo da participação potencial de cada falante em duas comunidades linguísticas, quer elas sejam de duas variedades da mesma língua, quer de duas línguas diferentes:

World language divergence and convergence (...) reflect the multiple levels of speaker affiliation with the construct of *speech communities*. There are (at least) two contexts defined by speech communities in World English. One is the local (or national) speech community that plays the essential role in divergence. The second is the international speech community that forms the basis for convergence. (Brutt-Griffler 2002: 177)

É ao movimento de convergência, para o qual contribui a participação dos falantes nesta comunidade linguística internacional, que verdadeiramente se pode chamar “globalização” do inglês e é esta dimensão internacional que tem sido designada, entre outras coisas, como *Global English*, *International English*, *English as an International Language*, ou *English as a Lingua Franca*, numa indecisão/indefinição conceptual que só recentemente começou a ser objecto de tentativas de sistematização (McArthur 1999, 2004; Seidlhofer 2004; Erling 2004, 2005; Jenkins 2006a).

Nesta comunidade linguística global, em que a convergência no plano da expressão é condição necessária da inteligibilidade e a convergência no plano do conteúdo é condição necessária da comunicação, não participam apenas, como facilmente se pode depreender do que acima fica dito, falantes dos dois primeiros círculos. Dado o carácter global da comunidade linguística aqui em causa, a convergência só se pode produzir por efeito da participação de falantes dos três círculos do modelo de Kachru ou, para adoptar outros termos familiares na linguística aplicada e no ensino da língua, dos falantes do inglês como língua nativa/materna (*English as a Native Language*, ENL); como segunda língua (*English as a Second Language*, ESL) e como língua estrangeira (*English as a Foreign Language*, EFL).

A própria designação que Kachru escolheu para o terceiro círculo do seu modelo, círculo em expansão (1985: 12; 1992: 356), é indicativa do seu carácter aberto e, por isso mesmo, de contornos mais difíceis, se não impossíveis, de delimitar. Nele caberiam todos os países em que o inglês não desempenha funções internas e em que as pessoas o utilizam

³ O conceito de diglossia, originalmente exposto por Ferguson (1959), referia-se apenas à co-existência de dois ou mais dialectos de uma mesma língua, em que um deles desempenhava as funções de maior prestígio social. Fishman (1967) alargou o campo de aplicação a situações de bilinguismo, ou multilinguismo, em que cada uma das línguas ocupa diferentes domínios funcionais. É nesta segunda acepção que o conceito é relevante para os contextos sociolinguísticos que aqui interessa considerar.

unicamente para a comunicação internacional. Em todo o caso, a sua participação na “comunidade linguística” do *World English* (para manter a terminologia de Brutt-Griffler), contribui para o movimento de convergência entre variedades e, sendo o número de falantes deste círculo aquele que mais rapidamente pode crescer, a sua importância para o estudo do inglês que realmente se fala internacionalmente dificilmente pode ser ignorada. Tal como só é internacional porque já não é propriedade exclusiva dos falantes nativos, regressando às palavras de Widdowson (ver acima, pág. 11), o inglês também só é global porque pode ser “apropriado” para os mais diversos fins por utilizadores de qualquer lugar do globo. Daí que se tenha assistido, sobretudo na última década, a um trabalho de reconceptualização do inglês que procura levar em conta todos os seus utilizadores e todos os seus contextos de utilização, com especial atenção para aqueles que até agora têm sido mais negligenciados:

(...) it is high time that the legitimacy which has already been accorded to Outer circle Englishes should be extended to the Expanding circle. At a time when English is the de facto global lingua franca, it is anachronistic to deny that widespread development in these contexts of use also constitute legitimate change which needs to be described and taken into pedagogic account. (Seidlhofer e Jenkins 2003: 152)

Já anteriormente Kachru (1985: 13) sublinhara o peso dos países incluídos nesta terceira categoria como factor determinante do lugar e do papel do inglês no mundo: “It is the users of this circle who actually strengthen the claims of English as an international or universal language.” Sendo que os países passíveis de inclusão no círculo em expansão são virtualmente todos aqueles em que o inglês não é nem língua materna, nem segunda língua e nos quais o inglês é quase exclusivamente usado para comunicação internacional, caracterizar os usos da língua inglesa neste círculo implica um estudo descritivo de interações ocorridas entre falantes de diferentes primeiras línguas, qualquer que seja o círculo de onde sejam provenientes. Ou seja, o estudo dos usos do inglês no círculo em expansão confundir-se-á sempre, por definição, com o estudo do inglês como língua franca. Não se trataria aqui, portanto, de estudar novas variedades nacionais, muito embora não possa deixar de ser levado em consideração o papel das diferentes primeiras línguas na produção linguística dos falantes, mas sim de avaliar a possibilidade de reconhecer a existência de uma espécie de supra-variedade, comum a utilizadores da língua inglesa provenientes de países em que ela tem funções e estatutos distintos. Nos países do círculo em expansão, porém, ao contrário do que ocorre no círculo exterior, as potenciais implicações pedagógicas não passariam,

naturalmente, pela codificação de normas nacionais ou regionais, mas pela codificação de normas internacionalmente partilhadas.

Brutt-Griffler não reclama para o seu *World English* a categoria de variedade do inglês, parecendo sugerir que se trata apenas de um núcleo onde traços distintivos seriam como que “neutralizados”, respondendo às necessidades de comunicação e garantindo a inteligibilidade entre falantes de todas as origens:

World English, rather than a variety, constitutes a sort of center of gravity around which the international varieties revolve. Their functional relation in the arena of the world econocultural relations (business and trade, popular culture, science and technology) serves to ensure their continuous mutual interaction. Hence, unlike the various Romance languages, which evolved into wholly separate languages in the wake of the death of Latin, the varieties of World English retain their essential linguistic unity. (Brutt-Griffler 2002: 177)

Seja qual for a natureza desta nova realidade, a mudança que o reconhecimento da sua legitimidade representa não deixará de enfrentar as resistências que o próprio reconhecimento das variedades locais já enfrentou e, em certa medida, enfrenta ainda. Tanto no caso das variedades locais, como do inglês como língua internacional, essas resistências exprimem-se muitas vezes sob a forma de preocupações com aspectos tão importantes como inteligibilidade e comunicação, que a divergência entre variedades poria em causa. Parece difícil, no entanto, não ver nelas também manifestações daquilo a que Milroy e Milroy (1999) chamaram “ideologia da padronização”, ou “ideologia da língua padrão”. Ainda que de modo por vezes não declarado, ou mesmo apenas subliminar, a ideia de “língua padrão” nunca está verdadeiramente ausente das discussões sobre variação e mudança linguística, pelo que proponho considerar o problema que nos ocupa sob essa perspectiva.

Pode, de facto, revelar-se produtivo pensar as mudanças em causa como parte de um, ou vários processos de padronização em curso e algumas das atitudes relativas aos mesmos como manifestações da ideologia que sempre parece acompanhá-los. Por um lado, talvez assim se tornem mais claros os paralelos e as diferenças entre o que aconteceu no círculo exterior e o que está já a ocorrer com as propostas de reconceptualização do inglês no círculo em expansão. Por outro lado, talvez assim seja mais fácil não perder de vista que, na relação entre velhas e novas variedades, podemos estar apenas perante uma extensão do que sempre se passou nos próprios países do círculo interior, e nomeadamente na Inglaterra, com a relação entre o inglês padrão e os dialectos regionais.

4. O inglês embalsamado ou o regresso a Babel?

Para alguns, a multiplicidade de normas locais exige um esforço acrescido no sentido da difusão do inglês padrão, predominantemente com a sua dupla face britânica e norte-americana, como forma de garantir a inteligibilidade. Para outros, o que é necessário é a padronização das novas variedades, como forma de reconhecimento do seu carácter endonormativo e do policentrismo da nova condição do inglês no mundo de hoje. Quirk (1985; 1990) e Kachru (1985; 1991), parecem ter demarcado o território de cada uma destas posições, o primeiro insurgindo-se contra os malefícios de uma “linguística da libertação”, o segundo contra uma “linguística do défice”, que encara a diferença como erro. As palavras de Quirk mais frequentemente citadas e criticadas (1985: 6) justificam a necessidade de um padrão pelas suas vantagens pedagógicas no ensino do inglês como segunda língua e como língua estrangeira:

The relatively narrow range of purposes for which the non-native needs to use English (even in ESL countries) is arguably well catered for by a single monochrome standard form that looks as good on paper as it sounds in speech. There are only the most dubious advantages in exposing the learner to a great variety of usage, no part of which he will have time to master properly, little of which he will be called upon to exercise, all of which is embedded in a controversial sociolinguistic matrix he cannot be expected to understand.

O tom paternalista de Quirk parece particularmente deslocado nos dias de hoje, quando se confronta a sua ideia da limitação funcional dos usos do inglês pelos não nativos com o que efectivamente se passa em inúmeros contextos. Nos países do círculo exterior, a sua função alargou-se aos mais variados domínios e em alguns deles é já a escolha “não marcada” – a língua a que os falantes espontaneamente recorrem – em numerosas interacções, mesmo de natureza informal (McKay 2002: 37).

Mas mesmo nos países em que mais frequentemente se opta por orientar o ensino da língua para fins ditos “específicos”, presumindo precisamente que os falantes apenas terão necessidade de usar o inglês para o desempenho de um conjunto muito restrito de tarefas profissionais, é cada vez mais comum que a exposição, muitas vezes informal, a uma gama variada de registos, acabe na prática por comprometer a presumível eficácia e o relativo conforto de uma “uniformidade suficiente” que a disseminação exclusiva do padrão (aqui quase sinónimo de mínimo denominador comum) pareceriam favorecer.

Deixando em suspenso uma possível definição da realidade linguística que o conceito de *Standard English* procura nomear, talvez seja mais pertinente sumariar os objectivos a atingir pelo processo do qual essa realidade é o sempre provisório produto. O ideal a atingir num processo de padronização linguística, segundo Haugen (2003: 419), consistiria em assegurar a mínima variação formal, resultado de uma fase de codificação da língua, e a máxima variação funcional, resultado da fase de elaboração. Ora, uma vez que a mudança linguística é permanente, nem o processo de padronização alguma vez verdadeiramente se conclui, nem a ausência total de variação formal se pode concebivelmente consumir. É isso que justifica que Milroy e Milroy (1999: 19) e Milroy (2000: 13) preferiram tratar a padronização como uma ideologia e as línguas padrão como idealizações – conjuntos abstractos de normas das quais o uso efectivo da língua apenas relativa e variavelmente se aproxima. O que não impede que uniformidade e invariabilidade sejam altamente valorizadas e que, em consequência, ainda que a padronização não tenha o poder de impedir a mudança, a ideologia que a sustenta tenha pelo menos o condão de a inibir:

As for standardisation (...) there should be no illusion as to what its aim actually is: it is to fix and ‘embalm’ (Samuel Johnson’s term) the structural properties of the language in a uniform state and *prevent* all structural change. No one who is informed about the history of the standard ideology can seriously doubt this. The intention is to prevent change: the effect is to inhibit it. (Milroy 2000: 14)

Convém tornar claro que a supressão (ideal) da variabilidade, inerente ao processo de padronização, não é, em si mesma, uma manifestação de intolerância, nem o prescritivismo caucionado pela codificação da língua tem necessariamente motivações repressivas, embora possam servir para justificar os estigmas lançados por certos puristas, linguistas amadores e outros utilizadores, em geral, pouco informados. Tal como acontece noutros domínios, o estabelecimento de um padrão linguístico decorre da necessidade de evitar mal-entendidos e de garantir a eficiência, convencionando uma “medida” que todos reconheçam em toda a parte.

No que à língua inglesa diz respeito, porém, “todos” são hoje cada vez mais, e “em toda a parte” tem um significado muito (alguns, como já vimos, diriam mesmo excessivamente) literal. Os factores de desagregação seriam mais fortes do que os factores de coesão e tamanha variação linguística, real e/ou potencial, não poderia deixar de suscitar reacções negativas. A uniformidade ideal da língua nunca antes pareceu tão ameaçada, pelo que a ideologia da padronização que acompanhou as duas diásporas do inglês dificilmente deixaria de se

manifestar num momento em que não só se reclama, e se vem obtendo, o reconhecimento pleno das novas variedades locais, que estariam já em processo de padronização, como também há quem preveja, ou defenda, a emergência de um padrão internacional não coincidente com nenhuma das normas dominantes:

The ideology of standardisation requires not only that the English in the British Isles should be as uniform as possible, but also that it should be uniform in other places throughout the world where English has been implanted. Thus this ideology affects not only North America and Australasia, but also the English of other post-colonial countries, such as the Caribbean islands and India. (Milroy e Milroy 1999: 19-20)

Pelo menos em parte, a resistência ao reconhecimento da legitimidade das novas variedades é seguramente expressão da ideologia da padronização e prolongamento natural do estigma antes associado aos dialectos regionais, embora possa igualmente manifestar o legítimo receio de que a divergência e a fragmentação decorrentes da “localização” do inglês acabem por comprometer a inteligibilidade e a função de língua franca que ele estaria em posição privilegiada para desempenhar pela “globalização” do seu uso. Mas ainda quando as novas variedades são finalmente admitidas, a superioridade mítica e a relativa estabilidade das normas dos países em que o processo de padronização mais claramente se consolidou afirmam-se em impulsos proprietários sobre os quais Widdowson ironizou na palestra já citada:

As the language spreads, there are bound to be changes out on the periphery; so much can be conceded. But these changes must be seen not only as peripheral but as radial also and traceable back to the stable centre of the standard. If this centre does not hold, things fall apart, mere anarchy is loosed upon the world. Back to Babel. (Widdowson 1993: 163; 2003: 36)

Também segundo Widdowson, semelhantes receios são infundados, no que está de acordo com a já citada Brutt-Griffler, mas também com Crystal, que acha mais provável, ou mesmo iminente, a emergência de um *World Standard Spoken English* (1997: 136-37), ou de um *International Standard English* (2004: 38-39), o qual, numa espécie de situação de “triglossia”, passaria a coexistir com os dialectos locais e as variedades nacionais, ou com as outras línguas nacionais e respectivos dialectos. Mas há questões de ordem prática que concorrem para a dificuldade de reconhecer certas manifestações de variação como instâncias de uma nova variedade e, por maioria de razão, como sinais de um padrão emergente, quer a nível nacional, ou regional, quer a nível internacional.

5. Padrões locais: as novas variedades de inglês do círculo exterior

O ainda insuficiente conhecimento das novas realidades linguísticas torna difícil demarcar e caracterizar as possíveis variedades no interior de cada país e concluir se usos particulares são produto da interferência da primeira língua dos falantes, de uma falta de domínio do inglês e/ou de criatividade linguística. A classificação desses usos e das variações detectadas em cada país parece muitas vezes uma simples questão de perspectiva. Segundo Bamgbose (1992: 151-54), por exemplo, nas tentativas de explicar as diferenças entre as variedades nigerianas do inglês, os linguistas dividem-se precisamente entre os que as caracterizam pelo grau de interferência das línguas maternas (o que é sobretudo relevante para o caso da variação fonológica, mas tem escassa utilidade para explicar variações léxico-gramaticais); aqueles que as tratam por comparação com o “inglês nativo”, do que resulta a classificação das diferenças encontradas como “desvios”; e, por fim, aqueles cuja abordagem aprecia as diferenças enquanto exploração criativa dos recursos disponibilizados pelas línguas nigerianas e pelo inglês. Todas as abordagens revelam uma parte da realidade, mas todas estão limitadas pelos seus pressupostos (ou preconceitos), pelo que Bamgbose sugere uma conjugação das três, embora reconheça que é inevitável um certo grau de subjectividade, quando se trate de julgar determinados usos do inglês nigeriano como aceitáveis ou não.

Porém, o carácter subjectivo, ou pelo menos extra-linguístico, dos juízos de aceitabilidade é também um dos traços identificadores da ideologia da padronização e não me parece sequer imaginável que o fenómeno de nativização da língua inglesa possa ocorrer sem uma concomitante “nativização da ideologia”. Não é apenas o inglês, portanto, que deixa de ser “propriedade” dos seus falantes nativos. Para que a “apropriação” da língua que as novas variedades constituem possa consumir-se, mais tarde ou mais cedo far-se-á sentir a necessidade de uma referência prescritiva endógena sobre a norma local, uma “medida” que os falantes reconheçam, o seu próprio ideal de língua, ou seja, um novo padrão.

De facto, uma vez identificados e descritos os usos linguísticos dos países do círculo exterior, qualquer que seja a sua variação relativamente aos modelos nativos, podemos falar deles como parte de uma norma linguística autóctone em processo de padronização. Bamgbose (1998: 3) estabelece cinco critérios para avaliar se uma inovação local pode ou não ser considerada norma: o demográfico (quantos falantes a utilizam); o geográfico (qual a sua difusão no país); o de autoridade (quem usa essa inovação); a sua codificação (onde é que o uso é reconhecido) e a sua aceitabilidade (qual é a atitude de utilizadores e não utilizadores

perante a nova forma). Uma vez que Bamgbose considera que os factores decisivos para classificar uma inovação como norma são a sua codificação, em dicionários e manuais, e o facto de ser aceite pela generalidade dos falantes, podemos voltar ao encontro de Haugen (2003) e das suas fases do processo de padronização de uma língua.

Talvez o modelo de Haugen não possa ser integralmente transferido para estes novos contextos sem algumas reservas, mas não me parece descabido estabelecer comparações. Aquilo a que Mazzon (2000: 78-79) chama “ciclo de vida” dos *New Englishes* não pode deixar de conter as etapas de aproximação a um conjunto normativo partilhado e partilhável pelo maior número de falantes no interior da comunidade linguística. A selecção da variedade que vai servir de base ao futuro padrão de uma língua poderia aqui corresponder ao primeiro momento do ciclo, a que se tem chamado “indigenização”. O segundo momento, a fase de “expansão”, em que a língua escolhida vê o seu uso interno alargar-se a um cada vez maior número de domínios, corresponderia, pelo menos parcialmente, à fase de elaboração funcional da terminologia de Haugen (2003: 418), a qual se consumaria no momento subsequente do ciclo, a “institucionalização” da nova variedade, em que esta possui já uma completa gama de registos e estilos, bem como uma literatura própria (Mazzon 2000: 79). É também nesta fase que a nova variedade da língua adquire para os seus falantes um valor identitário e em que a variedade estigmatizada passa a ser aquela cujas formas mais se aproximam do velho modelo nativo (Bamgbose 1992: 149-50).

A codificação defendida por Bamgbose (1998) prende-se com a necessidade de dar aos falantes das novas variedades a segurança de que precisam quanto à natureza endonormativa das formas linguísticas localmente consagradas. Sem referências de autoridade relativamente à “correção” dos usos correntes da variedade local, será inevitável o recurso às variedades há muito codificadas e, portanto, a padrões exonormativos, o que apenas perpetuará a ideia de que os usos locais que deles se afastem são, simplesmente, “errados”:

Crucial to the entrenchment of innovations and non-native norms is codification. Without it users will continue to be uncertain about what is and what is not correct and, by default, such doubts are bound to be resolved on the basis of existing codified norms, which are derived from an exonormative standard. Codification is therefore the main priority of the moment, and it is to be hoped that research and collaboration in the future will be directed toward this objective. (Bamgbose 1998: 12)

6. Um inglês padrão internacional?

Embora não se possa nunca excluir o papel desempenhado por factores extra-linguísticos, envolvendo, por exemplo, questões de afirmação de independência e de identidade nacional, classificar o inglês usado num determinado contexto sócio-cultural como “nova variedade”, ou mesmo como norma-padrão emergente – já não apenas em países do círculo interior, como a Austrália, a Nova Zelândia, a Irlanda e o Canadá, mas também em países do círculo exterior, como a Índia, Singapura ou a Nigéria – justifica-se, sobretudo, pela identificação de graus de afastamento sistemático relativamente a um padrão bipolar (inglês e norte-americano) mais ou menos estabilizado. Como já antes vimos, esta tendência centrífuga pareceria apontar o caminho de uma divergência crescente, que os processos de codificação e estabilização das novas variedades, com a sua progressiva adopção como modelos autóctones para o ensino da língua, só poderiam contribuir para acentuar. Para alguns, no entanto, tendências divergentes e convergentes podem ocorrer simultaneamente, não atingindo de igual modo a totalidade do sistema linguístico do inglês:

(...) varieties of English around the world, while they may demonstrate lexical convergence, are diverging phonologically: accents of English from New Zealand to the United States are getting less like one another, not more. (Trudgill 2002d: 180)

Indo além mesmo dos aspectos fonológicos, não será difícil observar maiores divergências entre variedades do inglês no plano da expressão oral. Contudo, quando se fala e se pensa em inglês padrão, é quase sempre por referência ao código escrito, uma vez que até muito recentemente não se poderia verdadeiramente falar de uma codificação da “gramática do inglês falado”, situação que apenas começou a ser alterada com o surgimento de trabalhos como os de Biber *et al* (1999) e Carter e McCarthy (2006). No que à escrita diz respeito, não há dúvidas quanto a uma menor variação nos usos do inglês um pouco por todo o mundo. Mas também não podemos ignorar que, aos materiais impressos dos meios de comunicação tradicionais, que terão necessariamente contribuído para o elevado grau de uniformização da língua escrita, se vieram no último século juntar meios de comunicação de massas, de mais rápida circulação e consumo, que forçosamente terão papel semelhante também no plano da língua oral, impedindo os padrões locais de se afastarem excessivamente uns dos outros em qualquer dos níveis do sistema linguístico, ou contribuindo mesmo para a sua convergência (Greenbaum 1996: 14).

Podemos, portanto, voltar à posição de vários autores relativamente à existência, ou emergência, de um “inglês padrão internacional”, que Crystal mais reiteradamente tem defendido em termos muito semelhantes (por exemplo, Crystal 1988; 1995; 1997; 2004) e retomar a ideia de convergência favorecida pelo mais frequente contacto entre utilizadores do inglês de todo o mundo, para questionar o alcance do conceito e o seu significado prático:

Teachers already routinely draw attention to local lexical and grammatical differences, such as UK *pavement*, US *sidewalk* and Australian *footpath*, but the perspective is invariably from one of these varieties towards the others. Someone teaching British English draws attention to American alternatives, or vice versa. It may not be many years before an international standard will be the starting-point, with British, American and other varieties all seen as optional localizations. (Crystal 2004: 40)

Se parece que podemos dar como adquirido que a ameaça de “babelização” nos domínios da anglofonia é um receio infundado, já esta ideia de um “padrão internacional” parece demasiado vaga, uma vez que não se baseia em nenhuma descrição de *corpus* e muito menos parece passível de aplicação pedagógica (Erling 2004: 62). Tal como ao “centro de gravidade” do *World English*, que Brutt-Griffler não considera sequer uma variedade do inglês (2002: 177), e muito menos um padrão, falta ao conceito sustentação empírica. O mesmo se passa, aliás, com o *World Standard English* de McArthur (1998: 97), não obstante uma importante ressalva, feita alguns anos mais tarde, e contida na primeira frase da seguinte passagem:

A world standard for English cannot be wished into existence simply by giving it some names. However, the fact that several commentators have for a number of years been feeling for the *right* kind of name (or names) for such a phenomenon is evidence that something of the kind already exists or is coming into existence. (...) It is already widely agreed that English is the world’s lingua franca, but a paradoxically prestigious and high-level lingua franca can hardly be said to exist if it does not have a consistent form. The cardinal evidence for such a standard is in fact already largely in place and manifest almost everywhere, notably in the international media (print, radio, television and electronic) and in the world’s fluent arrangements for travel, business, sport, and many other activities. (McArthur 2002: 447)

McArthur continua o seu raciocínio aludindo àquilo a que anteriormente chamara os “indicadores objectivos” de que uma variedade possui já o seu próprio padrão (*ibidem*: 443), como sejam, os mecanismos habituais de codificação (os dicionários, gramáticas e manuais de estilo que teriam já começado a aparecer) e ainda um cânone literário. Deste, não apresenta,

de facto, qualquer prova. E, a avaliar pelos exemplos de dicionários e gramáticas que cita em seguida, parecemos estar apenas perante o progressivo reconhecimento académico da existência de múltiplas variedades padronizadas, em plano de igual legitimidade, e não ainda de um único padrão. Um pouco mais adiante, porém, irá reforçar a ideia, aparentemente paradoxal, mas que é essencialmente uma extensão das realidades linguísticas nacionais, de uma convivência entre “diferentes, mas iguais”:

A federation of standards appears therefore to be already with us, an evolving ‘super-standard’ that is comfortable with both territorial and linguistic diversity. Such a World/International Standard English is in effect an *ad hoc* global balancing-out of the practices of publishers, educational institutions, governmental departments, legal institutions, and the like in many places, much indeed as in the past, but of necessity with a more equitable response to social and cultural sensitivities than in the past. (McArthur 2002: 448)

Esta espécie de compromisso neutralizador, produzido por práticas institucionais, parece ter implícito um conceito de língua padrão em que se minimiza o único critério estritamente linguístico, a ideia de uniformidade, para se dar maior importância a factores extra-linguísticos e puramente valorativos, que são também manifestações da ideologia da padronização, como o prestígio (Milroy 2001: 533) ou, como parece ocorrer no caso vertente, uma ideia de igualitarismo, ou de igual prestígio, justificada pela necessidade de não ferir susceptibilidades, ou de ser “politicamente correcto”, como já nos habituámos a dizer, inevitavelmente traduzindo do inglês.

E, no entanto, se tantos sinais parecem apontar no sentido da convergência, ou pelo menos da manutenção da inteligibilidade, entre as múltiplas variedades do inglês, é seguramente porque existe um núcleo de traços linguísticos reconhecidos e/ou reconhecíveis pela generalidade dos falantes. O que alguns autores sugerem é que esses traços partilhados poderão ser característicos dos usos do inglês como língua franca (*English as a Lingua Franca* – ELF), ou como língua internacional (*English as an International Language* – EIL), e não necessariamente identificáveis com as variedades padrão inglesa ou americana, no que poderia adivinhar-se uma certa endonormatividade, ainda que embrionária, e a potencial emergência de uma variedade verdadeiramente internacional. Para que essa potencial variedade possa verdadeiramente ser padronizável e aceite pelos seus falantes enquanto padrão, é necessário dar um conjunto de passos sucessivos de reconceptualização do inglês enquanto língua internacional e de descrição e codificação dos seus usos.

Concluindo este capítulo em jeito de sumário, podemos dizer que a difusão do inglês e a sua apropriação por utilizadores em todo o mundo constituem factores de mudança que obrigam a repensar a própria natureza da língua e o papel que falantes nativos e não nativos podem ter na sua mudança. Não é tanto a “relevância” dos primeiros que está em causa, mas sim a sua preponderância presente e futura.

A emergência de variedades locais/nacionais, que se afastam entre si e dos padrões nativos dominantes, é compensada pela necessidade de comunicação internacional, que favorece a preservação de características partilhadas e mutuamente inteligíveis. A existir um conjunto identificável de traços partilhados, tal ficará a dever-se maioritariamente à acção de falantes não nativos, uma vez que se calcula que 80% das interacções mediadas pelo inglês em todo o mundo envolvam apenas pessoas com outras línguas maternas (Beneke 1991, citado em Seidlhofer 2004: 209).⁴ Assim sendo, talvez seja altura de começar a questionar afirmações como a seguinte:

The true repository of the English language is its native speakers, and there are so many of them that they can afford to let non-natives do what they like with it so long as what they do is confined to a few words here and there. (Trudgill 2002c: 151)

O argumento demográfico, como já vimos, é o mais fraco que pode ser avançado em favor do papel dos falantes nativos, como Seidlhofer (2005: 63) fez notar em resposta a estas mesmas palavras:

(...) it is a simple fact that in the unparalleled situation English finds itself in, native speakers have ceased to be the only “true repository” of the language: precisely following Trudgill’s own logic, if it is the numbers of speakers that are decisive then ELF [English as a Lingua Franca] speakers can do to the language what they like as it is they that are in the majority.

O indesmentível desequilíbrio da balança demográfica não encontra ainda, porém, uma correspondência no conhecimento da língua efectivamente falada no lado do prato mais pesado. O inglês utilizado como língua franca – suspendendo para já o impulso de o

⁴ Como Trudgill observou (2005: 78), um maior número de falantes não equivale a um maior número de interacções: enquanto que os falantes nativos usam geralmente o inglês em todas as situações do quotidiano, para todo o tipo de funções, e muitos dos falantes do inglês como segunda língua usam com frequência o inglês na escola e no trabalho, mas não em casa; os falantes do círculo em expansão usam-no quase exclusivamente para contactos internacionais, em domínios, regra geral, menos variados. Uma simples soma do número de interacções ainda daria, provavelmente, vantagem aos falantes nativos. O que se pode dizer com mais segurança é que os não nativos são quase seguramente dominantes em situações de comunicação internacional.

classificar como “variedade” ou como “padrão internacional” – é de todos o menos conhecido. É deste inglês, objecto de um trabalho de reconceptualização e descrição iniciado na última década, que me ocuparei no próximo capítulo.

Capítulo II – ELF: A função à procura de uma forma

The new language which is rapidly ousting the language of Shakespeare as the world's lingua franca is English itself – English in its new global form. (...) this is not English as we have known it, and have taught it in the past as a foreign language. It is a new phenomenon, and if it represents any kind of triumph it is probably not a cause of celebration by native speakers.

(Graddol 2006: 11)

1. O inglês não é uma língua estrangeira - ELF vs. EFL

Em linguagem corrente, quando se fala do “inglês como língua franca”, designa-se a função que a língua efectivamente desempenha em inúmeros contextos. O que a expressão passa a designar, no trabalho de reconceptualização em curso, é necessariamente mais do que isso, é aquilo a que chamaria “uma função à procura de uma forma”.

A necessidade de reconceptualizar o inglês enquanto língua franca resulta da deslocação do centro de gravidade produzida pela actual distribuição demográfica dos falantes, de que falei no capítulo anterior. O objectivo que se procura atingir é que os comportamentos linguísticos da esmagadora maioria dos falantes de inglês sejam apreciados pelo que efectivamente são: instâncias de comunicação mediadas por um sistema linguístico que obedece às suas próprias regras, e não desvios relativamente às normas de comunidades linguísticas restritas, com direito de preferência adquirido por “antiguidade” e “natividade”. É imperativo conhecer melhor a língua usada por esta comunidade planetária, não partindo do pressuposto de que ela é o simples produto de reduções e contaminações mais ou menos aleatórias, ou um código empobrecido para satisfação de necessidades básicas. Mas ainda que o fosse, ou ainda que o seja, a sua existência é suficiente para justificar uma investigação rigorosa e sistemática.

Das reflexões e debates em curso parece já ter resultado a adopção de um acrónimo para designar o novo objecto de estudo: ELF (*English as a Lingua Franca*). O termo tem vindo a ganhar terreno, entre os investigadores que se dedicam à descrição do inglês usado como meio de comunicação internacional, sobre uma designação alternativa, *English as an*

International Language (EIL). Este segundo, sendo também por vezes abreviado para *International English*, presta-se facilmente a confusões e ambiguidades que interessa evitar. Por exemplo, *International English* é o título de uma obra de Trudgill e Hannah (4ª edição, 2002), que tem como objecto, essencialmente, as variedades nativas, com dois capítulos finais dedicados aos crioulos de base inglesa das Caraíbas e às principais variedades do inglês como segunda língua. O que a obra de Trudgill e Hannah exclui é o inglês usado predominantemente, ainda que não exclusivamente, por (e entre) falantes dos países do círculo em expansão, precisamente aquele a que o EIL, de facto, se refere (Jenkins 2006a: 160).

Para além de ser uma abreviatura conveniente, o acrónimo ELF presta-se na perfeição ao jogo de reajustamento conceptual em causa: basta inverter a ordem das segunda e terceira iniciais que nos habituámos a usar no ensino do inglês como língua estrangeira, EFL passa a ELF (*English as a Foreign Language* passa a *English as a Lingua Franca*), para podermos observar a realidade sob outra perspectiva. De facto, é de uma mudança de perspectiva que se trata. Os falantes de inglês do círculo em expansão de Kachru (porque é a estes que o EFL se aplica), deixariam de ser concebidos como “estrangeiros”, ou como aqueles para quem o inglês é uma língua estrangeira, para serem entendidos como falantes da língua por direito próprio, ultrapassando a visão exclusiva que está implícita no ensino das línguas estrangeiras em geral:

EFL approaches, like all foreign languages teaching, positions the learner as an outsider, as a foreigner; one who struggles to attain acceptance by the target community. The target language is always someone else's mother tongue. The learner is constructed as a linguistic tourist – allowed to visit, but without rights of residence and required always to respect the superior authority of native speakers. (Graddol 2006: 82-83)

O pressuposto de que alguém aprende inglês apenas na perspectiva de vir a interagir com falantes nativos é hoje quotidianamente desmentido pelos factos e por um simples cálculo de probabilidades. Considerando o número de falantes e o facto de o inglês ser a língua auxiliar mais frequentemente escolhida para interacções entre pessoas de diferentes primeiras línguas, parece fácil concluir, conforme já observámos anteriormente (ver acima, pág. 31) que a grande maioria das situações de comunicação internacional mediadas pelo inglês ocorrem entre falantes não nativos.

Assim sendo, cabe perguntar: nessas situações de comunicação, quem é o estrangeiro? De quem é a língua que essas pessoas falam? E, sobretudo, haverá necessariamente ganhos de

inteligibilidade se os intervenientes se aproximarem o mais possível das normas nativas dominantes? Se avaliados por comparação com o desempenho linguístico de falantes nativos, o que sempre acontece quando concebidos como falantes de EFL, todos os não nativos serão sempre relativos fracassos, conforme Graddol (2006: 83) sublinha: “Within traditional EFL methodology there is an inbuilt ideological positioning of the student as outsider and failure – however proficient they become.”

Há, aliás, outras boas razões para pensar que o inglês, em consequência também da sua quase omnipresença, poderá já não ser uma língua estrangeira na acepção tradicional do termo. Conforme Prcic (2003: 35) assinala, há três critérios fundamentais para classificar uma língua como estrangeira: não é a primeira língua, ou língua nativa do país; não é a sua língua oficial; e é uma disciplina ensinada na escola. Da realidade sociolinguística contemporânea resultam, porém, três novas propriedades do inglês que o distinguem de todas as línguas estrangeiras: está pronta e permanentemente disponível através dos meios audiovisuais; em consequência disso, é aprendido de modo informal, fora da escola, pela sua exposição constante; e, em resultado das duas anteriores, acaba por adquirir uma função de língua “suplementar”, uma língua à qual se recorre de modo intermitente mas reiterado, exercendo assim contínua influência sobre as primeiras línguas, ao suprir necessidades de comunicação manifestas, por exemplo, em supostas, ou verdadeiras, lacunas lexicais (*ibidem*: 35-36).

É claro que os empréstimos do inglês, ou por via inglesa, bem como os anglicismos, apenas adquirem uma importância maior do que os empréstimos, ou estrangeirismos, de outras origens, pela grande frequência com que hoje ocorrem, ao ponto de se tornarem escolhas lexicais não marcadas nos mais diversos domínios de actividade, tanto em registos formais como informais. Se tomarmos o caso português como exemplo, basta que pensemos em palavras ou expressões que usamos, ouvimos ou lemos quotidianamente, como *software*, *e-mail*, *browser*, *boy/girl band*, *remake*, *catering*, *resort*, *spa*, *lifting*, *bestseller*, *media*, *copydesk*, *call centre*, *workshop* (uma lista que ambicionasse ser exaustiva revelar-se-ia bem mais longa do que observações puramente impressionistas poderiam levar a supor). Além disso, são também muitas as palavras que, por óbvia contaminação inglesa, têm vindo a sofrer drásticas evoluções semânticas, como “suportar”, “editor/editar” ou “sequela”.

A aprendizagem da língua inglesa nos países do círculo em expansão distingue-se, assim, da aprendizagem tradicional de uma língua estrangeira, começando, em geral, fora da escola e continuando a ocorrer simultaneamente com a aprendizagem escolarizada. Estes dois tipos de aquisição da língua, que Preisler, no seu estudo sobre os usos do inglês na Dinamarca, designa, respectivamente, como *English from below* e *English from above* (1999:

241), aproximam o inglês, até certo ponto, das línguas maternas e afastam-no das estrangeiras, mas não podemos ignorar que a exposição (predominantemente passiva) à língua inglesa fora da escola é, em grande medida, opcional e/ou acidental, o que dá origem a grupos de falantes/utilizadores “bilíngues” que forçosamente se distribuem ao longo de uma escala de competências muito ampla.

À semelhança do que disse no capítulo anterior a propósito da aceitação e codificação das variedades do inglês nos países do círculo exterior, essa escala de competências complica consideravelmente os esforços descritivos e o potencial estabelecimento de novos modelos pedagógicos adequados à realidade presente. Também aqui, a distinção nuclear entre “erros” e “inovações” deverá ajudar-nos a ultrapassar o enviesamento do falante nativo monolíngue enquanto modelo.

A mudança de perspectiva que consiste em conceber os falantes de inglês, em contextos internacionais, como falantes de inglês como língua franca (falantes de ELF), se reflectida em propostas pedagógicas alternativas, permitiria desde logo ultrapassar alguns dos problemas que actualmente se colocam na avaliação da competência linguística e/ou comunicativa de estudantes de inglês em todo o mundo. No paradigma vigente, os alunos são quase sempre penalizados por não se aproximarem suficientemente das variedades padrão inglesa e/ou americana. E, no entanto, não só muitas das formas consideradas “erradas” garantiriam a inteligibilidade e a eficiência comunicativa nos contextos em que é mais provável que esses falantes venham a fazer uso da língua (porque são formas partilhadas por muitos outros falantes não nativos do inglês), como muitas vezes são formas que também ocorrem, ou em dialectos ingleses, ou na linguagem informal de falantes nativos, cuja legitimidade não é posta em causa. Apenas um exemplo disto mesmo, retirado de Jenkins (2006b: 43-44):

(...) ‘there’s five cars in my picture’ or ‘I’ve got less cars in my picture’, if noticed by an examiner, would not be likely to meet with approval, despite the fact that both ‘there are’ and ‘fewer’ plus plural count noun are rare in informal N[ative] S[peaker] speech, and that these ‘errors’ generally pass unnoticed in NS spoken English.

O problema é semelhante quer se trate de falantes de países em que o inglês é segunda língua, de que já me ocupei no primeiro capítulo, quer se trate de falantes de países em que o inglês não tem função oficial. Tudo parece indicar, porém, que os processos de inovação linguística que estão na origem dos supostos “erros” dos não nativos são em tudo semelhantes aos dos falantes nativos, pelo que a discriminação não tem fundamento linguístico:

(...) the creative processes involved in NS and N[on-]N[ative] S[peaker] linguistic innovation tend to be the same. But while both types of innovation often start life as forms that are widely perceived as errors in the standard language, the NS ‘error’ gradually becomes accepted as a new standard form (for example, the use of ‘data’ to replace ‘datum’ in the singular), whereas the NNS ‘error’ is likely to be categorized as such for perpetuity – despite the only difference being that the first reflects NS creativity and the second NNS creativity. What we seem to be faced with here, then, is an aspect of linguisticism: the valuing of NS English language forms above those of NNSs even though the former do not lead to greater communicative efficiency for the majority in international contexts of use. (Jenkins 2006b: 44)

Reconhecida a necessidade de ultrapassar a perspectiva deficitária dos usos do inglês como língua franca, ou ELF, interessa definir com mais rigor o conceito e o campo que ele pode cobrir, tratando de saber, por exemplo, quem são os seus utilizadores. Em seguida, interessa averiguar se a esta função de língua franca corresponde uma forma, distinta das variedades conhecidas, que justifique um trabalho de codificação e de aplicação ao ensino.

2. Conceito(s) e objecto(s)

Se o inglês não é uma língua estrangeira igual às outras, julgo que devemos estar preparados para admitir a hipótese de que também não seja uma língua franca igual a outras. Definições como a de Firth (1996: 240) parecem restringir o universo de utilizadores do ELF aos falantes do círculo em expansão:

[ELF is] a “contact language” between persons who share neither a common native tongue nor a common (national) culture, and for whom English is the chosen foreign language of communication.

Podemos talvez dizer, como Seidlhofer (2004: 211), que uma definição destas dá conta de um ELF na sua forma “mais pura”, na medida em que, para os falantes do chamado círculo em expansão, o inglês é, em geral, uma língua que desempenha unicamente funções internacionais. Já a definição de House (1999: 74), que Seidlhofer (*ibidem*) coloca no mesmo plano, me parece menos restritiva quanto aos falantes abrangidos, uma vez que não faz referência a “língua estrangeira”:

ELF interactions are defined as interactions between members of two or more different linguacultures in English, for none of whom English is the mother tongue.

Aqui há, seguramente, lugar para falantes do círculo exterior, para os quais, por definição, o inglês também não é língua materna. No entanto, em muitos contextos, como reuniões de organizações internacionais ou conferências académicas, as interacções mediadas pelo inglês incluem frequentemente falantes do próprio círculo interior. Nestes casos, podemos falar de interacções em ELF, uma vez que o inglês continua a ser a língua partilhada, ainda que nem todos os intervenientes possam talvez ser definidos como falantes de ELF.

Das quatro acepções de ELF que Elder e Davis admitem (2006: 282-283), a primeira inclui os falantes nativos:

- ELF 1. The use of English in an interaction where at least some of the participants are non-native speakers (NNS) of English
- ELF 2. The use of English in an interaction where all the participants are NNSs and do not share the same first language
- ELF 3. The use of English in an interaction where all the participants are NNSs and all share the same (or similar) first language
- ELF 4. A (new) code used for interaction among NNSs, not standard English but based on standard English (SE)

Nas acepções ELF 1 a ELF 3, acrescentam os autores, o ELF é dependente do inglês britânico ou americano, o que significa que nos casos de ELF 2 e ELF 3 ele se refere aos usos do inglês padrão, e suas aproximações, por não nativos, sendo portanto exonormativo, meramente funcional e não se distinguindo dos usos do inglês como língua estrangeira (EFL). Na acepção ELF 4, interpretando o parêntesis como expressão da dúvida que o artigo confirma, ELF seria apenas potencialmente um novo código. Ao contrário do que Elder e Davis parecem julgar, com referência a Seidlhofer (2001a), o que os investigadores do ELF têm dito repetidamente não é menos dubitativo relativamente à existência de facto de uma “nova variedade internacional”. Nas palavras da própria Seidlhofer (2006: 46): “Whether ELF should be called a variety of English at all is an open question, and one which cannot be answered as long as we do not have any good descriptions of it.”

Esses investigadores admitem também (Seidlhofer *et al* 2006: 7-8) a co-existência de um ELF meramente funcional e exonormativo e de um outro ELF menos dependente dos padrões nativos, para o qual é possível postular um certo grau de

endonormatividade emergente. Tal não significa que o primeiro não possa reflectir alguns dos sinais de mudança linguística que no segundo se manifestarão já em maior número e com maior frequência, quanto mais não seja porque nos contextos em que este é (mais) usado se verifica uma vigilância atenuada relativamente à “correção” dos enunciados, privilegiando-se mais claramente a inteligibilidade. Este segundo ELF, que corresponde à acepção ELF 4 de Elder e Davis (2006), é o objecto dos estudos de que sumariamente darei conta neste capítulo.

Assim, ainda que possamos definir ELF de maneira abrangente, cobrindo todas as interações mediadas pelo inglês entre falantes de diferentes primeiras línguas, por razões metodológicas, e pelo menos nesta fase, os falantes nativos são, em geral, excluídos da análise. Interessa para já, e tanto quanto possível, investigar o ELF em “estado puro”, entre iguais, uma vez que a presença de falantes nativos poderia induzir tentativas de aproximação à variedade de prestígio representada e, concomitantemente, um desvio do propósito de eficácia comunicativa que é preponderante neste tipo de interacção.

A esta razão metodológica acresce, porém, a necessidade de compensar o desequilíbrio manifesto entre os progressos verificados na descrição das variedades nativas – e, mais recentemente, de algumas das variedades do inglês como segunda língua – e o ainda grande desconhecimento, se não mesmo relativa indiferença, no que ao inglês usado pelos falantes do círculo em expansão diz respeito. Há, aliás, um evidente paradoxo na situação linguística sem precedentes que hoje vivemos, para a qual Seidlhofer tem repetidamente chamado a atenção:

The situation that presents itself (...) is oddly contradictory and paradoxical: on the one hand, we have a very lively and prolific field of research producing extralinguistic treatments of how ‘English’ is – depending on the specific researcher’s domain of interest and ideological orientation – being variously spread, used, forced upon, or withheld from the world at large, coupled with assertions of local values and the importance of intercultural communication in pedagogy. On the other hand, the rapid development in computer technology has opened up hitherto undreamt-of possibilities in language description. The main research efforts in this area, however, are not expended on studying how English is actually used worldwide, but instead concentrate very much on English as a native language. We thus have an inverse relationship between perceived significance and relevance of ‘English’ in the world at large and linguistic description focusing on the “ancestral home” of the language. (Seidlhofer 2001a: 140. Ver também, por exemplo, Seidlhofer 2001b; 2002; 2004).

Por um lado, portanto, reconhece-se que o inglês, nos seus usos internacionais, tem cada vez mais nos falantes não nativos os principais “agentes de mudança linguística” (Brutt-Griffler 1998; 387); por outro lado, é a descrição do inglês das variedades nativas que tem beneficiado quase exclusivamente dos enormes progressos que as novas tecnologias têm proporcionado aos estudos de *corpora*.

Embora alguma da resistência ao reconhecimento de variedades divergentes dos padrões dominantes seja atribuível a atitudes mais ou menos conservadoras e/ou centralistas, ou a um enviesamento provocado por concepções de língua que estreita e automaticamente a associam aos seus falantes nativos,⁵ julgo que há uma outra razão pela qual o estudo do inglês como língua franca tardou, ou tarda ainda, a impor-se como realidade merecedora, ou sequer passível, de descrição e análise. Devemos reconhecer que não se afigura como imediatamente evidente que possamos estar perante um único objecto de estudo. De facto, parece até contra-intuitivo que se possa preservar uniformidade suficiente numa língua puramente instrumental, usada em quadrantes geográficos e culturais que estão, por assim dizer, nos antípodas uns dos outros, e sujeita a fenómenos de interferência de muitas línguas que pouco têm em comum. Nestas circunstâncias, o que à primeira vista pareceria mais previsível seria uma divergência progressiva e, a prazo, uma ininteligibilidade mútua garantida. Porém, o carácter sem precedentes do fenómeno que nos ocupa deve predispor-nos a aceitar algumas surpresas, a procurar ajustar o quadro de análise à nova realidade e não a tentar encaixá-la numa moldura que obviamente já não lhe serve.

The fact that English is used today to cover an unprecedented range of domains and functions worldwide is so new in the history of language contacts that new theoretical and descriptive perspectives are needed to adequately handle the phenomenon. In the case of English we are not dealing with one monolithic, ‘hegemonic’ English voice, but with a great diversity of different localised voices in domains such as business, politics, science, student and touristic encounters, technology and media discourse. (House 2006: 87-88)

Os fenómenos de contacto linguístico nas sociedades actuais, de que o ELF é a mais clara expressão, são imensamente mais complexos e difíceis de delimitar do que no passado, o

⁵ O “falante-ouvinte ideal” é sempre, aparentemente, um falante monolíngue. Seria então, em primeiro lugar, uma raridade, excepção em vez de regra e, portanto, idealmente adequado a não explicar muitos dos processos mentais envolvidos na produção de enunciados, em que a presença/interferência das várias línguas que a maioria dos falantes conhecem, ainda que de forma limitada, apenas improvavelmente não se manifestará em maior ou menor grau. O “falante-ouvinte ideal” seria assim, conseqüentemente, falante de um sistema linguístico fechado. Neste caso, ainda mais do que uma raridade, seria uma impossibilidade, pelo que é difícil perceber a potencial força explicativa da sua teórica existência.

que não quer dizer que a variação possível, a partir de uma base linguística comum, seja infinita, caótica ou arbitrária, como Mauranen e Metsä-Ketelä fazem notar (2006: 2): “(...) it is more likely that general constraints of human languages come into play and the variation is neither endless nor chaotic, and hardly arbitrary.”

Ainda assim, há uma pergunta que parece inevitável: haverá apenas um ELF, ou haverá tantos quantos os contextos sociolinguísticos em que o inglês é a língua mediadora da comunicação?

Julgo que, pelo menos em teoria, a resposta pode ser duplamente afirmativa e pode explicar-se do mesmo modo que se explica a variação da língua inglesa em geral, quer a referente às relações de parentesco e às diferenças entre variedades nativas do inglês, quer ainda a referente à variação dialectal própria de qualquer das realidades linguísticas nacionais. O inglês língua franca europeu, por exemplo, ou o ELF de uma qualquer região da Europa, da África ou da Ásia, poderão ter características próprias, que os distinguirão, quer das variedades nativas, quer de outras variedades de ELF, mas poderão igualmente partilhar com todas elas, nativas e não nativas, traços de identidade que justifiquem que se postule a existência de uma supra-variedade, ou de um “inglês padrão internacional” à espera de descrição e codificação. Esta unidade na diversidade decorrerá forçosamente da raiz linguística comum, mas também da tensão entre forças centrífugas e centrípetas que já antes observámos, a propósito da ocorrência simultânea dos fenómenos de localização e de globalização do inglês.

Ao admitir esta variação estamos a reconhecer, naturalmente, que o ELF se distingue de outras línguas francas e ganha características de uma língua, ou de uma variedade linguística, igual a outras, uma vez que tal diversidade não é compatível com a ideia de limitação funcional, ou de um código simplificado para satisfação de necessidades básicas em interacções mínimas.

ELF is not a language for specific purposes, and it is not a pidgin, because it is neither a restricted language nor a minimal language, but a language showing full linguistic and functional range – a necessary condition for enabling communication between people who would otherwise not be able to communicate. (House 2006: 88)

Porém, a admissão de uma unidade nesta diversidade é ainda, em boa parte, pouco mais do que uma hipótese teórica. No caso do ELF, o primeiro problema a resolver é a passagem do simples reconhecimento, que podemos facilmente dar como adquirido, da dimensão

“funcional” de língua franca que o inglês desempenha, para o possível estabelecimento de uma dimensão “estrutural” da mesma realidade. Nas palavras de James (2005: 133):

While the *functional* essence of the lingua franca (LF) is generally recognized, there is nonetheless a serious striving to adduce empirical evidence for the existence of *structural* commonalities characterizing the LF in its various manifestations.

A situação é, aliás, reconhecida pela generalidade dos investigadores em termos muito semelhantes. Jenkins, no artigo que aparece imediatamente a seguir ao de James no mesmo volume de Gnutzmann e Intemann (2005), parece começar por dizer exactamente a mesma coisa, mas aquilo que, de facto, a ocupa são as atitudes de resistência à aceitação de que, em consequência da nova situação sociolinguística, criada pela difusão sem precedentes do inglês, as normas nativas poderão ter reduzida utilidade/validade para a generalidade dos utilizadores da língua:

(...) the changing function of English around the world – as a vehicle primarily for lingua franca (NNS-NNS) interaction – is generally regarded as unproblematic. The situation is rather different, however, when it comes to matters of (language) form. The logical consequence of the spread of English as a Lingua Franca, or ELF (also known as English as an International Language, or EIL), is that the appropriacy of native speaker (NS) norms should be called into question. (Jenkins 2005a: 145)

A ultrapassagem deste estado de coisas passa necessariamente pela criação de uma base empírica que começou já a ganhar forma e da qual me ocuparei nas partes seguintes deste capítulo. Não se pode esperar uma mudança de atitudes de investigadores e, sobretudo, de professores, sem antes garantir que uma descrição rigorosa, e uma possível codificação, dêem a todos os utilizadores de ELF a confiança para encararem como legítimas as diferenças dos usos do inglês no círculo em expansão. Trata-se da mesma confiança de falantes e professores, aliás, de que o reconhecimento das variedades do círculo exterior também carecia (ou carece ainda), como o já citado Bamgbose observava (ver acima, pág. 26).

3. Descrições do ELF falado: cooperação e regularização

What really matters is that we are sort of basically understood.

(falante dinamarquês de ELF
citado em Seidlhofer *et al.* 2006: 17)

Como se poderá avaliar pelas datas de publicação das referências mais relevantes para o estudo do inglês como língua franca, os esforços para ultrapassar a lacuna conceptual detectada e encontrar uma base empírica para a nova realidade linguística só na última década, e com mais frequência já nos primeiros anos do novo milénio, começaram a ter um carácter sistemático. Por isso mesmo, as suas conclusões não poderão deixar de ser entendidas como provisórias, permitindo apenas formular hipóteses que futuros trabalhos de investigação se encarregarão de confirmar ou infirmar.

Em muitos destes estudos, segundo Seidlhofer (2004: 215), tem-se privilegiado a recolha e análise de dados do inglês falado, em detrimento da língua escrita, por duas razões metodológicas essenciais:

(...) first, the [spoken] language is at one remove from the stabilizing and standardizing influence of writing, and second, spoken interactions are overtly reciprocal, allowing studies to capture the online negotiation of meaning in the production and reception of utterances, thus facilitating observations regarding mutual intelligibility among interlocutors.

Mauranen (2006b: 148) reforça esta ideia e sublinha o papel que a língua falada desempenha na mudança linguística. Se houver sinais de uma mudança linguística em curso motivada, ou acelerada, pela expansão do inglês como língua franca, será certamente na oralidade que eles primeiro se manifestarão. No fundo, aquilo que se procura são precisamente as mudanças operadas no inglês pelo seu uso em contextos novos, diferentes daqueles que tradicionalmente eram tidos em conta para o estudo do fenómeno. A investigação já realizada permite apenas vislumbrar alguns dos hipotéticos traços característicos do ELF, e as conclusões, por vezes contraditórias, aconselham prudência e o alargamento da base empírica, de modo a que seja possível diversificar análises quantitativas e qualitativas de situações reais de comunicação.

Foi na área da pragmática que se realizaram os primeiros estudos sobre a comunicação em inglês como língua franca, mais especificamente, sobre a comunicação entre falantes de inglês de diferentes primeiras línguas e provenientes de países pertencentes ao círculo em expansão. Vale a pena sumariar as principais conclusões possíveis a partir de Firth (1996), Meierkord (1998; 2000), House (1999), Pözl (2003), Pitzl (2005), Mauranen (2006a) e Cogo e Dewey (2006), para citar apenas alguns dos estudos. A característica que me parece mais importante, uma vez que é observada em todas as análises referidas, não obstante as diferenças entre os tipos de interação estudados e as interpretações dos dados recolhidos, parece ser a natureza essencialmente cooperativa das interações em ELF. Isto é, os intervenientes valorizam acima de tudo a eficácia comunicativa, pelo que colaboram na construção dos significados. Segundo alguns (como Firth 1996 e House 1999), esse carácter cooperativo manifesta-se na observação de um princípio que Firth designou *let-it-pass* e que consiste em ignorar “anomalias” fonológicas e léxico-gramaticais, por exemplo, que pareçam não prejudicar a finalidade última da conversação:

The hearer (...) lets the unknown or unclear action, word or utterance ‘pass’ on the (common-sense) assumption that it will either become clear or redundant as talk progresses. This procedure would appear to be a commonly-deployed resource in lingua franca interactions, though [it] is by no means unique to such interactions. (Firth 1996: 243)

Porém, segundo outros, (Pitzl 2005; Mauranen 2006a e Cogo e Dewey 2006), se a conversação em ELF é cooperativa, tal não se deve à observância do princípio de *let-it-pass*, mas, pelo contrário, a uma eficaz negociação dos significados produzidos e, sobretudo, àquela que, segundo Cogo e Dewey (2006: 69) parece ser a estratégia por excelência da pragmática do ELF: a acomodação ou, mais precisamente, a “acomodação convergente”.⁶

Julgo que outras observações generalizantes feitas a partir dos estudos divulgados poderão igualmente variar com os *corpora* e os tipos de evento comunicativo analisados. Por exemplo, será possível atestar uma generalizada baixa frequência de mal-entendidos e o facto de, quando eles ocorrem, serem tendencialmente resolvidos por mudanças de assunto, ou por recurso a repetições e reformulações dos enunciados (Seidlhofer 2004: 218)? Será possível

⁶ O conceito é de Giles e Coupland (1991), que distinguem dois tipos essenciais de estratégia de acomodação: de convergência, em que os intervenientes adaptam o seu comportamento comunicativo, aproximando-o do comportamento do(s) interlocutor(es), e de divergência, em que os participantes na conversa acentuam intencionalmente as diferenças da sua maneira de falar.

comprovar, com estudos quantitativa e qualitativamente mais representativos, a escassa interferência das normas conversacionais da língua materna que House (1999) sugere existir?

House (*ibidem*: 75-78), de facto, suscita dúvidas quanto à baixa frequência e, sobretudo, quanto à origem e natureza dos mal-entendidos em ELF e, embora admita a operacionalidade do princípio de *let-it-pass* na maneira como os intervenientes lidam com ambiguidades e enunciados formalmente imperfeitos, sugere a possibilidade de que tal só ocorra enquanto as tarefas a desempenhar não exijam um elevado grau de precisão. Contudo, a sua hipótese de que os mal-entendidos pudessem ser atribuíveis a diferentes estratégias conversacionais de base cultural não é comprovada pelo estudo que apresenta, o qual parece indicar que a causa primeira das falhas de comunicação será uma insuficiente “fluência pragmática”, sendo esta definida nos seguintes termos:

(...) a marked non-smoothness of the turn taking machinery and conversational mismanagement occasioned by a failure to employ mitigating and lubricating gambits and discourse strategies. (*ibidem*: 85)

A sua conclusão quanto ao que a pedagogia pode fazer pelos falantes de ELF não será leitura agradável em alguns departamentos de estudos anglisticos, mas merece reflexão séria no contexto de reconceptualização da língua inglesa que aqui nos interessa discutir. Não podemos perder de vista que, para o utilizador de ELF (por oposição ao falante de EFL), as normas linguísticas e os aspectos culturais dos países do círculo interior poderão ser muito pouco relevantes e, potencialmente, inúteis:

What needs to be taught in view of students’ needs to hold their own in ELF talk, is less literature, less cultural studies in the traditional sense, less of a focus on so-called “intercultural competence” in the humanistic and affective sense (...), and more intensive, more effective, more linguistically based ‘ordinary’ skill-based language teaching which includes, and is by no means conflicting with, teaching for communicative, pragmatic competence. (*ibidem*: 86)

Se as culturas de origem dos falantes não são a causa aparente dos mal-entendidos, pelo menos nos estudos considerados por House, tal não invalida que a sua presença se faça sentir e contribua mesmo para o característico sabor intercultural do ELF, que permite aos falantes preservar e assumir explicitamente a sua identidade linguístico-cultural, nomeadamente sob a forma de *code-mixing*, quando tal parece conversacionalmente aceitável (Pözl 2003: 20-21).

É o carácter essencialmente instrumental do ELF que leva House a insistir na distinção entre “língua para comunicação” e “língua para identificação” (House 2003: 559-560; 2006: 90-91). Pertencendo o ELF à primeira categoria, ficaria preservada a função identitária das primeiras línguas dos seus utilizadores e, desse modo, garantida não só a sobrevivência das próprias línguas, como o seu papel sócio-cultural. É com este fundamento que House (2003) advoga as vantagens da adopção do ELF como língua oficial das instituições da União Europeia, até como forma de aligeirar as gigantescas proporções da “torre de papel” em que uma Europa em que todas as línguas têm (oficialmente) iguais direitos inevitavelmente se transformou.⁷

Passando agora da pragmática à léxico-gramática, entramos na dimensão do inglês como língua franca em que o trabalho descritivo é ainda mais incipiente. A razão para tal estado de coisas tem a ver com a necessidade de reunir *corpora* suficientemente extensos para que os trabalhos de análise possam garantir resultados representativos e fiáveis.

O *Vienna-Oxford International Corpus of English*, conhecido apenas por VOICE,⁸ que há alguns anos começou a ser compilado na Universidade de Viena sob a direcção de Barbara Seidlhofer, e o ELFA (*English as a Lingua Franca in Academic Settings*), em compilação em quatro universidades finlandesas, sob a direcção de Anna Mauranen, são os principais projectos em curso que poderão permitir determinar se existem ou não traços característicos dos usos do inglês como língua franca. Pela sua natureza mais especializada, e porque o seu objecto está mais próximo de uma acepção de ELF em que o peso das normas nativas é necessariamente maior, parece-me metodologicamente indicado reservar uma apreciação do ELFA para o próximo capítulo, onde discutirei a possibilidade e a utilidade de generalizar a domínios particularmente exigentes as implicações dos conceitos que aqui nos ocupam.

O objectivo último do VOICE é descobrir se há ou não características comuns nos usos do ELF, não obstante toda a diversidade, independentemente das primeiras línguas dos

⁷ O facto de o ELF ser essencialmente uma língua de comunicação pode não ser garantia de que as restantes línguas não verão o seu papel, nomeadamente enquanto línguas de ciência e de cultura, progressivamente diminuído. Uma vez que o inglês ocupa a posição de língua de prestígio em inúmeros domínios – desde as mais variadas áreas de investigação científica e tecnológica, passando pela cultura popular e pelos negócios, e chegando às mais elevadas instâncias políticas internacionais – não há garantia absoluta de que as línguas substituídas não venham a sofrer, por atrito, uma progressiva restrição funcional, inversamente proporcional ao alargamento das funções ganhas pelo ELF, num fenómeno, aliás, semelhante ao que historicamente ocorreu na relação diglósica entre os dialectos de prestígio seleccionados e padronizados e os restantes dialectos. Embora as situações não sejam inteiramente comparáveis, o receio de que tal possa ocorrer tem já motivado políticas linguísticas que visam proteger o papel das línguas nacionais, nomeadamente, no ensino superior (ver, por exemplo, Phillipson 2006).

⁸ Na sua fase inicial, teve a designação de *Vienna-Oxford ELF Corpus* (Seidlhofer 2001a: 146), o que ilustra mais uma vez a hesitação terminológica característica do estado de desenvolvimento desta área de investigação. Para informações sobre o *corpus*, nomeadamente sobre os critérios de recolha e de selecção dos dados (ver Breiteneder *et al* 2006).

falantes e dos respectivos níveis de competência no uso da segunda língua (Seidlhofer 2004: 219). Pretende-se que o *corpus* venha a constituir uma base de trabalho para estudos de vária ordem, mas Seidlhofer (*ibidem*) sugere que seria útil, pelo menos inicialmente, centrar a investigação na área da léxico-gramática, como forma de complementar o que já foi feito no domínio da pragmática (parcialmente sumariado acima) e no domínio da fonologia (sobretudo Jenkins 2000; 2002, de que adiante falarei). O que já se conhece dos resultados obtidos pela investigação da léxico-gramática do ELF no âmbito do projecto VOICE permite apenas avançar hipóteses, mas algumas das regularidades observáveis parecem ser corroboradas, pelo menos parcialmente, por estudos recentes baseados noutros *corpora* (ver, por exemplo, Breiteneder 2005 e Cogo e Dewey 2006), embora também já tenham sido postas em dúvida, por exemplo, por Mollin (2006), a qual não encontrou no seu estudo, ainda que de âmbito reconhecidamente restrito, sinais da emergência de traços universalizáveis.

Se apreciadas sob uma perspectiva estritamente descritiva, enquanto comportamentos linguísticos que permitem uma comunicação bem sucedida, e não como “erros”, por referência aos comportamentos equivalentes dos falantes nativos, as referidas regularidades poderão ser classificadas como casos de mudança linguística em curso no inglês do círculo em expansão. Pelo menos algumas das diferenças léxico-gramaticais que parecem emergir como características do ELF são semelhantes a casos de variação e mudança verificados nos outros dois círculos, quer nos dialectos e variedades padrão (ou em fase de padronização), quer em dialectos regionais ou usos não-padrão (também por vezes designados sub-padrão).

Exemplo disto mesmo é a tendência, que parece bastante generalizada, segundo alguns estudos, para a omissão frequente do *-s* da terceira pessoa do singular do presente simples, mesmo entre falantes que não só aprenderam inglês na escola, como manifestamente conhecem a regra em causa (Seidlhofer *et al* 2006: 15). Este pequeno morfema está, aparentemente, a transformar-se numa espécie de caso exemplar, dadas as frequentes referências que merece, como se fosse um sinal indicativo daquilo que os falantes de ELF podem estar a fazer com a gramática do inglês. Seidlhofer *et al* (*ibidem*: 15-16) e Breiteneder (2005: 11-12) sublinham que a sua omissão não é uma característica específica do ELF, antes se observa em variedades de inglês de todos os círculos. Uma referência comum para atestar o facto é Trudgill (2002b: 95), segundo o qual há um grande número de variedades de inglês que regularizaram esta idiosincrasia do inglês padrão, embora apenas uma delas seja ainda hoje falada no Reino Unido: o dialecto de East Anglia.⁹ Ora, o que todas essas realidades

⁹ Algumas das realidades a que Trudgill (2002b: 95) chama as “variedades” em que esta regularização ocorre não podem, em rigor, ser classificadas como variedades do inglês, mas compreende-se a pertinência de observar

linguísticas têm em comum, ainda segundo Trudgill (*ibidem*), é uma longa história de contacto linguístico, o qual é consabidamente propício a fenómenos de simplificação e regularização. Julgo que é particularmente útil ter esta ideia sempre presente no estudo de uma realidade como o ELF, um produto por excelência de situações de contacto linguístico.

No caso do morfema da terceira pessoa do presente simples, Cogo e Dewey (2006), num estudo que cruza dois *corpora* inicialmente criados para tratar independentemente aspectos da pragmática e da léxico-gramática, refinam a análise pela distinção entre verbos principais e verbos auxiliares, provando que a ausência de *-s* apenas é prevalecte nos verbos principais e que, pelo contrário, nos verbos auxiliares ele é largamente predominante. Concluem que a não realização do morfema na maioria dos verbos que veiculam significado lexical comprova a sua inutilidade comunicativa (*ibidem*: 83). O estudo sugere que existe uma motivação pragmática neste comportamento linguístico, fundamentalmente traduzido numa estratégia de cooperação, ou de “acomodação convergente”, a que acima já fiz referência, atestada pelo facto de a não realização de *-s* ser predominante nas interacções que têm lugar na ausência de falantes nativos do inglês e, embora com menor frequência, continuar a ocorrer quando os nativos nelas participam. O conceito de “acomodação” poderá revelar-se central na caracterização da realidade sociolinguística que nos ocupa, não apenas ao nível estritamente pragmático-discursivo, mas tendo reflexos pragmaticamente motivados, quer seja no plano léxico-gramatical (conforme acabámos de ver), quer seja no plano fonológico (como veremos mais adiante).

Vejamos agora outras das hipotéticas variações léxico-gramaticais em ELF que ocorrem com frequência e não constituem qualquer impedimento a interacções bem sucedidas, as quais apontam também no sentido da regularização, ou da redução. Sumariando, e de acordo com a lista de traços apresentados por Seidlhofer (2004: 220; reproduzidos, ligeiramente revistos e aumentados, por Jenkins 2006a: 170), são os seguintes os restantes e, mais uma vez me parece importante sublinhar, *potenciais* traços característicos da léxico-gramática do ELF observados no VOICE:

- confusão entre os pronomes relativos *who* e *which*

a similaridade de processos de regularização, uma vez que os crioulos referidos, ainda que sejam já novas línguas, têm base inglesa e são, efectivamente, produto de uma situação de contacto linguístico. A lista de “variedades” apresentada por Trudgill é a seguinte: o *African American Vernacular English* (ou AAVE); os crioulos de base inglesa das Caraíbas e da África ocidental; o Tok Pisin, o Bislama e o pidgin das Ilhas Salomão, no Pacífico Sul; a língua falada em Pitcairn e na ilha de Norfolk; o inglês de Santa Helena, e ainda as variedades institucionalizadas de Singapura e Malásia.

- omissão de artigos definidos e indefinidos em contextos nos quais o seu uso seria obrigatório nas variedades nativas, mas também a sua inserção em contextos nos quais as variedades nativas não os admitem
- uso de uma *tag question* universal, como *isn't it?* ou *no?*, em vez de, por exemplo, *shouldn't they?*
- inserção de preposições redundantes, como em *We have to study about...* e em *can we discuss about...?*
- uso excessivo de verbos semanticamente gerais, como *do*, *have*, *make*, *put*, *take*, em vez de verbos semanticamente mais precisos
- uso de expressões com *that*, em vez de construções infinitivas: *I want that we discuss about my dissertation*
- excesso de explicitação: *black colour*, em vez de, simplesmente, *black*; ou *How long time?* em vez *How long?*
- pluralização de nomes que são incontáveis nas variedades padrão nativas: *informations*; *staffs*; *advices*

Cogo e Dewey (2006: 74) confirmam a quase totalidade destes traços, com exceção da pluralização de nomes incontáveis, mas lamentam que a linguagem utilizada para os referir pareça ainda partir de uma perspectiva de “análise de erros”, uma vez que segue critérios de classificação negativos. “Omissão”, “confusão”, “excesso de...”, ou “uso excessivo”, por exemplo, só são justificáveis por referência às variedades inglesa e norte-americana. Na sua própria classificação dos aspectos da léxico-gramática do ELF, Cogo e Dewey (*ibidem*: 75) optam por um critério que consideram mais adequado à descrição de opções linguísticas com tanta legitimidade como quaisquer outras. Assim, e apenas a título de exemplo, onde Seidlhofer (2004: 220) escrevia: “**Dropping** the third person present tense”, Cogo e Dewey (*ibidem*) escrevem: “**Use** of 3rd person singular zero”; “**Confusing** the relative pronouns *who* and *which*”, transforma-se em “**Extension** of relative *which* to include functions previously served only by *who*”; “**Omitting** definite and indefinite articles” passa a “**Shift** in the use of articles”; “**Failing to use correct forms** in tag questions” passa a ser “**Invariant** question tags.”

Contudo, se há traços recorrentes que não são causa de mal-entendidos ou de quebras de comunicação, outros há que suscitam esse tipo de problemas. O mais saliente deles é aquilo a que Seidlhofer chamou “idiomaticidade unilateral” (2002: 211; 2004: 220), que ocorre quando um dos participantes na interação faz uso de expressões idiomáticas desconhecidas

do(s) seu(s) interlocutor(es). Este tipo de comportamento pode, em certos casos, constituir uma manifestação de menor consciência da natureza eminentemente intercultural das interações em ELF, consciência que, em geral, parece patente nas estratégias de cooperação adoptadas para garantir a eficácia comunicativa.

4 . Jennifer Jenkins e a fonologia do inglês como língua franca

4.1. Um modelo realista

Se acompanharmos House (2006: 559) na distinção entre “línguas para comunicação” e “línguas para identificação”, a que já antes aludi, e reconhecermos que o ELF tem um carácter essencialmente instrumental, não parece difícil aceitar que a acomodação desempenhe aqui um papel mais importante do que na conversação entre falantes da mesma língua materna. Afinal de contas, se a eficácia comunicativa entre falantes de diferentes primeiras línguas é o objectivo primordial da generalidade das interações, é compreensível que as estratégias conversacionais se subordinem à prossecução desse objectivo. Mas, para que as estratégias de acomodação sejam bem sucedidas, é necessário que os falantes de ELF possam fazer uso de uma considerável gama de recursos linguísticos. De entre esses recursos, a pronúncia pode muito bem revelar-se o primeiro e decisivo factor de sucesso ou de fracasso comunicativo.

O primeiro estudo aprofundado sobre o inglês como língua franca incidiu precisamente no domínio da fonologia (Jenkins 2000) e avançou desde logo com propostas para o ensino mais ajustadas à configuração sociolinguística contemporânea de que me ocupei no primeiro capítulo.

A ideia de que nos círculos “exterior” e “em expansão” as pessoas aprendem o inglês essencialmente para interagir com falantes nativos da língua – a primeira das seis falácias relativas aos usos e aos utilizadores do inglês num contexto intercultural, segundo Kachru (1992: 357) – traduzir-se-ia, no caso particular do ensino da pronúncia, na necessidade de aproximação a um dos sotaques nativos de maior prestígio:

[In EFL] the purpose of learning is, by definition, to speak the target language as a ‘foreigner’ in order to facilitate communication with NSs of the language. Here, it seems reasonable to argue that the goal of pronunciation teaching should be the sufficiently close approximation of an NS accent such that it can be understood by NSs of that language. In this case, the choice of pedagogic model is (or should be) a matter of selecting

the NS accent which will have widest currency among the learner's target (NS) community. (Jenkins 2002: 85)

Ora, conforme já vimos, na maioria dos contextos sociolinguísticos em que o inglês é hoje usado como língua auxiliar, o tipo de interacção mais frequente e, em muitos casos, efectivamente o único em que os utilizadores do inglês virão a participar, não envolve falantes nativos, pelo que a escolha do modelo pedagógico em função da pronúncia da comunidade alvo deixa de fazer qualquer sentido. O “alvo” a atingir torna-se difuso, porque a muitos destes falantes não interessará preferencialmente ser entendidos por ingleses, ou norte-americanos, ou australianos. Voltando a citar Jenkins: “Speakers of EIL¹⁰ are not ‘foreign’ speakers of the language, but ‘international’ speakers” (*ibidem*).

Nestas circunstâncias, persistir na utilização dos modelos pedagógicos tradicionais, *Received Pronunciation* (RP) ou *General American* (GA), não só pode ser completamente inútil, como pode até revelar-se prejudicial, pelo menos a avaliar por alguns estudos de inteligibilidade, segundo os quais os falantes nativos nem são os mais facilmente compreendidos, nem são aqueles que mais facilmente compreendem outras variedades do inglês:

Native speakers (from Britain and the United States) were not found to be the most easily understood, nor were they, as subjects, found to be the best able to understand the different varieties of English. (Smith 1992: 88)

Se tivermos sempre presente que o objectivo último é o de assegurar a inteligibilidade,¹¹ parece-me que há vários argumentos suficientemente fortes contra o uso do RP. O seu escasso número de falantes,¹² a sua progressiva perda de prestígio em favor de alguns sotaques regionais, que levaram a que, na prática, tenha já deixado de servir como modelo para o ensino da própria língua materna, bem como as mudanças que sofreu ao longo do tempo,

¹⁰ Em 2000 Jenkins optou pela designação *English as an International Language* (EIL), que era então mais reconhecível, embora falasse já das vantagens conceptuais de ELF (ver acima, págs. 33-34). Escrevia ela então: “(...) it remains to be seen whether ELF ultimately catches on.” (Jenkins 2000: 11). Como ELF parece, de facto, ter “pegado”, Jenkins passou também a adoptar o acrónimo (ver, por exemplo, Jenkins 2006a: 160, para uma explicação das vantagens da designação).

¹¹ Jenkins adere ao conceito de inteligibilidade exposto, por exemplo, em Smith (1992: 76), com uma pequena qualificação que aqui destaco em itálico: “It concerns the production and recognition of the formal properties of words and utterances and, in particular, the ability to produce and receive phonological form, *but regards the latter as a prerequisite (though not a guarantee) of ILT [Interlanguage Talk] success at the locutionary and illocutionary level.*” (Jenkins 2000: 78).

¹² Muitas vezes se repete o número de 3%, estimativa pela qual Trudgill (2002d: 171-172) assume responsabilidade, admitindo que possa ter errado por defeito, o que não invalida que os falantes de RP sejam uma minoria, ainda que o sotaque seja definido de uma maneira ampla, incluindo todas as aproximações.

tornam a sua existência no plano internacional pouco mais do que uma realidade idealizada e obsoleta. No estrito plano pedagógico, acresce a tudo isto o facto de não se tratar de um sotaque fácil de aprender, quer do ponto de vista da recepção, quer do ponto de vista da produção (Jenkins 2000: 14-15).

Mas a principal objecção à escolha desta ou de outra variedade de referência está no seu carácter apriorístico. Para saber o que melhor pode servir o objectivo último, é preciso começar por observar o que se passa de facto na comunicação entre os representantes do maior número dos utilizadores de inglês hoje, os falantes de ELF, mas sobretudo aqueles que Jenkins designa como “falantes de inglês não bilingues”. Convém, naturalmente, explicar o que isto significa: no sentido de ultrapassar a potencialmente enganadora distinção nativo/não nativo, Jenkins (2000: 9-10) propõe uma nova categorização: àqueles que apenas falam inglês fluentemente chama “falantes de inglês monolingues” (*monolingual English speakers*, MES); aos que falam outra língua fluentemente, além do inglês, nativos ou não, chama “falantes de inglês bilingues” (*bilingual English speakers*, BES); finalmente, àqueles que, podendo embora ser bilingues, não o são em inglês, isto é, não falam o inglês fluentemente, chama “falantes de inglês não bilingues” (*non-bilingual English speakers*, NBES).

É a interacção entre falantes deste último tipo que é objecto do estudo de Jenkins para o estabelecimento do *Lingua Franca Core*. Dado que, nestes casos, a comunicação é decisivamente afectada pelo domínio imperfeito da língua, justifica-se que as interacções sejam designadas como *interlanguage talk* (ILT), um código linguístico em fase de evolução, em que aqueles que estão a aprender uma segunda língua se exprimem. Na acepção específica de Jenkins, ILT designa o modo como interagem falantes não bilingues de inglês que têm diferentes primeiras línguas:

These are members of the expanding circle whose English has either fossilized at some point along the interlanguage continuum before achieving bilingual status, or is still in the process of moving in the latter direction, probably by means of continued language instruction. (Jenkins 2000: 19)

O que aqui está em causa não são, portanto, todos os falantes de ELF, mas apenas aqueles que manifestam ainda um domínio insuficiente do repertório de recursos linguísticos necessários a uma comunicação bem sucedida.

4.2. Transferência fonológica e questões de inteligibilidade

Os resultados da investigação expostos na obra de Jenkins (2000) parecem tornar evidente que a pronúncia está na origem dos maiores problemas ocorridos nestas interações e é responsável por grande parte das quebras de comunicação, sendo as dificuldades tanto maiores quanto maiores são as diferenças entre as primeiras línguas dos intervenientes.¹³ Sob a forma de hipótese, isso era já, pelo menos até certo ponto, previsível, desde logo, pela inevitável transferência de características articulatórias das primeiras línguas, que podem diferir muito marcadamente entre si, para a produção dos sons do inglês.

O papel da transferência fonológica revela-se, de facto, decisivo na produção dos falantes não bilingues e é causa frequente de mal-entendidos. Tendo em vista o estabelecimento do *Lingua Franca Core* (LFC), o seu estudo ocupa lugar central no trabalho preliminar de Jenkins. Tentar aqui, porém, uma análise dos processos da transferência que afectam a produção dos falantes não bilingues de inglês seria correr o risco de uma simplificação excessiva. Bastará talvez dizer que Jenkins (2000: 99-121) enumera e analisa processos universais, desenvolvimento motor e cognitivo, factores contextuais e estilísticos, hábitos adquiridos e automatismos, bem como noções de ambiguidade.

Em geral, os dados obtidos parecem ir ao encontro da chamada *Contrastive Analysis Hypothesis*, ou CAH, segundo a qual a dificuldade de aprendizagem seria proporcional às diferenças entre a língua materna e a segunda língua (Jenkins 2000: 99-100). Contudo, talvez seja mais rigoroso falar, não em diferenças entre línguas, mas em traços ou fenómenos mais marcados, que afastam pontualmente línguas que, em muitos aspectos, podem até ser semelhantes, tornando mais difícil a aprendizagem desse traço particular e não necessariamente da língua no seu conjunto. Neste caso, estaremos mais próximos da chamada *Markedness Differential Hypothesis*, ou MDH (Jenkins 2000: 103-104): duas línguas podem ser muito próximas ao nível léxico-gramatical, por exemplo, mas, se uma delas apresentar traços fonológicos muito marcados, as dificuldades dos falantes da outra língua para os reproduzir serão proporcionais à diferença encontrada. No caso dos sistemas fonológicos das variedades padrão britânica e americana, dois fonemas que parecem representar obstáculos

¹³ Ver, por exemplo, os resultados de uma análise de quarenta interações em que ocorreram quebras de comunicação, apresentados em Jenkins (2000: 84-91): vinte e sete delas ocorreram devido a pronúncia incorrecta/imprecisa; oito devido a problemas lexicais; apenas uma ficou a dever-se a erro gramatical e uma outra ao que pode chamar-se conhecimento do mundo, havendo três casos ambíguos e/ou atribuíveis a causas várias.

universais, independentemente da proximidade relativa da primeira língua dos falantes, são as fricativas dentais /θ/ (de *three, think* ou *both*) e /ð/ (de *those, there* ou *bother*). O mesmo se poderá dizer da qualidade e quantidade dos fonemas vocálicos, que, noutras variedades padrão e no inglês como língua franca, sofrem reduções acentuadas.

As dificuldades colocadas pelos aspectos articulatórios são agravadas, do lado da recepção, por um aspecto psico-linguístico que parece desempenhar papel decisivo nas interações dos falantes que foram objecto de estudo. Ao contrário do que acontece nos casos em que os falantes envolvidos são fluentes, nos quais o receptor faz uso frequente de informação contextual e co-textual para perceber o sentido daquilo que ouve, quando os interlocutores são ambos não bilingues, o receptor tem tendência a prestar apenas atenção ao sinal acústico e a concentrar nele todo o seu esforço de descodificação. Se aquilo que ouve parece não encontrar correspondência nas pistas extra-linguísticas, ou nas redundâncias linguísticas presentes no co-texto, o receptor procura frequentemente ajustar contexto e/ou co-texto à informação acústica e não o contrário (Jenkins 2002: 89-90). Vejamos apenas um exemplo, dos muitos possíveis, deste tipo de ocorrência, retirado de Jenkins (2000: 81).¹⁴

Os interlocutores, envolvidos na resolução de uma tarefa durante uma aula de inglês, são uma falante japonesa (B), que acabou de descrever seis imagens ao segundo falante, um suíço de língua alemã (A), que estava de posse das mesmas seis imagens, apenas ordenadas numa sequência diferente. Na sua descrição, B tinha referido “three led cars”, o que dificultou a identificação por A da imagem descrita. Transcreve-se seguidamente a conversa ocorrida entre ambos imediatamente após a conclusão da tarefa:

A – I didn’t understand the let cars. What do you mean with this?

B – Let [let] cars? Three red [red] cars (very slowly).

A – Ah, red.

B – Red.

A – Now I understand. I understood car to hire, to let. Ah, red, yeah I see.

Embora houvesse apenas uma imagem com carros (três), e não houvesse nenhuma imagem que mostrasse viaturas para alugar, A decidiu confiar na pronúncia de B em vez de recorrer à informação visual de que dispunha, indo à procura de uma imagem não existente.

Jenkins observa que, ao longo da aprendizagem da língua, os falantes de inglês não bilingues passarão seguramente a ser capazes de fazer uso de combinações dos dois tipos de

¹⁴ Convém sublinhar que quebras de comunicação semelhantes ocorrem entre falantes de línguas maternas muito diversas daquelas que aqui servem de exemplo.

processamento da informação (*top down* e *bottom up*, que podemos traduzir como “de cima para baixo” e “de baixo para cima”), mas as dificuldades encontradas parecem ser reais, generalizadas e ocorrer mesmo quando os dois interlocutores atingiram níveis de competência linguística relativamente elevados¹⁵. Quando o sinal acústico recebido é afectado por um erro de pronúncia não partilhado, a dificuldade de entender o que se ouve parece inevitável:

(...) Moreover, this is not restricted to phonological error, since N[on] B[ilingual] E[nglish] S[peaker]s have a narrower band of allophonic tolerance than either M[onolingual] E[nglish] S[peakers]s or B[ilingual] E[nglish] S[peaker]s, so that phonetic errors may also be problematic. This is linked closely to the fact that the majority of NBESs have not been exposed to a range of other NBES accents and the types of phonological and phonetic transfer they contain. It is precisely this lack of exposure which causes them to focus on bottom-up information. (Jenkins 2000: 20)

Temos assim encontrados, ao nível da pronúncia, os principais factores interdependentes que contribuem para o sucesso ou o insucesso da comunicação em inglês como língua franca. Do lado da produção, parece decisivo o papel da transferência fonológica, enquanto que, do lado da recepção, o mais importante parece ser o modo como a informação é processada, a par da maior ou menor familiaridade dos falantes com sotaques de outras línguas.

É curioso ainda observar o papel relativamente reduzido que os traços supra-segmentais parecem desempenhar para garantir a inteligibilidade, se compararmos com o que acontece nas interacções que envolvem falantes nativos, o que explica a sua quase ausência do *Lingua Franca Core* (Jenkins 2000: 135-136 e 146-156).

4.3. Lingua Franca Core: inteligível, ensinável, aprendível

Uma vez que o LFC tem como objectivo pedagógico facilitar a comunicação pelo aumento da inteligibilidade, interessa primeiro determinar o que precisa de ser aprendido e o que é passível de ser ensinado. Ou seja, interessa saber quais os aspectos da transferência fonológica que, não prejudicando a inteligibilidade, podem ser excluídos dos programas, ou pelo menos ver a sua importância relativa reduzida; quais os aspectos que, prejudicando a inteligibilidade, precisam de ser corrigidos e, podendo ser ensinados, devem fazer parte

¹⁵ Os níveis de competência linguística dos falantes envolvidos nos estudos empíricos de Jenkins (2000; 2002) variam entre os convencionalmente designados como *upper-intermediate* e *advanced*, correspondentes aos exames de FCE (*First Certificate in English*) e CAE (*Certificate in Advanced English*) do sistema Cambridge ESOL; ou aos níveis B2 (Vantagem) e C1 (Autonomia) do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (Conselho da Europa 2001: 45-72).

obrigatória dos programas de ensino da língua; e, finalmente, os aspectos que, prejudicando embora a inteligibilidade, não são passíveis de ser ensinados, ou significariam uma desproporcional perda de tempo lectivo, e cuja correcção deve ser procurada por outros meios:

The main issue at stake, then, is the extent to which the abundance of transferred items typical of much NBES speech needs to be replaced with closer approximations to the L2 [second language] target in order to safeguard phonological intelligibility. (Jenkins 2000: 123)

É claro que, quando falamos de transferência e de aproximações à norma da segunda língua, está subentendido que os pontos de referência, em matéria de pronúncia, continuam a ser as normas nativas, sob as formas dominantes de RP e GA (Jenkins 2000: 143). Nem poderia ser de outro modo, uma vez que elas são os únicos modelos reconhecidos e universalizados no ensino da língua inglesa e ainda os que mais frequentemente são expostos pelos meios de comunicação. Portanto, muito do que os falantes de ELF provavelmente partilham pode encontrar-se em “aproximações” a esses modelos.

Assim, com base nos dados recolhidos em dois estudos e numa experiência, e ainda na análise de um *corpus* de observações de campo, Jenkins propõe o *Lingua Franca Core* (LFC). Elaborado a partir daquilo que os falantes já têm em comum do ponto de vista fonológico e identificando aquilo que precisam de partilhar, chega-se a um conjunto de traços que poderão, pelo menos, assegurar que não será a pronúncia a impedir o entendimento em contextos internacionais.

(...) although the LFC is grounded in RP and GA, this is only to the extent that features of these varieties are shown in the data to be crucial to intelligibility among L2 (NBES) speakers of English. Some RP/GA features clearly have the opposite effect while others appear to be inconsequential for international intelligibility. In the latter two situations, the core is modified in the directions of L2 varieties. (Jenkins 2000: 131)

Para que fiquem claros, quer o número, quer o tipo de traços fonológicos que Jenkins apurou como mínimo denominador comum exigível para assegurar a inteligibilidade em inglês como língua franca, transcreve-se seguidamente (traduzido e adaptado) o *Lingua Franca Core*, de acordo com a descrição mais sumária de Jenkins (2002: 96-97):

1. Todas as consoantes, com as seguintes exceções e ressalvas:

- Algumas substituições de /θ/ and /ð/ são aceitáveis, porque são inteligíveis em inglês como língua internacional.¹⁶
- 'r' das variedades róticas, em vez das não róticas.
- /t/ inter-vocálico britânico em palavras como *latter* e *water*, em vez da vibrante simples americana [r].
- Variação alofônica aceitável, desde que a pronúncia não se confunda com a de outro fonema. Por exemplo, a pronúncia espanhola de /v/ como [β], em posição inicial, leva a que se seja ouvido como /b/. Assim, *vowels* é ouvido como *bowels*.

2. Requisitos fonéticos adicionais

- Aspiração de consoantes oclusivas surdas em posição inicial /p/, /t/ e /k/. Por exemplo, [phɪn] (*pin*) é diferente de /spɪn/ (*spin*), caso contrário estas oclusivas confundem-se com as suas correspondentes sonoras /b/, /d/ e /g/.
- Vogais abreviadas antes de consoantes surdas e manutenção das vogais mais longas antes de consoantes sonoras: por exemplo o /æ/ mais breve em *sat*, por oposição à vogal mais longa de *sad*, ou o /i:/ em *seat*, por oposição ao /ɪ/ de *seed*.

3. Grupos consonânticos

- Não omissão de sons nos grupos em posição inicial, por exemplo **pr**omise, **st**ring.
- Omissão nos grupos em posição medial ou final apenas admissível de acordo com as regras da estrutura silábica do inglês como primeira língua: *factsheet* pode ser pronunciado *facshheet*, mas não *fatshheet* or *facteet*.
- /nt/ inter-vocálico como no inglês britânico: *winter* pronunciado /wɪntər/, em vez da pronúncia do inglês americano, na qual, por síncope do /t/, se pronuncia /wɪnər/.
- As adições (epênteses e paragoges) são aceitáveis. Por exemplo, *product* pronunciado /pɹɪ'ɒdʌktɔ/ é inteligível para interlocutores não nativos. Mas as quedas não o são. Por exemplo, *product* pronunciado /pɹɒdʌk/.

4. Sons vocálicos

- Manutenção do contraste entre vogais breves e longas: *live* e *leave*.

¹⁶ Em Jenkins 2000: 159 e 2006: 37, aparecem também como aceitáveis as substituições de /ɫ/ (*dark l*).

- A qualidade das vogais de variedades regionais do inglês como segunda língua é aceitável se usada de maneira coerente, à excepção de substituições do som /ɜ:/ de *bird*, que regularmente causam problemas.

5. *Produção e colocação do acento tónico (nuclear)*

- Uso adequado do acento contrastivo como forma de indicar o sentido do enunciado. Por exemplo, a diferença de significado entre *I came by TAXI* and *I CAME by taxi* (a palavra acentuada é a que aparece em maiúsculas). O primeiro caso é uma afirmação neutra de um facto, enquanto o segundo tem um significado adicional, que poderia continuar assim: *but I'm going home by bus*.

4.4. *Pronúncia e acomodação*

É claro que este conjunto de requisitos fonológicos não será, por si só, suficiente para que o ensino da pronúncia tenha o efeito desejado. Até pelo carácter quase minimalista da proposta, depreende-se a aceitação de um facto incontornável: a variação regional será sempre muito acentuada. Assim, além da aprendizagem deste núcleo básico de traços fonológicos, interessa que os programas de ensino prevejam estratégias que visem desenvolver a capacidade dos falantes para se adaptarem às circunstâncias particulares de cada acto comunicativo. A exposição a sotaques de um maior número de variedades de inglês, na impossibilidade de interagir directamente com os falantes das mesmas, será uma maneira de desenvolver mecanismos de compensação para um domínio limitado dos aspectos fonológicos.

Por outras palavras, trata-se de desenvolver competências de acomodação que permitam interagir em inglês com falantes das mais diversas origens (Jenkins 2002: 98-101). No plano fonológico, entre falantes com domínio limitado da língua, e ao contrário do que acontece nos domínios da pragmática e da léxico-gramática, o esforço de acomodação convergente não se manifesta mediante uma tentativa de aproximação à produção linguística do(s) interlocutor(es), mas sim por uma tentativa de aproximação às formas do modelo aprendido, a não ser que o interlocutor seja falante da mesma língua materna (Jenkins 2000: cap. 3), o que ocorre essencialmente em situações de aula e menos em situações reais de comunicação.

(...) convergence in ILT [interlanguage talk] manifests itself in non-traditional ways – that is, in a closer approximation to core target forms rather than in adjustments in the direction of an interlocutor's (incorrect)

core forms – in situations where interlocutor comprehension is particularly salient. (Jenkins 2000: 179)

Tal como nos planos de análise linguística de que anteriormente dei conta, também aqui se manifesta essa característica nuclear do ELF, que consiste em tentar, acima de tudo, assegurar a inteligibilidade e a eficácia comunicativa. No caso da fonologia, é compreensível que os falantes sintam que a produção de sons próximos de um “padrão” torna mais provável o entendimento por um interlocutor que presumivelmente aprendeu na escola o mesmo conjunto de traços fonológicos. No quadro vigente do ensino/aprendizagem do inglês como língua estrangeira, a convergência realiza-se por tentativas de aproximação ao RP ou ao GA. No quadro potencial de um ensino do inglês como língua franca, a convergência realizar-se-ia por aproximação ao LFC, o qual, se vierem a comprovar-se os resultados dos estudos de Jenkins, estará em melhores condições de assegurar o entendimento entre o maior possível de falantes das mais diversas proveniências linguísticas.

4.5. Críticas, reservas e mal-entendidos

Algumas das críticas que têm sido feitas à proposta de Jennifer Jenkins (2000; 2002) – a algumas das quais respondeu, por exemplo, em Jenkins (2005c) – resultam de equívocos persistentes, que começam pela não distinção entre os pressupostos de um (apenas possível) ensino do inglês como língua franca e do ensino do inglês como língua estrangeira, ou pela ideia de que eles seriam mutuamente exclusivos. Wells, por exemplo, escreveu:

The Lingua Franca Core (LFC) approach can be represented – with oversimplification and rather unfairly – as saying that we should ignore the parts of English that NNSs tend to get wrong. (Wells 2005: 103)

Esta observação é mais do que uma simplificação excessiva e do que uma crítica injusta. Embora mais adiante no mesmo artigo admita que as propostas de Jenkins ainda exigem o domínio de um número considerável de aspectos difíceis da pronúncia, que muitos utilizadores do inglês como língua franca não chegam a conseguir, a verdade é que o seu artigo, bem como o de Szpyra-Kosłowska (2005), partem do equívoco de que o LFC seria, em primeiro lugar, uma proposta de simplificação da pronúncia do inglês para estrangeiros e, em segundo lugar, uma admissão dos “erros” dos não nativos.

Ora, se ajustar o ensino da pronúncia ao que é necessário para entender e ser entendido, e em função do que é passível de ser ensinado, alivia a extensão da tarefa pedagógica, isso

não equivale a dizer que se facilita a aprendizagem, mas apenas que se alteram os objectivos a atingir. Se é mais fácil ou mais difícil do que até aqui dependerá de vários factores, nomeadamente da primeira língua dos alunos. Por outro lado, para que o conceito de ELF tenha alguma validade prática, é seguramente necessário redefinir “erro” e, neste caso concreto, definir erro de pronúncia. Em ELF, erro não pode ser aquilo que se desvia das normas das variedades nativas, mas sim aquilo que afecta a inteligibilidade. Assim, se um falante não conseguir produzir um som que faz parte do núcleo de traços considerados essenciais (o LFC), isso constituirá um erro de pronúncia; se o som produzido não pertencer a esse núcleo, por não ser necessário para garantir a inteligibilidade, poderemos estar, por exemplo, perante um caso de variação regional (Jenkins 2000: 158-160; 2006c: 37).

Outra crítica que tem sido dirigida ao LFC é a de que a sua aplicação seria contraproducente e mesmo nociva, uma vez que dificultaria o acesso dos alunos a comunidades de prestígio, pela mais baixa aceitabilidade de pronúncias, não só divergentes das normas dominantes, como fortemente marcadas por traços das línguas maternas. É o caso de Sobkowiak (2005), que parece julgar que a proposta de Jenkins visa a imposição de um modelo único, quando é precisamente a possibilidade de escolher o modelo mais adequado a cada contexto, até com base em adaptações locais do LFC, ou mesmo na continuação do ensino de RP ou GA que Jenkins continuamente tem defendido.

It would (...) constitute a serious misrepresentation of my position to suggest that I am attempting to impose a monolithic pronunciation model on ELF users. For not only is the Lingua Franca Core not a model (...), but it also respects both ELF learners' right to choose whether or not they adopt it and the diversity of their accents. (Jenkins 2006c: 36)

Assim, a recomendação de Wells (2005) de que não seja negligenciada a necessidade de interagir com falantes nativos, não parece ser crítica dirigida à proposta de Jenkins, a qual não exclui, em momento algum, este tipo de interacção. Não se trata nunca, aliás, de escolher entre falar com uns ou com outros, como Wells parece sugerir logo na abertura do seu artigo (Wells 2005: 101). Trata-se, isso sim, de ser suficientemente realista para não atribuir excessivo peso pedagógico a aproximações a modelos que poderão revelar-se de utilidade muito limitada. Contudo, a aproximação a modelos particulares, incluindo o RP, se circunstancialmente mais adequados às necessidades individuais do falante, não é nunca posta de parte.

Por outro lado, considerando a base empírica do LFC, que recusa o privilégio da “propriedade” e das “intuições” dos falantes nativos quanto ao que é ou não aceitável e inteligível, pode de facto dizer-se que, para determinar o núcleo fonológico básico que assegure a inteligibilidade internacional, foram (literalmente) ouvidos os falantes/utilizadores do inglês no círculo em expansão (Jenkins 2006c: 36). Este é um dos aspectos mais importantes do trabalho de Jenkins, uma vez que, até muito recentemente, os estudos de inteligibilidade e de compreensão se centravam nos juízos de falantes nativos. Ora, parece resultar claro da sua investigação que, entre falantes não nativos, e principalmente ao nível de competência linguística daqueles que observou, os processos pelos quais a compreensão é atingida diferem consideravelmente dos que ocorrem quando as situações de comunicação envolvem apenas falantes nativos ou falantes nativos e não nativos.

As diferenças justificam a adaptação pedagógica aos fins a atingir. Se o objectivo for assegurar um aumento da inteligibilidade dos não nativos por falantes nativos, interessará seguramente desenvolver a competência prosódica e gramatical (Pickering 2006: 222). Como vimos acima, nas interacções que envolvem exclusivamente falantes não nativos, para além de serem problemas de pronúncia os causadores da maior parte das falhas de comunicação, são os aspectos segmentais que se revelam decisivos. Como em ELF é a inteligibilidade entre não nativos que está sobretudo em causa, parecem óbvias as vantagens de adoptar uma perspectiva diferente.

O *Lingua Franca Core*, tal como existe, pode ser um bom ponto de partida. E Jenkins é a primeira a admitir que, à luz de futuras investigações, ele pode precisar de ser modificado. Dados empíricos de regiões diferentes do mundo e de falantes de uma maior variedade de línguas maternas são necessários e poderão, ou não, vir confirmar aquilo que o LFC apresenta como núcleo comum e necessário para assegurar a inteligibilidade na comunicação intercultural que faz uso do inglês como língua franca: “Much more work of this kind will be necessary before we can be confident that we have identified the definitive core” (Jenkins 2000: 235).

Daquilo que procurei expor neste capítulo parece resultar clara a necessidade de adoptar, relativamente às interacções em inglês como língua franca, uma perspectiva que tenha na devida conta aquilo que ela tem de diferente, quer se trate das estratégias de comunicação e dos processos de acomodação, quer dos recursos linguísticos, em sentido estrito, mediante os quais os utilizadores de ELF atingem os seus fins. O reconhecimento dessas diferenças não poderá deixar de ter implicações no ensino do inglês:

There is compelling evidence to suggest that ELF interlocutors engage in communication strategies and accommodation processes that are unique to this context and that may conflict with the ways in which NSs typically negotiate understanding. This suggests that we may need to re-examine key precepts that have guided our teaching and research practices. (Pickering 2006: 227)

Isto não significa que os proponentes do ELF sintam que há condições objectivas para passar à prática de um “ensino do ELF” e muito menos que aquilo que já existe possa ser considerado um novo modelo para o ensino da língua. Como Jenkins sublinha (2007: 228, no prelo): “(...) unlike many compilers of NS corpora, ELF corpus linguists do not believe in an automatic transfer from sociolinguistic description to pedagogic prescription.” Para além da óbvia necessidade de aprofundar e tornar mais abrangentes os estudos e descrições já iniciados, por forma a criar os alicerces de uma possível codificação, haverá subsequentemente que discutir métodos de aplicação, produção de materiais didácticos e formação de professores.

Os maiores obstáculos à aceitação de mudanças que tenham em conta a importância da realidade sociolinguística que o inglês como língua franca constitui poderão ser os interesses instalados e a inércia das instituições, as atitudes dos professores, que, em última análise, terão que ser os principais agentes dessas mudanças, e, naturalmente, a incompreensão, ou os mal-entendidos, quanto ao que efectivamente se propõe e que podem bem ser representados por esta citação de Mukherjee e Rohrbach (2006: 210):

(...) many language-educational professionals are very critical of Seidlhofer’s and Jenkins’s attempt to dissociate the English language as a communicative device from its sociocultural context and to reduce its complexity at the level of pronunciation, lexis, grammar and pragmatics.

Em primeiro lugar, não deveria ser necessário observar que o ELF é, ele próprio, um contexto sócio-cultural do inglês como outro qualquer. Em segundo lugar, não se percebe de que modo é que uma descrição do funcionamento da língua nesse contexto particular pode ser classificada como “redução”, a não ser na perspectiva deficitária inerente ao ensino do inglês como língua estrangeira.

Ainda assim, parece-me importante considerar outras dimensões do inglês como língua franca que os estudos de que aqui dei conta não contemplam. No próximo capítulo, proponho uma reflexão sobre o modo como o inglês funciona em contextos com um elevado grau de especialização, exigência e prestígio. A natureza de algumas comunidades discursivas em que

o inglês é a língua veicular, como sejam as académicas e científicas, bem como as regras dos géneros que lhes servem os propósitos, serão tão plásticas e permissivas, do ponto de vista linguístico, que permitam, ou facilitem, a participação de falantes não nativos num plano de igualdade? Não o sendo, poderá alguma vez o ELF constituir alternativa ao EFL? E de que modo se manifestará aqui o desequilíbrio demográfico entre falantes nativos e não nativos?

Capítulo III – Géneros do discurso e o futuro do ELF

The international academic culture is a global subculture which is a cultural hybrid, and its English is the language of an 'interculture', not that of one or a few national cultural formations.

(Mauranen 2006b: 150)

1. O inglês na universidade, o efeito *Microsoft* e o ELFA

Os estudos cujas conclusões sumariei no capítulo anterior partem dos comportamentos linguísticos observáveis em situações de comunicação muito particulares, desde telefonemas de negócios (Firth 1996) até conversas informais entre estudantes numa residência universitária em Inglaterra (Meierkord 1998), para formularem hipóteses de generalização sobre características do ELF, ou seja, procuram aquilo que pode ser constante, independentemente do contexto. Esta abstracção do circunstancial, ou descontextualização, metodologicamente justificada pela procura dos possíveis universais do inglês como língua franca, não significa que se ignore, ou se possa desvalorizar, a importância decisiva dos factores contextuais.

São, afinal, factores contextuais que determinam, desde logo, as diferentes orientações dos falantes relativamente à própria variedade de inglês que escolhem como modelo do seu desempenho linguístico. Numa dicotomia que corre o risco de ser demasiado simplista, podemos dizer que essas escolhas são feitas de acordo com uma motivação que pode ser meramente comunicativa (instrumental) ou linguístico-cultural (integrativa). No caso do inglês como língua franca, por oposição ao inglês como língua estrangeira, devemos pressupor uma motivação essencialmente comunicativa, o que não significa que o mesmo modelo sirva a todos os falantes de ELF de maneira idêntica. Como Seidlhofer *et al* (2006: 7) observam, em alguns contextos particulares, como conferências científicas, reuniões de instituições políticas internacionais, no mundo editorial ou na correspondência de negócios mais formal, o prestígio e a eficácia comunicativa aparecem fortemente associados a uma ideia de correcção linguística que justifica que se fale de um ELF exonormativo, em aproximação tendencial, ou preferencial, às normas dos países do círculo interior.

Assim sendo, não é de estranhar que o objectivo último do trabalho descritivo realizado sobre estes contextos assente na comparação entre o inglês dos falantes nativos e dos não nativos e seja essencialmente motivado pela necessidade de ajudar os segundos a aproximarem-se da norma nativa que se entenda mais relevante para determinado domínio. É isso que se verifica no chamado *English for specific purposes* (ESP) e nos estudos baseados em *corpora* de estudantes da língua (*ibidem*: 8-9).

Uma subdivisão importante do ESP é o chamado *English for academic purposes* (EAP), cuja relevância tem vindo a aumentar com a adopção crescente do inglês como língua franca do mundo universitário e das publicações académicas, sobretudo após a segunda Guerra Mundial (Mauranen 2006b: 146). Esta é uma dimensão particular da expansão do inglês, cuja escala actual só é explicável enquanto subproduto da globalização, da qual a língua inglesa é, indiscutivelmente, o instrumento linguístico privilegiado.

Academia is one of the domains which have most eagerly adopted English as their common language in international communication. (...) Although academic mobility or the existence of an academic lingua franca are not new phenomena, the present scale of mobility and the global rule of English, which has spread to degree programmes in non-English-speaking countries, are unprecedented. (Mauranen 2006b: 146)

Com as instituições de ensino superior de muitos países a competirem entre si pelas propinas de estudantes/clientes de todas as origens, não espanta que o inglês tenha vindo a ser adoptado como língua franca em programas universitários, uma vez que obrigar os potenciais candidatos a aprender uma outra língua estrangeira para poderem frequentar os cursos oferecidos se revelaria uma séria desvantagem competitiva num mercado altamente concorrencial. A mercantilização do ensino superior é, aliás, mais um factor a contribuir para a importância global do inglês, num aparentemente inescapável círculo vicioso que Coleman (2006: 4) exprime em termos remissivos da equação com que De Swan calcula o “valor-Q” de uma língua (ver acima, capítulo I, pág. 12):

While the global status of English impels its adoption in H[igher] E[ducation], the adoption of English in HE further advances its global influence. The process might be termed the Microsoft effect: once a medium obtains a dominant market share, it becomes less and less practical to opt for another medium, and the dominance is thus enhanced.

O *corpus* que actualmente está a ser compilado em quatro universidades finlandesas,¹⁷ sob a direcção de Anna Mauranen, designado ELFA (*English as a Lingua Franca in Academic Settings*), tem precisamente como objectivo captar a nova realidade linguística resultante desta adopção do inglês como língua franca do ensino superior internacional, uma vez que os *corpora* de inglês académico até agora existentes se centravam nos falantes nativos. No mundo académico, à semelhança do que acontece no mundo em geral, a quase exclusiva atenção concedida aos falantes nativos não poderá deixar de resultar numa visão muito parcial e distorcida do que são realmente os usos e os utilizadores do inglês, uma vez que também aqui é muito provável que os falantes não nativos sejam já mais numerosos (Mauranen 2006b: 147). Consequentemente, como a mesma autora sublinha (*ibidem*), se uma investigação sobre o inglês académico tiver como objectivo descrever o seu uso efectivo no mundo de hoje, o ELF não poderá deixar de ser uma das suas preocupações centrais.

Não sendo meu propósito neste capítulo debruçar-me sobre os resultados dos estudos já desenvolvidos, que aliás são ainda pouco representativos, bastará dizer que, segundo Mauranen (*ibidem*: 156), eles tendem a confirmar a ideia de que o inglês como língua franca tem características próprias, ao mesmo tempo que parecem revelar a existência de muitas afinidades com outras variedades de inglês não padrão, nativas e não nativas.

O que aqui me interessa discutir, porém, é a natureza do objecto de estudo em causa, sobretudo no sentido de explorar teoricamente a possibilidade de alargar a perspectiva do ELF, anteriormente exposta, à descrição e análise de comportamentos linguísticos em domínios especialmente exigentes do ponto de vista linguístico. O objecto do ELFA, pelo menos nesta fase, é apenas o inglês falado, à semelhança do que acontecia com os estudos referidos no capítulo anterior e por razões da mesma ordem, nomeadamente o facto de permitir uma observação mais fácil das mudanças que poderão estar a ocorrer: “Speech undoubtedly lends itself more readily to observing change than writing, which in its published form is heavily monitored and tends to be conservative” (Mauranen 2006b: 146).

A linguagem oral em contexto académico tem, no entanto, características muito próprias, que a tornam um objecto de estudo particularmente importante e interessante. Por um lado, a universidade goza de um enorme prestígio social, quer pelo facto de muitas das pessoas mais influentes nas sociedades ocidentais terem uma educação universitária

¹⁷ De modo a garantir uma maior diversidade disciplinar, o *corpus*, que começou a ser compilado apenas na Universidade de Tampere, viu o seu âmbito alargado pela inclusão de recolhas feitas na Universidade Técnica de Tampere, na Universidade Técnica de Helsínquia e na Universidade de Helsínquia, cobrindo assim uma grande variedade de áreas científicas e técnicas em programas de estudos pós-graduados leccionados em inglês, destinados a alunos das mais diversas proveniências e nos quais muitos dos professores são também estrangeiros (Mauranen 2006b: 150).

(economistas, médicos, jornalistas, advogados, políticos, professores, etc.), quer ainda pela autoridade que é reconhecida às instituições de ensino superior enquanto instâncias a consultar para a tomada das mais diversas decisões de natureza política que careçam da caução de especialistas. Por outro lado, os discursos académicos e, no caso do ELFA, as interações orais em contexto académico, são incomparavelmente mais exigentes para os seus participantes do que a maioria das interações ocorridas noutros contextos, em encontros mais ou menos fortuitos, entre turistas mais ou menos acidentais:

(...) they require the simultaneous handling of high-level intellectual content and real-time speaking. They provide more sophisticated data than more stereotypical interaction in, say, routine sales transactions or typical tourist encounters, and show notable variation in degrees of formality and familiarity. In this way, they offer more interesting and rewarding material for research than simpler exchanges. (Mauranen 2006b: 148-149)

O carácter internacional por excelência dos discursos académicos, e o facto de as comunidades dos seus utilizadores desde sempre terem feito uso de línguas francas pela necessidade de divulgar e partilhar os resultados da investigação, é seguramente um outro bom motivo para estudar o ELF neste contexto (*ibidem*: 149). Sendo, no entanto, verdade que os discursos da universidade e da investigação científica não pertencem a uma qualquer comunidade nacional, como a autora afirma na sequência da sua exposição, dizer que não têm, por isso, necessidade de seguir de modo demasiado estrito as normas de uma qualquer língua particular, ainda que a usem para fins veiculares, parece uma afirmação bastante mais discutível, como adiante tentarei demonstrar.

Este carácter internacional e intercultural da comunicação entre investigadores das mais diversas áreas entronca num outro plano da análise linguística que o *corpus* do ELFA necessariamente documenta: os géneros do discurso. É o facto de as comunidades académicas terem os seus próprios géneros – a maneira como discursivamente se organizam – que faz com que possam ser designadas como “comunidades discursivas” (Swales 1990). Como Mauranen sublinha (*ibidem*), as convenções características desses géneros têm, entre outras, a função de controlar o acesso à comunidade (*gatekeeping function*), sendo necessário que todos os candidatos à participação façam prova de conhecimento das regras estabelecidas. Diz ainda a mesma autora:

The genres and rhetoric of the discourse communities that we participate in need to be acquired by all novices, and from this perspective we could argue

there are no native speakers of academic English, that the English of academic genres is new to all its practitioners at the beginning. (Mauranen 2006b: 149)

Tal como não há falantes nativos de ELF, o que coloca todos os seus utilizadores em plano de igualdade, o facto de tanto falantes nativos como não nativos terem necessidade de aprender os géneros, orais e escritos, que constituem uma espécie de língua franca da academia, seria suficiente para garantir a equidade entre todos os participantes. É isso que parece sugerir também a citação que escolhi como epígrafe deste capítulo (ver acima, pág. 64), segundo a qual a cultura académica, por ser internacional, global e híbrida, tem no inglês a língua de uma “intercultura” e não de uma ou várias culturas nacionais.

É inegável que há uma dimensão do discurso académico cuja aprendizagem é necessária para todos os estudantes e investigadores, nativos ou não nativos, mas não é obviamente indiferente, para uma adequada realização dos géneros em causa, o conhecimento da língua que lhe é, cronologicamente, anterior. Como Swales documenta (1990: 102), a língua é uma dificuldade e uma exigência de tempo acrescida para os falantes não nativos. Como adiante se poderá perceber melhor, não me parece sequer possível dissociar o conhecimento dos géneros da capacidade que o falante/utilizador tem de seleccionar, de entre a totalidade de recursos linguísticos disponíveis, aqueles que melhor servem a prossecução de uma determinada finalidade. Nessa escolha de recursos, sejam eles retóricos ou léxico-gramaticais, parece igualmente improvável que não ocorra a transferência, em grau mais ou menos controlado, de aspectos de natureza linguístico-cultural. Parece, aliás, mais do que provável que os dois factores combinados – desconhecimento anterior da língua inglesa e transferência da cultura materna – funcionem como fortes condicionantes no acesso dos falantes de inglês não nativos a comunidades discursivas em que os nativos partem com a vantagem de, no mínimo, terem que percorrer um caminho mais curto para atingir a mesma meta.

2. Géneros do discurso e competência comunicativa

Between the global and the local lies genre, the social and historical base of our speech and thought. An understanding of this neglected dimension of foreign language teaching may lead to a reassessment of what we mean by 'communicative competence' in a global world and what the communicative contract will be, upon which trust is built.

(Kramsch e Thorne 2002: 100)

Se é certo que o inglês não é já propriedade de uma qualquer comunidade linguística, e muito menos exclusivo britânico ou norte-americano, também não é menos verdade que há domínios em que tal “expropriação” ou “redistribuição” de capital simbólico (para adoptar a terminologia de Bourdieu 1991) não ocorreu ainda, ou não se pôde ainda plenamente consumir, não acompanhando, portanto, o progressivo reconhecimento de novas variedades. É este desfasamento que Bhatia (2001: 74) assinala:

This variation in the use of English across the globe is getting increasing recognition in the sociolinguistic literature in the last decade or so; however, in some of the genres, especially used in the academia, the power to control and maintain generic standards can be, and often is, interpreted in terms of the dominant community, which undoubtedly happens to be a Western community. Anything which appears to be different from the norms set by the dominant community is viewed as deficient and in need of correction.

O conceito de género é uma dimensão da competência linguística, e mais propriamente da competência comunicativa, que parece até agora ter sido relativamente negligenciada nos estudos e discussões sobre o inglês como língua franca. E no entanto, para aceder a certas comunidades discursivas transnacionais, o falante de inglês não nativo está constringido a fazer uso dos discursos valorizados nessas comunidades. Sob pena de exclusão, aprender inglês não poderá deixar de ser, num primeiro passo, aprender o discurso do “outro” e, num segundo momento, apropriar-se dele sob a forma de convenções reconhecidas e reconhecíveis pelos restantes participantes nas interacções. Adquirir o domínio dos géneros relevantes significa aprender a participar num sistema de processos sociais que, de acordo com a definição de Martin (1997: 13), são determinados pelos fins a atingir e se organizam sequencialmente: “(...) as a level of context, genre represents the system of staged goal-

oriented social processes through which social subjects in a given culture live their lives.” A definição fica talvez mais clara com esta explicação de Martin e White (2005: 32-33):

Social because we participate in genres with other people; goal oriented because we use genres to get things done and feel a sense of frustration when we don't resolve our telos; staged because it usually takes us a few steps to reach our goals.

Na citação de Bhatia, acima, está implícita a ideia de que é no plano da comunicação escrita, ou pelo menos nos registos mais formais do contínuo oral/escrito, que encontramos alguns dos géneros cujas realizações tendem a conservar uma matriz predominantemente, se não mesmo hegemonicamente, ocidental. Isto acontece porque é entre os géneros escritos, ou mais elaborados, que encontramos algumas das formas mais valorizadas de organização discursiva e, conseqüentemente, aquelas nas quais é mais baixa a tolerância à diferença representada por realizações não reconhecidas das convenções de género. É esse o caso dos discursos académicos das diversas disciplinas, desde aqueles que o ELFA se propõe documentar, e que se inscrevem entre os géneros orais mais próximos do grau de elaboração e exigência discursiva dos géneros escritos,¹⁸ até aos géneros escritos propriamente ditos. Porém, e não obstante a hegemonia de matriz ocidental, ou mesmo anglo-americana, o quadro está longe de ser uniforme.

Parece hoje possível estabelecer uma diferença, quanto ao grau de observância das convenções genológicas, entre o que ocorre precisamente nos géneros académicos, em que o inglês é usado como língua de comunicação internacional, mas em que se procura a aceitação e reconhecimento em comunidades e publicações dominadas por falantes nativos, e aquilo que se passa em géneros com funções mais localizadas, por exemplo nos países ou regiões em que o inglês é segunda língua. É esta relativa invariância dos géneros de projecção global e a maior variação dos géneros passíveis de uma utilização essencialmente local, ou mais permeáveis à contaminação de normas regionais, de que Bhatia (1993: 200-201) dá conta nesta passagem, referindo-se especificamente aos géneros académicos:

In most academic genres, particularly in the sciences, the trend is still towards conformity because of a wide majority of academics looking for

¹⁸ Nem todos os discursos orais que caracterizam, e até “organizam”, a vida universitária serão objecto da recolha do ELFA. Contemplando conferências, palestras, seminários e defesas de teses, por exemplo (Mauranen 2006b: 153), o ELFA não inclui reuniões de órgãos académicos ou negociações de financiamento das instituições, uma vez que, no contexto documentado, estes importantes eventos comunicativos não serão, presumivelmente, ou geralmente, mediados pelo inglês.

recognition through publications in the English-speaking world, where established conventions and standards are observed rather rigorously. However, in the case of many other professional genres, particularly in certain types of business letters (...) and some legal genres, local constraints do seem to play a relatively more significant role in their linguistic realizations, indicating some degree of variation across cultures.

Os falantes de ELF podem também “habitar discursivamente” algures entre o mais internacional e rigidamente codificado dos géneros e as situações de comunicação regionais menos “ritualizadas”, cujos contornos genológicos são mais passíveis de negociação com base no princípio pragmático de *let-it-pass*, que parece prevalecer nas instâncias de comunicação oral que foram objecto de alguns dos estudos referidos no capítulo anterior.

Ora, se tivermos como objectivo a criação de um novo modelo pedagógico, mais adequado aos novos contextos de utilização da língua inglesa e que leve em devida conta os falantes não nativos e, no caso que aqui nos interessa, os falantes de ELF, será de todo o interesse descrever e analisar a sua produção discursiva nas mais diversas situações, e nomeadamente nas mais exigentes. Estas, por se encontrarem entre as mais elaboradas do contínuo oral/escrito e, conseqüentemente, mais próximas dos padrões dominantes, são simultaneamente aquelas em que será mais difícil observar divergências relativamente aos usos dos falantes nativos e também aquelas que, precisamente pelo prestígio que lhes está associado, mais facilmente poderão permitir que se abra uma porta ao reconhecimento da legitimidade da variação detectável e do seu potencial endonormativo.

Chegados a este ponto, porém, interessa interrogar de novo as palavras de Widdowson relativamente à “irrelevância” dos falantes nativos para influenciar o modo como a língua inglesa irá evoluir (ver citação, pág. 11). É pelo menos legítimo perguntar se uma tão peremptória afirmação não terá por vezes sido interpretada de modo demasiado literal, ou demasiado optimista, ou se o autor, pensando no “peso bruto” da demografia dos utilizadores do inglês, ou na utilidade regional de algumas das variedades, não terá subestimado factores como o peso relativo de alguns desses utilizadores na demografia de comunidades muito particulares.

A posição dos falantes não nativos em relação a estas comunidades é muitas vezes duplamente periférica, desde logo, enquanto falantes de outras línguas e, adicionalmente, enquanto estudantes ou investigadores que procuram acesso a instituições universitárias ou a publicações académicas de língua inglesa. A verdade é que, para poderem ser bem sucedidos num processo de socialização em algumas das comunidades discursivas ainda dominadas por falantes nativos, nas quais estes, mais ou menos tacitamente, conservam o poder de controlar

convenções de gênero adquiridas, os falantes de inglês não nativos terão que dominar mais do que um sistema fonológico, um léxico e um conjunto de regras gramaticais. A competência comunicativa que se lhes exige é mais abrangente e implica uma adequação funcional que será avaliada segundo os padrões das variedades do inglês mais exaustivamente descritas e codificadas, no caso, a inglesa e a norte-americana. Apesar da relevância dada aos aspectos funcionais no ensino da língua inglesa desde que o chamado *Communicative Language Teaching* (CLT) se tornou dominante, e sobretudo a partir da década de 70 do século passado (Howatt 2004: 326), parece-me difícil não concordar com James R. Martin, quando este observa como gênero e registo têm sido negligenciados, nomeadamente, no ensino da escrita, sendo embora, manifestamente, aspectos do conhecimento linguístico e da competência comunicativa cujo domínio é imprescindível.

It is perhaps a truism to say that you can't write if you don't first know language. But it is equally true to say that you can't write if you don't control the appropriate register and genres. Unfortunately, control of these systems is something that educators have too often taken for granted. (Martin 2001: 162)

Os estudos do ELF, e uma pedagogia da língua que aproveite os seus resultados, não poderão ignorar esta dimensão do conhecimento da língua. O conhecimento dos gêneros mais valorizados é condição de participação e de inclusão. E os gêneros mais valorizados, aqueles que mais devem ocupar e preocupar o professor de inglês, são aqueles que mais dependem do uso exclusivo de recursos linguísticos.

(...) some genres are more dependent on language than others for their achievement. A genre like supermarket shopping is one where language plays little part, simply facilitating the social process in a minor way, while others, like formal meetings, insurance claims or career resumés, consist of nothing but language and cannot be achieved without it. (Painter 2001: 168)

Importa, portanto, perguntar: em que consiste o conhecimento dos gêneros? Quais os aspectos desse conhecimento que são mais relevantes para um desempenho comunicativo adequado? Quais são os aspectos que poderão colocar maiores dificuldades de aprendizagem? E até que ponto é que todos eles, ou uns mais do que outros, são susceptíveis de ser ensinados, ou apenas passíveis de ser aprendidos? Numa perspectiva que considere a legitimidade da variação linguística em contexto de ELF, a par das variedades “nativizadas” dos países em que o inglês tem estatuto de língua oficial, interessa ainda perguntar quanto do

que é válido para o ensino do inglês como língua estrangeira (EFL), nas suas vertentes de ESP/EAP, será necessário preservar, no sentido de garantir o sucesso comunicativo, e quanto será necessário rever, tendo em vista garantir uma maior equidade entre os membros das comunidades disciplinares ou discursivas em questão.

Responder a todas estas perguntas poderá ajudar-nos a decidir o que privilegiar ou excluir dos programas de inglês, com uma consciência acrescida da relevância de um conjunto de factores contextuais. É, aliás, a necessidade de ter em consideração os aspectos funcionais e a dimensão social dos usos da língua que justifica a minha adopção, neste último capítulo, de uma perspectiva teórica mais rica, que pode permitir uma observação holística da realidade a estudar. Analisar o modo como os falantes não nativos do inglês lidam com esta dimensão da produção linguística, a que chamamos géneros do discurso, à luz do modelo sistémico-funcional, o quadro teórico aqui em causa, parece-me potencialmente mais revelador das eventuais características emergentes do ELF do que uma simples descrição de traços léxico-gramaticais, por um lado, ou do que uma observação do modo como os textos são sequencialmente organizados, por outro. A razão é simples: na perspectiva sistémico-funcional, mais do que “tipos de texto”, com um conjunto de características formais passíveis de enumeração e descrição, os géneros são aspectos do contexto cultural, e as suas realizações são multidimensionais, não sendo possível dissociar os aspectos estritamente linguísticos, desde a fonologia à semântica, dos aspectos contextuais, quer do contexto de situação (registo), quer do contexto cultural (género), numa relação que também se diz de “meta-redundância” (Martin 1997: 4-8).

O conhecimento dos géneros que interessa definir será, assim, algo mais complexo do que o simples resultado de uma aprendizagem dos passos a dar para produzir um texto de qualquer natureza. Segundo Hyland (2004b: 54-86), as componentes que definem esse conhecimento são, sumariamente, as seguintes: conhecimento dos objectivos comunicativos partilhados que esses géneros habitualmente servem; conhecimento das formas apropriadas necessárias para construir e interpretar textos (convenções textuais); conhecimento dos conteúdos que cada género pode veicular e das opções de registo adequadas ao mesmo fim, e conhecimento dos contextos culturais nos quais um género regularmente ocorre.

De facto, todas as componentes enumeradas são indissociáveis. No quadro do modelo sistémico-funcional, um género é um sistema semiótico culturalmente determinado, que se realiza ao organizar em situação as três variáveis do registo – campo, relações e modo¹⁹ – as

¹⁹ As traduções dos termos da gramática sistémico-funcional são as adoptadas por alguns sistemicistas de língua portuguesa e incluídas numa terminologia em fase de elaboração, disponível na página da Internet

quais, por sua vez, se realizam nas três metafunções da linguagem – ideacional, interpessoal e textual – para produzir um texto com uma configuração retórica adequada à prossecução de um objectivo. Se, no plano da expressão, os estudos de Jenkins (2000; 2002) parecem sugerir que é ao nível fonológico – o nível das mais pequenas unidades de análise – que se concentram as principais barreiras à inteligibilidade, parece-me possível formular a hipótese de que, no plano do conteúdo, uma análise da realização linguística das três variáveis do registo poderá revelar as mais importantes barreiras a uma comunicação bem sucedida, já que será hipoteticamente neste plano – ao nível das mais pequenas unidades léxico-gramaticais que contribuem para a configuração semântica de um texto – que fenómenos de transferência da primeira língua/cultura dos falantes poderão deixar marcas mais visíveis e persistentes ou que, simplesmente, dificultem a compreensão.

3. Conhecimento dos géneros e variáveis do registo

Na ausência de estudos de *corpora* que permitam analisar estes aspectos da produção discursiva de um grande número de falantes e do maior número possível de primeiras línguas, parece-me arriscado afirmar, de forma puramente intuitiva, ou com base em simples observações circunstanciais, que uma das variáveis do registo poderá ser mais ou menos problemática na comunicação em inglês como língua franca. Mesmo adoptando uma perspectiva exonormativa, e partindo do princípio de que para os utilizadores de inglês que pretendam aceder a certas comunidades discursivas é importante a aproximação das normas nativas, os estudos de análise contrastiva apenas podem sugerir algumas hipóteses que conviria testar exaustivamente. Contudo, parece-me importante não perder de vista que no trabalho de reconceptualização em curso sobre a natureza, o lugar e as funções do inglês no mundo, não poderemos continuar a pensar sistematicamente estas questões como se os destinatários e juízes daquilo que dizemos e escrevemos em inglês fossem sempre, ou até na maioria das situações, falantes nativos da língua. Algumas das dificuldades encontradas pelos falantes não nativos podem ser apenas aparentes, ou relativas, e resultar justamente do erro de paralaxe que a persistência da perspectiva “nativista” induz, uma vez que o desempenho linguístico dos não nativos é avaliado em função de metas que eles não podem, ou não lhes interessa, atingir.

www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/TermosGSF.pdf. Para os conceitos ainda não incluídos na referida terminologia, a tradução é da minha responsabilidade e é acompanhada do termo inglês, nos casos em que não foi possível uma versão literal satisfatória.

Seja como for, importa conhecer a natureza dos recursos linguísticos que estão em causa quando falamos da realização das variáveis do registo e quais as dificuldades potenciais que um utilizador não nativo do inglês poderá ter que enfrentar se pretender aproximar-se do desempenho linguístico dos falantes nativos, sobretudo para a produção de textos conformes a convenções genológicas cuja codificação se afigura menos permeável a inovações.

3.1. Campo

Aquilo de que um texto trata, os participantes, os processos e as circunstâncias, são resultado de escolhas feitas entre os recursos disponibilizados pelo sistema da transitividade, os quais variam entre géneros e entre contextos culturais. Uma adequada realização genológica da variável **campo** manifesta-se nos textos pelo uso do léxico próprio da área de actividade em causa, mas também por uma organização de participantes e processos que vá ao encontro das expectativas que num determinado contexto cultural estão associadas ao tipo de evento comunicativo que o género serve. É possível, que para a maioria das pessoas que aprendem inglês, a principal, ou pelo menos a mais imediata, das dificuldades na produção do significado ideacional resida mesmo numa limitação das opções lexicais, que se pode manifestar, por exemplo, no recurso frequente a hiperónimos, com previsível prejuízo do rigor conceptual desejável. Esta limitação pode manifestar-se ao nível da designação de participantes e de processos e permite remeter, aliás, para a lista das possíveis características léxico-gramaticais do ELF que resultam das investigações que apresentei no capítulo anterior (ver Seidlhofer 2004: 220; Cogo e Dewey 2006: 75 e, acima, págs. 48-49), entre as quais se incluía o “uso excessivo de verbos semanticamente gerais, como *do, have, make, put, take*, em vez de verbos semanticamente mais precisos”. Os processos assim designados poderão exigir o uso de recursos adicionais no plano sintagmático, que seriam dispensáveis se, em vez de *make*, por exemplo, o falante tiver ao seu dispor, no eixo paradigmático, um leque de outras opções. Se o registo for a culinária, por exemplo, *make* é passível de substituição por hipónimos como *bake, boil, fry, stir-fry, braise, grill, roast, etc.*

Num plano superior de sofisticação discursiva, aquele a que Halliday (2004: 656) chama o mais poderoso dos recursos para a criação de metáforas gramaticais, e que consiste na possibilidade de transformar processos em participantes através de nominalizações, é um traço característico de géneros valorizados, como os científicos, académicos e jurídicos, e pode necessitar de atenção especial no caso de alunos cujas primeiras línguas não disponham da mesma flexibilidade gramatical, ou cujas culturas não estabeleçam distinções de género a partir desse recurso particular. Devo, contudo, sublinhar que esta última observação é uma

mera hipótese teórica, uma vez que não disponho de elementos para avaliar a possível extensão do problema.

A importância deste recurso linguístico prende-se com o modo como permite apresentar, de forma mais condensada e sequencialmente organizada, o conteúdo proposicional de um texto, mas vai muito além da dimensão ideacional, uma vez que se tornou uma maneira de assinalar a autoridade de quem escreve, ou seja, é um modo de o autor se integrar discursivamente na comunidade a que o texto se destina. É assim que Halliday (2004: 657) explica a sua origem e evolução, assinalando precisamente a sua deriva funcional:

This kind of nominalizing metaphor probably evolved first in scientific and technical registers, where it played a dual role: it made it possible on the one hand to construct hierarchies of technical terms, and on the other hand to develop an argument step by step, using complex passages ‘packaged’ in nominal form as Themes. It has gradually worked its way through into most other varieties of adult discourse, in much of which, however, it loses its original *raison d’être* and tends to become merely a mark of prestige and power. (...) this kind of highly metaphorical discourse tends to mark off the expert from those who are uninitiated.

Não obstante o que pode revelar sobre o domínio das convenções genológicas, este é um aspecto do conhecimento dos géneros em que o falante não nativo não se encontra necessariamente em posição de desvantagem, uma vez que as nominalizações são também recurso comum noutras línguas, pelo menos nas europeias, e nomeadamente no português.

3.2. Modo

As escolhas disponíveis para a variável **modo** permitem, por exemplo, o estabelecimento da chamada “distância semiótica” apropriada à discussão do conteúdo do texto (Hyland 2004b: 75). Embora possamos situar a relativa “distância semiótica”, em função das escolhas permitidas pela língua, ao longo do contínuo entre escrita e oralidade, talvez ajude a caracterizar melhor as dificuldades encontradas pelo estudante de uma língua estrangeira se subdividirmos esse contínuo em duas gradações (Martin e Rose 2003: 244-248). Por um lado, cada género exige um determinado ponto de equilíbrio entre a “língua enquanto acção” e a “língua enquanto reflexão”. Trata-se de escolher o grau de abstracção adequado ao género a realizar, ou de reconhecer a maior ou menor dependência do texto a produzir relativamente ao contexto imediato. Um recurso frequente dos géneros mais valorizados para estabelecer uma maior distância relativamente às situações é a metáfora ideacional, numa zona de contacto com a realização da variável campo a que acima aludi:

Once this step into ideational metaphor is taken then the entire world of uncommon sense discourse is opened up including all of humanities, social science and science and their applications as bureaucracy and technology. The power of this discourse is not simply to generalize across experience, but to organize it and reflect on it at a high level of abstraction (...). (Martin e Rose 2003: 245)

A outra gradação que importa considerar é aquela que vai do monólogo ao diálogo. Não diz apenas respeito à distância entre escrita e oralidade, mas também aos graus de interactividade relativa que certas tecnologias permitem (rádio, telefone, *e-mail*, *websites*, televisão, para referir apenas algumas em que o tipo e o nível de interactividade são diferentes).

Para o estudante de língua estrangeira, estas duas gradações colocam dificuldades que inevitavelmente se entrecruzam. Por um lado, parece ser difícil evitar transpor para a escrita de textos expositivos traços conversacionais que sugerem uma proximidade de facto inexistente entre a actividade social e a linguagem usada para falar dela, como se a coisa referida estivesse presente e fosse possível indicá-la mediante o uso de deícticos. Por outro lado, traços que sugerem o diálogo com um interlocutor presente podem ser menos apropriados num género cujas convenções são mais acentuadamente monológicas.

Uma observação empírica de alguns anos de ensino da língua sugere-me a hipótese de que as dificuldades maiores são em geral sentidas por alunos cuja exposição a tipos textuais de registos variados foi mais limitada. Aqueles cujo desenvolvimento linguístico ocorreu essencialmente por contacto com registos informais tendem a privilegiar traços discursivos que são muitas vezes avaliados como sinais de “fluência” na expressão oral, talvez por fazerem lembrar expressões frequentemente ouvidas a falantes nativos em diálogos informais (certos marcadores de discurso, ou gírias e calão, por exemplo). Quando transferidos para a produção de enunciados escritos e para situações de comunicação de maior formalidade, estes mesmos traços discursivos passam a ser avaliados como incorrecções e como sinais de uma certa falta de domínio do código. O fenómeno contrário, embora menos frequente, também é observável: alunos cujo desenvolvimento linguístico se fez essencialmente por exposição a géneros mais elaborados, através da leitura, experimentam por vezes dificuldades na realização dos registos mais informais da oralidade. Neste caso, quando a linguagem parece demasiado formal em registos que não supõem um elevado grau de elaboração, o desempenho do aluno não é tão frequentemente avaliado de modo negativo. O modo diferenciado como se avaliam prestações linguísticas, que podemos classificar como simetricamente opostas, diz

mais sobre o prestígio relativo dos géneros em causa do que sobre a competência comunicativa dos alunos.

Na aprendizagem das realizações em inglês desta variável do registo a que chamamos **modo**, não se podem ainda ignorar os problemas potencialmente sentidos no uso dos recursos que permitem garantir a coesão textual, bem como pela estruturação temática do discurso, aspectos que variam, não apenas entre géneros, mas entre línguas e culturas.

A estrutura, ou progressão, temática de um texto, a maneira como Tema e Rema se encadeiam em sucessivos complexos oracionais para atingir uma determinada finalidade retórica, é possivelmente um dos aspectos da realização dos géneros que mais obviamente traduzem diferenças entre línguas e culturas. Em compensação, é também um dos aspectos mais passíveis de ser aprendidos em ambiente de aula e através de um método de ensino explícito das regras genológicas, como aquele que foi posto em prática, por exemplo, por Rothery (1996) e que é facilmente adaptável ao ensino do inglês como língua estrangeira e para fins específicos.

Quanto à coesão textual, é também previsível que os mecanismos de referência, elipse e substituição sofram uma “contaminação” dos mecanismos correspondentes na língua materna. Por exemplo, o facto de, em inglês, o sujeito ser anaforicamente referido mediante substituições pronominais, e não por elipse, pode ser problemático para falantes de algumas línguas, sobretudo em fases iniciais e intermédias da aprendizagem. O uso de conjunções, por sua vez, é mais passível de reflectir escassa variedade e/ou maior proximidade dos registos orais. Por exemplo, não é frequente encontrar alunos que variem os recursos de **elaboração** (aposição e clarificação) muito para além de *for instance* ou de *in fact*; os de **extensão** (uso de adversativas, adição e variação) restringem-se geralmente a pouco mais do que *but*, *however* ou *instead*; e os de **intensificação**, como os que estabelecem relações espaço-temporais e causais, não são em geral realizados de modo muito mais variado: *just*, *then*, *before*, *soon*, *because*, *so*, são alguns dos poucos realmente frequentes.

Na coesão lexical, a área potencialmente mais problemática para um falante não nativo é a das colocações, uma vez que o seu uso adequado é mais “aprendível” do que “ensinável” e depende essencialmente da duração e frequência do contacto com a língua inglesa. A limitação de recursos lexicais que referi a propósito da variável **campo** pode reflectir-se negativamente no uso da sinonímia (hipónimos, hiperónimos, merónimos) enquanto mecanismo de coesão, sendo previsível que em seu lugar venham a registar-se repetições e perífrases.

3.3. Relações

Adoptar uma posição adequada no plano interpessoal, estabelecendo entre emissor e receptor as **relações** de poder e/ou solidariedade que melhor servem cada situação de comunicação, bem como a atitude correcta relativamente ao assunto de que se fala, implicam conhecer uma vasta gama de opções disponíveis, desde os recursos do modo oracional, passando pela modalidade e pelas formas de tratamento, até aos sistemas de valoração. Esta variável do registo é possivelmente aquela em que a insegurança do estudante de língua estrangeira é mais difícil de ultrapassar. Nas palavras de Painter (2001: 174): “Tenor is a dimension of context that second-language learners find notoriously difficult to navigate”. Seria particularmente interessante observar de que modo se realiza a função interpessoal nas situações em que o inglês é usado como língua de comunicação entre falantes não nativos, ainda que em contexto académico, adoptando uma perspectiva endonormativa, ou seja, analisando interacções bem sucedidas sem as comparar com idênticas instâncias que envolvam falantes nativos. Contudo, pelas características muito próprias das comunidades que são objecto deste capítulo, nas quais é provável que os intervenientes se sintam motivados a procurar a maior aproximação possível de modelos nativos, é igualmente provável que a especial insegurança sentida nesta variável do registo decorra da percepção da distância ao “alvo”, entendida como limitação, ou incorrecção. Não me parece, por isso, despropositado aproveitar os estudos contrastivos existentes como ponto de partida para tentar compreender o que aqui está em causa.

A razão das dificuldades sentidas pelos falantes não nativos prende-se com a natureza de troca inerente à função interpessoal, que transforma a posição relativa dos intervenientes no aspecto mais sensível para o sucesso comunicativo. Das três metafunções da linguagem, é aquela que efectivamente materializa o seu carácter social e o seu contributo para o significado dos textos prende-se com o resultado de uma negociação difícil de posições entre extremos potenciais de poder e solidariedade, mas também de subjectividade e objectividade. A dificuldade consiste, por exemplo, em avaliar a adequação retórica de elidir ou revelar posições individuais; de utilizar ou não marcas de deferência para com o interlocutor (e quais), ou para com aquilo que ele representa; de exprimir emoções, juízos ou apreciações; ou de afirmar um maior ou menor grau de certeza pela modalização das proposições feitas.

Estudos comparativos dos usos de estratégias interpessoais por falantes nativos e não nativos de inglês revelam diferenças acentuadas, mas os resultados, por vezes contraditórios, não consentem generalizações. Apenas a título de exemplo, podemos confrontar McEneary e

Kifle (2002) e Coffin e Hewings (2004). O estudo dos primeiros compara um *corpus* de textos argumentativos produzidos por estudantes universitários da Eritreia com textos da mesma natureza escritos por falantes nativos. Aquilo que observam revela o uso aparentemente timorato entre os falantes não nativos de marcas de modalidade epistémica – maneiras de afirmar um maior ou menor grau de certeza, probabilidade e/ou possibilidade relativamente às proposições apresentadas – bem como diferenças quanto aos recursos utilizados para o efeito. Entre os estudantes da Eritreia verifica-se o uso predominante de verbos modais e advérbios (*may*, *will* e *would* são os verbos modais mais frequentes e *perhaps* é o advérbio preferido), enquanto que os falantes nativos usam um número substancialmente maior de verbos lexicais (*believe* é mesmo mais frequente do que todos os verbos modais) e nomes epistémicos (*view* e *opinion* são os dois primeiros). Já Coffin e Hewings (2004), num *corpus* de textos produzidos por alunos candidatos à realização do exame IELTS,²⁰ por seu lado, observam entre não nativos um grande envolvimento subjectivo e um tão elevado grau de certeza nas afirmações produzidas que provavelmente tornariam a sua aceitação difícil num contexto académico de nível superior em que as estratégias discursivas se caracterizam por posicionamentos mais defensivos. As autoras sugerem, como possível explicação para o fenómeno, o limitado repertório de recursos interpessoais à disposição dos autores destes ensaios (*ibidem*: 168), o que não é necessariamente atribuível a diferenças culturais, mas pode simplesmente decorrer do tipo de materiais didácticos a que os alunos tiveram acesso e da limitada atenção que nestes se presta à modalidade epistémica em particular (McEnery e Kifle 2002: 192-193), mas também aos recursos interpessoais da língua inglesa em geral.

Embora não seja possível desenvolver o assunto no âmbito desta tese, parece-me que seria produtivo integrar o estudo da função interpessoal num quadro de análise mais complexo, que talvez possa ajudar-nos a compreender melhor a dificuldade acrescida do falante não nativo para realizar a variável do registo a que chamamos **relações** em aproximação suficiente aos modelos nativos dominantes. O reconhecimento de que o discurso académico não se limita a representar a realidade exterior de modo mais ou menos plausível (dimensão ideacional), mas tem um carácter eminentemente interactivo (dimensão interpessoal) que determina a sua configuração retórica e, por conseguinte, a sua aceitação pelas comunidades às quais se dirige, tem vindo a beneficiar de várias abordagens teóricas que, explícita ou implicitamente, se filiam no modelo sistémico-funcional, ou com ele partilham o pressuposto de que todas as interacções linguísticas só são explicáveis em função

²⁰ O chamado IELTS – *International English Language Testing System* – é actualmente um dos exames mais usados para testar os candidatos que pretendem frequentar programas universitários em países de língua inglesa.

de um contexto social, cultural e educacional (Hyland 2004c: 5). Estas abordagens têm vindo a dar conta de recursos linguísticos a que chamam “avaliação” (*evaluation*, Thompson e Hunston 2000), “sistemas de valoração” (*appraisal*, Martin 1997; 2000; Martin e Rose 2003; Martin e White 2005), “posicionamento” (*stance*, Conrad e Biber 2000) e “metadiscurso interpessoal” (*interpersonal metadiscourse*, Hyland 1998; 2005). Embora haja algumas diferenças no campo que cada uma delas cobre, parece-me aceitável dar-lhes uma designação abrangente como “linguagem da avaliação” e encontrar para todas uma definição inclusiva que pode muito bem ser a sugerida por Thompson e Hunston (2000: 5):

(...) evaluation is the broad cover term for the expression of the speaker or the writer’s attitude or stance towards, viewpoint on, or feelings about the entities or propositions that he or she is talking about. That attitude may relate to certainty or obligation or desirability or any of a number of other sets of values.

Mais uma vez, é o grau de exigência e o carácter relativamente rígido dos géneros académicos que obriga a uma atenção particular aos recursos linguísticos próprios da linguagem da avaliação por parte dos estudantes não nativos, por comparação com o que ocorreria se falássemos de géneros que permitem uma maior latitude de opções no plano interpessoal, como textos literários e jornalísticos, por exemplo. Como é possível verificar nos dois estudos mencionados acima (McEnery e Kifle 2002; Coffin e Hewings 2004), a produção textual comparada de nativos e não nativos revela escolhas diferentes, mas igualmente possíveis, entre os recursos interpessoais disponibilizados pela língua inglesa. Não estamos, portanto, perante uma análise de “erros” léxico-gramaticais dos falantes não nativos. Numa perspectiva de ELF endonormativa poderíamos até começar a procurar aí eventuais traços de uma variedade emergente. Contudo, na perspectiva exonormativa que ainda domina o ELF dos discursos académicos, estamos perante diferenças com reflexos potencialmente negativos, uma vez que não basta produzir textos “gramaticalmente correctos”:

(...) students writing in a foreign language need to know what features are typical, rather than which are possible, as the texts they are expected to read and write at university offer them far less freedom to position themselves interpersonally than these public genres. (Hyland 2004c: 5)

A dificuldade dos falantes não nativos é inerente àquilo que o uso da língua põe em jogo para a produção dos significados interpessoais que cabem naquilo que definimos como “avaliação”. Por um lado, a linguagem da avaliação é comparativa, subjectiva e portadora de

valores (Thompson e Hunston 2000: 13). O seu carácter eminentemente “situado” dificulta necessariamente a partilha. A dificuldade aumenta, ou é provável que aumente, com a distância entre os intervenientes – distância essa que pode ser, por exemplo, temporal, social, cultural e/ou linguística. Por outro lado, o carácter valorativo de um elemento lexical ou gramatical, se isoladamente considerado, pode não ser evidente, só se tornando reconhecível quando associado a outros indícios presentes no co-texto. É o carácter cumulativo, ou “prosódico”, da valoração de que falam Martin e Rose (2003: 27), aliás num desenvolvimento da analogia fonológica de Halliday (1979, citado em Martin e White 2005: 19), segundo o qual o significado interpessoal se distribui ao longo da oração como motivo ou coloração, como que “prosodicamente”.

This cumulative effect over a phase of text reflects the ‘prosodic’ nature of attitude, and of interpersonal meaning in general. Interpersonal meanings are often realized not just locally, but tend to sprawl out and colour a passage of discourse, forming a ‘prosody’ of attitude. By looking at phases of attitude, we can explore how readers are being aligned rhetorically as a text unfolds. (Martin e Rose 2003: 27)

Torna-se assim mais fácil de compreender a dificuldade de dominar todos os recursos que é possível e necessário associar para a produção dos significados interpessoais, uma vez que ela não resulta da utilização de elementos isolados, antes depende do modo como vários elementos se conjugam num enunciado para tornar clara a posição do sujeito. Aproveitando um exemplo de Martin e White (2005: 19-20), podemos ver como a expressão da possibilidade de uma ocorrência se pode fazer – num tipo de realização prosódica a que os autores designam de “saturação”²¹ – associando um processo mental na primeira pessoa do presente simples (*I suppose*), a que se soma um verbo modal (*might*), um adjunto modal (*possibly*), regressando o verbo modal na *tag question*, agora, naturalmente, em polaridade negativa: “I suppose he might possibly have, mightn’t he?”

A expressão de ATITUDE, explícita ou implícita, bem como os recursos de GRADAÇÃO e de ENGAJAMENTO²² podem, no entanto, ir além dos limites da oração e, distribuídos ao longo de um enunciado, constituem um factor adicional de coesão e coerência textuais. Num texto que construa a sua estratégia de persuasão por adição sucessiva de argumentos, não será surpreendente encontrar uma modalização progressivamente marcada por um maior grau de

²¹ Martin e White (2005: 19-23) identificam três tipos de realização prosódica da valoração: saturação, intensificação e dominação.

²² ATITUDE, GRADAÇÃO e ENGAJAMENTO são os três sistemas de VALORAÇÃO do modelo exposto, por exemplo, em Martin e Rose (2003) e Martin e White (2005).

certeza nas afirmações produzidas, eventualmente associado ao uso de temas interpessoais, os quais, ao colocarem a expressão de posições avaliativas na posição da coisa adquirida, condicionam a leitura, reduzindo as probabilidades de contra-argumentação.

O efeito prosódico pode revelar-se apenas em escolhas lexicais avaliativas, associadas a uma estratégia de GRADAÇÃO, como neste exemplo retirado de Hood (2004: 33), em que um método de investigação é apreciado positivamente:

His methodology showed certain other **refinements**. First, he excluded overseas students. Such students tend to be older than average and also to fare worse academically (Woodley 1979), thus influencing any age/performance relationship. Secondly, he used two measures of performance; the proportion leaving without obtaining a degree and the degree results of those taking final examinations. Finally he weighted the degree class obtained according to its rarity value in each faculty.

Como Hood assinala na sua análise, a APRECIÇÃO contida na palavra *refinements* cria desde logo as condições para uma prosódia positiva, que se prolonga nas orações seguintes. Sem que haja qualquer outra manifestação explícita de ATITUDE, o tom positivo que percebemos em palavras e expressões que, isoladamente, não teriam esse valor (*excluded; used two measures* e *weighted*), só é possível como ressonância da valoração inicial. Os recursos de GRADAÇÃO utilizados (*first, secondly* e *finally*) contribuem também para assegurar que se mantenha ao longo de todo o extracto a associação positiva de *refinements*.

Sendo o discurso académico, sobretudo nos seus géneros escritos, especialmente exigente quanto às maneiras de atingir o fim último de persuadir o leitor da força de verdade das proposições apresentadas, a importância de ter em conta este aspecto da produção linguística não pode hoje ser ignorada. Ao contrário do que se costumava presumir relativamente à objectividade do discurso científico, enquanto “simples” representação de uma realidade exterior observável, parece hoje evidente que qualquer artigo académico que se proponha dar conta dos resultados de um processo experimental faz algo mais do que descrever, inventariar ou quantificar. A produção do significado ideacional não é nunca dissociável da produção do significado interpessoal e, no caso dos géneros académicos e científicos, parte do trabalho de escrita consiste em “conquistar o leitor”, dando uma imagem credível de quem escreve e daquilo sobre que escreve:

The ability of writers to offer a credible representation of themselves and their work, by claiming solidarity with readers, evaluating their material and acknowledging alternative views, is a defining feature of academic writing.

Controlling the level of personality in a text is central to maintaining interaction with readers and building a convincing argument. Put succinctly, every successful text must display the writer's awareness of both its readers and its consequences. (Hyland 2004c: 5)

Como Hyland observa mais adiante (*ibidem*: 7), as dificuldades sentidas por estudantes universitários, cuja primeira língua não é o inglês, no estabelecimento de uma adequada posição interpessoal, decorrem em boa medida dos métodos de ensino utilizados em EAP, que privilegiam tarefas em que se desenvolvem quase exclusivamente estratégias ideacionais e textuais, em detrimento das interpessoais. Esta falha, como no mesmo passo o autor sublinha, é atribuível ao relativo desconhecimento ainda existente quanto aos modos como funcionam as relações escritor-leitor em textos académicos. O que já se sabe é que, muito embora a escrita dos géneros académicos tenha como objectivo central a produção e partilha de saberes, a maneira como isso é conseguido envolve estratégias de persuasão em que as afirmações feitas são acompanhadas de elementos afectivos e sociais, e estes, por definição, não são analisáveis no plano ideacional.

(...) the social interactions in academic writing stem from the writer's attempts to anticipate possible negative reactions to his or her persuasive goals. The writer will choose to respond to the potential negatability of his or her claims through a series of rhetorical choices to galvanise support, express collegiality, resolve difficulties and avoid disagreement in ways which most closely correspond to the community's assumptions, theories, methods and bodies of knowledge. (Hyland 2004a: 13)

Não sendo analisáveis no plano ideacional, os recursos de uma “gramática da interpessoalidade” resultam mais difíceis de ensinar e de aprender. É talvez neste plano de análise que a especificidade cultural dos géneros é mais manifesta, embora o seu papel não possa ser ignorado na realização das outras duas variáveis do registo, cujas dificuldades para o estudante de inglês procurei caracterizar, em linhas gerais, nas páginas anteriores.

4. A especificidade intercultural do ELF

Não é sequer imaginável que a produção discursiva dos não nativos alguma vez deixe de revelar traços das línguas e culturas de origem. Esses traços poderão ser resultado de simples fenómenos de transferência, de assimilação imperfeita, ou mesmo de resistência consciente a um uso integrativo da língua inglesa. O que interessa garantir, pela análise e

descrição das práticas discursivas e pelas suas aplicações ao desenvolvimento de novos métodos, programas e materiais para o ensino do inglês como língua de comunicação internacional, é que as diferenças não constituam obstáculo à comunicação, nem sejam causa de discriminação. Não parece possível realizar este propósito sem ter em conta o papel constitutivo dos géneros do discurso, a dimensão dos usos da língua em que as diferenças podem ser mais “significativas”, precisamente porque se prendem com a produção de significado. Se uma micro-análise de aspectos fonológicos, ou mesmo léxico-gramaticais, pode revelar singularidades, mudanças em curso ou traços de variedades emergentes, que são interessantes em si mesmos, mas são sobretudo aspectos de uma descrição estrutural, é nos aspectos semânticos que podemos observar a língua desempenhando as suas funções, as quais, por definição, são indissociáveis dos contextos em que a língua é usada.

Because genre is bound up both with global communicative purpose (...) and a local understanding of social relations, genre is the mediator between the global and the local. It is all the more pervasive as it is the invisible fabric of our speech. It should not be surprising, then, that at the end of our analysis we find genre to be the major source of misunderstanding in global communicative practice. Because we tend to take our genres for natural and universal (...), we don't realize the local flavour they bring to the global medium. (Kramsch e Thorne 2002: 99)

Se aceitarmos que o conceito de género serve para explicar a maneira como atingimos os nossos objectivos quotidianos de um modo que é específico da cultura em que vivemos (Martin 2001: 161), não podemos deixar de nos interrogar sobre o que possa ser a intermediação genológica em ELF, uma vez que, pelo menos aparentemente, parece existir uma contradição insanável na ideia de que uma língua de comunicação, meramente instrumental, possa ao mesmo tempo ser manifestação de uma especificidade cultural.

Julgo que o inglês como língua franca do mundo académico é talvez a melhor demonstração de como a contradição é apenas aparente e resulta de um preconceito “essencialista” de cultura e de identidade, aliás aparentado com concepções de língua centradas no falante nativo como idealmente monolíngue e, por assim dizer, “bacteriologicamente puro”. Na verdade, sabemos que a maioria dos habitantes do planeta é bilingue, ou multilingue, em graus muito variados de competência comunicativa. Sabemos também que não é possível suspender o conhecimento das línguas que em cada interacção não estejam a ser usadas e que esse conhecimento pode, por conseguinte, interferir nas mesmas interacções a todo o instante, ainda que de modo imperceptível, até para o próprio falante.

Todas as línguas são resultado da multiplicação de milhares e milhares dessas quase invisíveis situações de contacto e existem, portanto, em estado de impermanência, enquanto “ondas”, ainda que seja enquanto “partículas” que as tentamos descrever e analisar. Mesmo os estudos diacrónicos parecem sempre a comparação de dois, ou vários, momentos de descrição sincrónica, apenas metodologicamente estáticos, para efeitos de observação e caracterização generalizante. O ELF é a língua inglesa em situação de contacto permanente e em mais visível “estado de mudança”. Não é, portanto, a língua inglesa dissociada do seu contexto cultural, como Mukherjee e Rohrbach afirmam (2006: 210, ver citação, pág. 62), mas sim, conforme Jenkins (2007, no prelo) escreve em resposta a esta mesma afirmação: “ELF is a sociocultural context of the English language every bit as much as ENL [*English as a Native Language*] is.”

Os géneros académicos e o ELF em que os falantes/utilizadores não nativos os produzem não são, de facto, específicos de uma cultura nacional, mas sim de uma “intercultural”, para adoptar o termo de Mauranen (2006b: 150). O problema está no facto de, para os não nativos, prevalecer ainda no inglês académico uma perspectiva centralista, em que as normas das variedades inglesa e norte-americana são ainda hegemónicas. O inglês académico é, assim, uma língua estrangeira que a generalidade dos falantes não nativos utiliza como escolha, mais ou menos marcada, para divulgar o seu trabalho de investigação e progredir nas suas carreiras. Nas instituições de ensino superior não anglófonas que disponibilizam programas em língua inglesa, esta pode seguramente ser vista como parasitária, como um “cuco”, na metáfora de Phillipson (2006), retirando espaço funcional às línguas maternas. Mas são também estes espaços de contacto intercultural que poderão revelar-se o terreno mais fértil para a introdução das mudanças exigíveis, no sentido de assegurar a equidade da participação de estudantes e investigadores de todas as origens e o reconhecimento da legitimidade dos usos do inglês pelo crescente número de utilizadores no círculo em expansão.

E, por paradoxal que a afirmação possa parecer à primeira vista, um maior número de pessoas a aprender e a falar inglês em todo o mundo pode, no futuro, significar uma perda da hegemonia dos países de língua inglesa, pelo que a expansão da língua não equivaleria já, necessariamente, a um “imperialismo linguístico” (Phillipson 1992), mas a um futuro de “diglossia universal” (Coleman 2006: 10). E é mais uma vez no mundo universitário que podemos observar manifestações muito óbvias de que esta poderá não ser uma visão irrealista, duplamente justificando a primeira parte do título do artigo de Mauranen (2006b) que já várias vezes citei: *a rich domain of ELF*. Coleman (*ibidem*: 11) dá como exemplo o que

ocorre em países de língua inglesa com os programas de intercâmbio SOCRATES-ERASMUS, nos quais os estudantes estrangeiros não só se relacionam preferencialmente com outros estrangeiros, como também se entendem mais facilmente, em inglês, com outros falantes não nativos, do que com os estudantes locais. Por maioria de razão, em contextos como aqueles que o ELFA de Anna Mauranen documenta (programas de estudos pós-graduados em universidades finlandesas) é entre não nativos que se dá a maioria das interações em inglês. Parece claro que está em formação um novo ambiente discursivo no ensino universitário em língua inglesa, o qual é, predominantemente, um contexto de ELF:

The majority of university students using English in academic environments in expanding circle countries are speakers of ELF varieties, while even in universities in inner circle countries they form very sizeable minorities. This means that for much of the time both inside and outside the classroom, the communication context is ELF rather than EFL or ENL. And either way, after their university studies, most NNSs of English who go on to have academic careers, do not operate within an NS English university environment in today's 'globalized' world. Thus, there seems to be no good reason why, even for study in inner circle countries, they should be expected to defer to ENL academic norms or to be tested on them in order to be admitted to their studies. Indeed, it might be more useful if their NS university peer groups and teachers were to become familiar with other ways of speaking (and even writing) than those exclusive to NS academic contexts. (Jenkins 2007, no prelo)

A divergência do ELF relativamente às normas nativas dominantes, e o seu reconhecimento, descrição e eventual codificação, poderão ser apenas uma questão de tempo e, se o ELF for a “variedade” internacionalmente dominante, tal não poderá deixar de reflectir-se nos próprios países anglófonos:

As ELF diverges further from standard varieties in the UK, the US, Ireland or Australia, these countries too could become diglossic, and native speaker English become a sociolinguistically marked variety, no longer automatically acceptable in international contexts. Then the predominance of international academics with a range of native tongues other than English may well diversify even academic discourse away from today's ubiquitously delocalized Anglo-American standard. And the world may see the emergence of a more democratic model of English as *lingua franca* (...). (Coleman 2006: 11)

Os estudos de ELF poderão ter o papel de tornar mais visível o “tecido” dos géneros produzidos por estes utilizadores e o “sabor local” que eles acrescentam ao inglês

internacional. Se Kramersch e Thorne tiverem razão (ver citação, pág. 85) e, no final das nossas análises, concluirmos que os gêneros são a principal causa de mal-entendidos na comunicação global, talvez não seja descabido conceber, no plano genológico, um princípio semelhante ao que Jenkins seguiu para o estabelecimento do *Lingua Franca Core* (ver capítulo anterior), procurando aqui um núcleo básico de traços discursivos essenciais para uma comunicação bem sucedida e flexibilizando as convenções (essencialmente anglo-americanas) cuja utilidade para a compreensão mútua se possa demonstrar reduzida, ou nula.

Não é seguramente de excluir que, a breve prazo, os “sabores locais”, que entretanto vêm adquirindo um “tempero internacional”, contribuam para uma mudança linguística e genológica que reduza a carga anglocêntrica ainda evidente em muitos domínios e, em consequência, produzam uma maior abertura e diversidade culturais e uma comunicação global com outro “significado”. A própria concepção de língua que subjaz ao modelo sistêmico-funcional, enquanto conjunto de sistemas “probabilísticos”, prevê a evolução semântica como consequência necessária e inevitável de um processo de instanciação do texto, de desenvolvimento do indivíduo e de expansão da cultura.

Language change in this model is read in terms of an expanding meaning potential, a key feature of semiotic systems as they adapt to new discursive and non-discursive (physical and biological) environments. (Martin 1997: 9)

Comecei o primeiro capítulo desta tese com um exemplo prático da presença dos falantes não nativos de inglês em contextos nos quais, pelo menos aparentemente, ainda dominam as convenções genológicas das variedades nativas: a oitava conferência da ESSE. No final deste terceiro capítulo, permito-me pelo menos exprimir algumas dúvidas quanto à extensão desse domínio. A maneira de avaliar se há já sinais de mudança linguística atribuíveis à penetração de falantes não nativos, nomeadamente nestes “ambientes”, passa necessariamente pela análise da sua produção discursiva, muita da qual não se dirige sequer exclusivamente, nem talvez prioritariamente, a comunidades em que os falantes nativos de inglês são já o maior número. Termino com um exemplo prático disto mesmo, as palavras finais da introdução a um número especial do *Nordic Journal of English Studies* que já citei anteriormente:

This special issue is written in ELF. Although native speakers have not been excluded from the volume, they have not acted as the ultimate authorities of linguistic correctness or comprehensibility. Thus, the papers have not been ‘checked by a native speaker’, as the saying goes. As ELF-speaking editors,

we have not imposed our idiolects on the papers with a heavy hand either. The writers are all expert users of English despite their varying status of nativeness. We hope that the readership finds the texts as clear and comprehensible as we do, and that the issues raised and the findings presented give food for thought for English scholars in the Nordic countries and beyond. (Mauranen e Metsä-Ketelä 2006: 6)

Independentemente da qualidade e importância dos artigos contidos no volume, alguns dos quais citei nestes dois últimos capítulos, esta passagem, por si só, já dá bastante que pensar (*food for thought*) e pode bem ser o mote para algumas palavras em jeito de conclusão.

Conclusão: A língua que falamos, quando falamos inglês

Whenever one lights upon more exact proofs, then we must be grateful to the discoverer, but for the present we must state what seems plausible.

(Aristóteles, *De Caelo* c. 330 a. C.)

Na passagem que citei a encerrar o último capítulo há dois aspectos que me parece importante assinalar: em primeiro lugar, a auto-suficiência destes utilizadores que se dizem falantes de ELF (“ELF-speaking editors”): “(...) native speakers... have not acted as the ultimate authorities of linguistic correctness or comprehensibility”, “the papers have not been ‘checked by a native speaker’, as the saying goes.” Em segundo lugar, parece-me importante a menção explícita dos destinatários, os quais não são, necessariamente, falantes nativos de inglês: “(...) English scholars in the Nordic countries and beyond.”

Estamos perante uma “prova de vida”, se necessária ela fosse, do inglês enquanto instrumento de comunicação internacional, não sujeito à arbitragem dos falantes nativos, o que corresponde a uma definição funcional de inglês como língua franca, a que podemos, ou não, chamar ELF. Como estamos também perante textos académicos, as condições para a emergência de traços característicos, divergentes relativamente às variedades dos países do círculo interior, estão ainda condicionadas pelas exigências das comunidades disciplinares, ou discursivas, a que tradicionalmente este tipo de texto se destinava.

Os estudos da linguagem oral, de que dei conta no segundo capítulo, prenunciam algumas das mudanças possíveis, até mesmo quanto à probabilidade de emergência de traços característicos de ELF por ausência, ou na ausência, de falantes nativos. Cogo e Dewey (2006: 78-80), por exemplo, observam a influência da presença de falantes de inglês como primeira língua na produção do *-s* da terceira pessoa do presente simples por falantes não nativos que obviamente conhecem a regra. A presença de falantes nativos constringe os restantes participantes nas interações a utilizar o morfema, em aproximação à norma percebida como operacional no contexto em causa, enquanto que, quando os participantes são exclusivamente não nativos, a omissão se torna mais frequente. À medida que a demografia dos falantes das comunidades académica e científica se for alterando, dando origem a uma

percepção diferente dos potenciais destinatários da produção discursiva, tornar-se-ão cada vez mais prováveis, também na escrita, ocorrências de sinais de uma mudança linguística no plano formal. Muito em breve, pode mesmo acontecer que os falantes nativos, em vez de árbitros do “bom uso”, se transformem em obstáculos a uma comunicação bem sucedida, como Graddol explica (2006: 115):

This is not because non-native speakers are intimidated by the presence of a native speaker. Increasingly, the problem may be that few native speakers belong to the community of practice which is developing amongst lingua franca users. Their presence hinders communication.

Perante observações como esta, é perigosamente tentador colocar a hipótese de podermos vir um dia a falar do ELF como mais uma variedade do inglês, ainda que seja metodologicamente prudente suspender as classificações até se obterem dados quantitativamente representativos. A simples menção da palavra “variedade” suscita, desde logo, a necessidade de previamente definir conceitos, sob pena de o rótulo servir mais para confundir do que para esclarecer.

Widdowson (2003: 45-59), na sua caracterização do inglês como língua internacional, serve-se, embora com algumas qualificações, da distinção estabelecida por Halliday *et al* (1964) entre dialecto (variedade quanto ao utilizador) e registo (variedade quanto ao uso), para classificar variedades locais e usos globais. No plano da comunicação internacional, estaríamos na presença de diferentes registos: o inglês dos negócios, o inglês do turismo, o inglês das várias áreas científicas e tecnológicas e de inúmeras outras actividades, no fundo, os registos para os quais se orientam os programas de ensino do inglês para fins específicos e académicos. Ao contrário das novas variedades de inglês de tipo dialectal, localizadas no círculo exterior, estas variedades de registo não pertencem a nenhum dos círculos e a sua estabilidade estaria assegurada precisamente pela sua natureza transnacional, enquanto expressão de domínios do conhecimento partilhado por comunidades globais (Widdowson 2003: 53-55). Uma das razões da diferença entre os dois tipos de variedade é que as primeiras, para além de serem variedades a que se pertence por nascimento, por experiência sociocultural partilhada no quotidiano, são essencialmente mediadas pela comunicação oral. As segundas são usadas por comunidades a que só se acede por um processo de socialização secundária, por uma aprendizagem escolarizada e envolvem uma forte presença da mediação escrita.

A leitura dos artigos contidos no volume organizado por Mauranen e Metsä-Ketelä (2006) torna evidente que não será fácil encontrar diferenças entre o ELF, em que as autoras dizem que estão escritos, e o inglês padrão das variedades mais importantes do círculo interior. A influência estabilizadora da escrita é seguramente uma das responsáveis pelo facto. Porém, a estabilidade do registo académico, de que seriam manifestação, pode ser apenas relativa. Parece-me mesmo que a fronteira entre dialecto e registo, nesta acepção de linguagem própria de uma área de actividade, é uma simplificação que pode revelar-se desajustada da realidade sociolinguística contemporânea. A distinção, do ponto de vista da variedade funcional dos usos do inglês, entre falantes dos três círculos, pode ser antes de mais, ou acima de tudo, uma questão de grau. A frequência e a variedade de situações em que um habitante de Liverpool, de New Jersey ou de Melbourne faz uso do inglês, podem ser maiores do que as de um habitante de Osaka, de Dresden ou de Lisboa, o que não significa que este se limite a usá-lo para fins estritamente académicos ou profissionais.

Os usos do inglês como língua franca não atravessam apenas fronteiras geográficas, transcendem também o estreito colete-de-forças funcional em que uma conveniente ficção pedagógica os procura compreender. Não é sequer verdade que a utilização do inglês para comunicação internacional corresponda necessariamente a um processo de socialização secundária mediado (apenas) pela escola. Basta pensar no que se passa nas comunidades, mais ou menos espontâneas e informais, que todos os dias põem em contacto milhões de utilizadores da Internet em todo o planeta, em que se fala rigorosamente de tudo, e sobretudo em inglês, oralmente e por escrito, ou algures ao longo do complexo contínuo entre esses dois extremos. Nestas condições, o ELF não é, seguramente, apenas um registo, ou um conjunto de registos para os quais possa servir de designação abrangente.

Se é ou não uma variedade do inglês, agora já no sentido dialectal e não apenas enquanto registo, é uma questão a que não podemos ainda responder. Falta-nos saber, em primeiro lugar, se haverá suficiente unidade na diversidade para fazer sentido falar de um ELF, ou se teremos sempre que falar em variedades de ELF, sejam elas regionais, locais ou nacionais. Mas falta-nos também considerar, por exemplo, qual a importância que podem assumir três tipos de continuidade e/ou contiguidade: temporal, espacial e sociocultural. Quanto tempo leva uma variedade até atingir forma autónoma reconhecível? Uma variedade linguística terá forçosamente que corresponder a uma delimitação geográfica? Os falantes de uma variedade terão forçosamente que pertencer a uma unidade definida pelos laços que caracterizam as formas de organização social tradicionais?

Não podendo, em rigor, extrair uma conclusão, sugiro que pensemos sobre estes problemas tendo em conta o modo como as nossas percepções de tempo e de espaço mudaram radicalmente nas últimas décadas. Não só a distância entre dois pontos parece infinitamente mais curta, ou, por vezes, virtualmente inexistente, como o tempo que demoramos a executar as mais variadas tarefas foi consideravelmente abreviado pelos progressos tecnológicos. O inglês difundiu-se mais rapidamente no último meio século do que qualquer outra língua se poderia ter difundido no passado graças, em boa medida, a essa “aceleração do tempo” e “contração do espaço” que tornaram possíveis os fenómenos ditos globais.

A reconceptualização do inglês em que esta minha reflexão se inscreve não é mais do que a tentativa de dar conta de uma realidade à qual algumas ideias herdadas de paradigmas anteriores dificilmente servem, porque não se ajustaram às novas dimensões do mundo em que, também linguisticamente, vivemos. Aquilo a que aqui optei por chamar ELF é uma parte importante da realidade linguística contemporânea que aguarda descrições mais completas e que, não podendo ainda ser concebido como potencial modelo pedagógico, pode permitir-nos reflectir sobre os objectivos e conteúdos dos nossos programas sob uma perspectiva diferente. Mesmo não podendo ensinar ELF – porque não sabemos em que é que ele, formalmente, consiste – podemos pelo menos preparar os nossos alunos para serem melhores utilizadores de ELF, isto é, para estarem em condições de comunicar em inglês com pessoas de qualquer parte do mundo, sem terem que imitar um sotaque britânico (objectivo programático que só se atingiria em condições ideais e que teria duvidosa utilidade); nem que dominar convenções genológicas que só poderão revelar-se úteis no caso de os destinatários dos seus textos serem falantes nativos e membros de uma comunidade disciplinar específica, caso esta não se encontre já em processo de abertura intercultural.

Enquanto professores de inglês não nativos, aquilo que oferecemos como modelo aos nossos alunos ganharia em realismo e em autoconfiança se deixássemos de conceber o nosso próprio desempenho linguístico como aproximação, fatalmente imperfeita, a um modelo nativo que interiorizámos como preferível. Não são apenas os falantes/utilizadores de inglês não nativos que são mais numerosos do que os falantes de inglês como primeira língua, também os professores de inglês são maioritariamente não nativos. E o que é válido para a generalidade dos falantes é válido para os professores de inglês: também para eles são mais prováveis os encontros com interlocutores que não aprenderam a língua ao colo da mãe. Como a língua que falamos é também o produto da multiplicação de idênticas situações de contacto – e estas são sobretudo instâncias do inglês usado como língua franca – que inglês falamos, se não falamos ELF?

Referências

- Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth e Tiffin, Helen (1989): *The Empire Writes Back – Theory and Practice in Post-colonial Literatures*. London and New York: Routledge.
- Bamgbose, Ayo (1992): Standard Nigerian English: issues of identification. In Kachru, Braj B., Ed. (1992: 148-161).
- Bamgbose, Ayo (1998): Torn between the norms: innovations in World Englishes. *World Englishes* 17 (1): 1-14
- Beneke, J. (1991): Englisch als lingua franca oder als medium interkultureller communication [English as a Lingua Franca or as medium of intercultural communication]. In Grebing, R., Ed.: *Grenzenloses Sprachenlernen*. Berlin: Cornelsen: 54-66.
- Bex, Tony e Watts, Richard J., Eds. (1999): *Standard English – The Widening Debate*. London and New York: Routledge.
- Bhatia, Vijay K. (1993): *Analysing Genre: Language Use in Professional Settings*. London: Longman.
- Bhatia, Vijay K. (2001): The power and politics of genre. In Burns, Anne e Coffin, Caroline, Eds. (2001: 65-77):
- Biber, Douglas; Johansson, Stig; Leech, Geoffrey; Conrad, Susan e Finegan, Edward (1999): *The Longman Grammar of Spoken and Written English*. Harlow: Longman.
- Bourdieu, Pierre (1991): *Language and Symbolic Power*. Malden, MA: Polity.
- Breiteneder, Angelika (2005): The naturalness of English as a European lingua franca: the case of the ‘third person –s’. *Vienna English Working Papers*. 14 (2): 3-26. <http://www.univie.ac.at/Anglistik/Views.htm>. (20 de Janeiro de 2006).
- Breiteneder, Angelika; Pitzl, Marie-Luise; Majewski, Stefan e Klimpfinger, Theresa (2006): VOICE Recording – Methodological Challenges in the Compilation of a Corpus of Spoken ELF. *Nordic Journal of English Studies*. 5 (2): 161-187.
- Brutt-Griffler, Janina (1998): Conceptual questions in English as a world language. *World Englishes* 17/3: 381-392.
- Brutt-Griffler, Janina (2002): *World English: A Study of its Development*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Brutt-Griffler, Janina (2005): “Who do you think you are, where do you think you are?”: language policy and the political economy of English in South Africa. In Gnutzmann, Claus e Intemann, Frauke, Eds. (2005: 27-39).

- Burchfield, R. (1985): *The English Language*. Oxford: Oxford University Press.
- Burns, Anne e Coffin, Caroline, Eds. (2001): *Analysing English in a Global Context – A Reader*. London and New York: Open University/Routledge.
- Carter, Ronald e McCarthy, Michael (2006): *Cambridge Grammar of English*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chambers, J. K.; Trudgill, Peter e Schilling-Estes, Eds. (2002): *The Handbook of Language Variation and Change*. Malden, MA, Oxford and Victoria: Blackwell.
- Coffin, Caroline e Hewings, Ann (2004): IELTS as preparation for tertiary writing: distinctive interpersonal and textual strategies. In Ravelli, Louise J. e Ellis, Robert A., Eds. (2004: 153-171).
- Cogo, Alessia e Dewey, Martin (2006): Efficiency in ELF communication: from Pragmatic motives to lexico-grammatical innovation. *Nordic Journal of English Studies*. 5 (2): 59-93.
- Coleman, James A. (2006): English-medium teaching in European higher education. *Language Teaching* 39: 1-14.
- Conrad, Susan e Biber, Douglas (2000): Adverbial marking of stance in speech and writing. In Hunston, Susan e Thompson, Geoff, Eds. (2000: 56-73).
- Conselho da Europa (2001): *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Porto: Edições Asa.
- Crystal, David (1988): *The English Language*. Harmondsworth: Penguin.
- Crystal, David (1995): *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Crystal, David (1997): *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Crystal, David (2004): *The Language Revolution*. Cambridge: Polity Press.
- Crystal, David (2007): *By Hook or by Crook – A Journey in Search of English*. London: Harper Collins.
- De Swaan, Abram (2001): *Words of the World*. Cambridge: Polity Press.
- Dziubalska-Kołodziejczyk, Katarzyna e Przedlacka, Joanna, Eds. (2005): *English Pronunciation Models: A Changing Scene*. Bern: Peter Lang.
- Elder, Catherine e Davies, Alan (2006): Assessing English as a lingua franca. *Annual Review of Applied Linguistics* 26: 282-301.
- Erling, Elizabeth J. (2004): *Globalization, English and the German University Classroom*. Tese de Doutorado. Universidade de Edimburgo.

- Erling, Elizabeth J. (2005): The many names of English. *English Today* 21 (1): 40-44.
- Ferguson, Charles (1959): Diglossia. In Paulston, Christina Bratt e Tucker, G. Richard, Eds. (2003: 345-358).
- Firth, Alan (1996): The discursive accomplishment of ‘normality’: on lingua franca English and conversation analysis. *Journal of Pragmatics*. 26: 237-259.
- Fishman, Joshua A. (1967): Bilingualism with and without diglossia: diglossia with and without bilingualism. In Paulston, Christina Bratt e Tucker, G. Richard, Eds. (2003: 359-366).
- Flowerdew, John, Ed. (2002): *Academic Discourse*. Harlow: Longman.
- Friedman, Thomas L. (2006): *The World is Flat – A Brief History of the Twenty-First Century*. New York: Farrar, Strauss and Giroux.
- Giles, Howard e Coupland, Nikolas (1991): *Language: Contexts and Consequences*. Milton Keynes: Open University Press.
- Gnutzmann, Claus, Ed. (1999): *Teaching and Learning English as a Global Language – Native and Non-Native Perspectives*. Tübingen: Stauffenburg Verlag.
- Gnutzmann, Claus and Intemann, Frauke, Eds. (2005): *The Globalisation of English and the English Language Classroom*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Graddol, David (1997): *The Future of English?* London: The British Council.
- Graddol, David (1999): The decline of the native speaker. *AILA Review*. 13: 57-68.
- Graddol, David (2006): *English Next*. London: The British Council.
- Greenbaum, Sidney (1996): *The Oxford English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.
- Halliday, M. A. K. (1979): Modes of meaning and modes of expression: types of grammatical structure, and their determination by different semantic functions. In Allerton, D. J.; Carney, Edward e Holscroft, David, Eds. (1979): *Function and Context in Linguistic Analysis: A Festschrift for William Haas*. Cambridge: Cambridge University Press: 57-79.
- Halliday, M. A. K. (2003): Written language, standard language, global language. *World Englishes*. 22 (4): 405-418.
- Halliday, M. A. K. (2004): *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª edição revista por C. M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold.
- Halliday, M. A. K.; McIntosh, Angus e Strevens, Peter (1964): *The Linguistic Sciences and Language Teaching*. London: Longman.
- Haugen, Einar (2003): Dialect, language, nation. In Paulston, Christina Bratt e Tucker, G. Richard, Eds. (2003: 411-422).

- Hood, Susan (2004): Managing attitude in undergraduate academic writing: a focus on the introductions to research reports. *In* Ravelli, Louise J. e Ellis, Robert A., Eds. (2004: 24-44).
- House, Juliane (1999): Misunderstanding in intercultural communication: interactions in English as a *lingua franca* and the myth of mutual intelligibility. *In* Gnutzmann, Claus, Ed. (1999: 73-89).
- House, Juliane (2003): English as a lingua franca: a threat to multilingualism? *Journal of Sociolinguistics* 7 (4): 556-578.
- House, Juliane (2006): Unity in diversity: English as a lingua franca for Europe. *In* Leung, Constant e Jenkins, Jennifer, Eds. (2006: 87-103).
- Howatt, A. P. R., com Widdowson, H. G. (2004): *A History of English Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- Hunston, Susan e Thompson, Geoff, Eds. (2000): *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*. Oxford: Oxford University Press.
- Hyland, Ken (1998): Persuasion and context: the pragmatics of academic metadiscourse. *Journal of Pragmatics* 30: 437-455.
- Hyland, Ken (2004a): *Disciplinary Discourses – Social Interactions in Academic Writing*. 2^a edição. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Hyland, Ken (2004b): *Genre and Second Language Writing*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Hyland, Ken (2004c): Patterns of engagement: dialogic features and L2 undergraduate writing. *In* Ravelli, Louise J. e Ellis, Robert A., Eds. (2004: 5-23).
- Hyland, Ken (2005): *Metadiscourse – Exploring Interaction in Writing*. London: Continuum.
- James, Allan (2005): The challenges of the lingua franca: English in the world and types of variety. *In* Gnutzmann, Claus and Intemann, Frauke, Eds. (2005: 133-144).
- Jenkins, Jennifer (2000): *The Phonology of English as an International Language*. Oxford: Oxford University Press.
- Jenkins, Jennifer (2002): Sociolinguistically based, empirically researched pronunciation syllabus for English as an international language. *Applied Linguistics*. 23 (1): 83-103.
- Jenkins, Jennifer, Ed. (2003): *World Englishes: A Resource Book for Students*. London and New York: Routledge.
- Jenkins, Jennifer (2005a): Teaching pronunciation for English as a Lingua Franca: a sociopolitical perspective. *In* Gnutzmann, Claus and Intemann, Frauke, Eds. (2005: 145-158).

- Jenkins, Jennifer (2005b): Implementing an international approach to English pronunciation: the role of teacher attitudes and identity. *TESOL Quarterly* 38 (3): 535-544.
- Jenkins, Jennifer (2005c): Misinterpretation, bias, and resistance to change: the case of the Lingua Franca Core. In Dziubalska-Kolaczyk, Katarzyna e Przedlacka, Joanna, Eds. (2005: 199-210).
- Jenkins, Jennifer (2006a), Current perspectives on teaching World Englishes and English as a Lingua Franca. *TESOL Quarterly*. 40 (1): 157-181.
- Jenkins, Jennifer (2006b): The spread of EIL: a testing time for testers. *ELT Journal* 60 (1): 42-50.
- Jenkins, Jennifer (2006c): Global intelligibility and local diversity: possibility or paradox? In Rubdy, Rani e Saraceni, Eds. (2006: 32- 39).
- Jenkins, Jennifer (2007, no prelo): *English as a Lingua Franca: Attitude and Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- Kachru, Braj, Ed. (1982): *The Other Tongue: English Across Cultures*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press.
- Kachru, Braj (1985): Standards, codification and sociolinguistic realism: the English language in the outer circle. In Quirk, Randolph e Widdowson, H. G., Eds. (1985: 11-30).
- Kachru, Braj (1991): Liberation linguistics and the Quirk concern. In Seidlhofer, Barbara, Ed. (2003: 19-32).
- Kachru, Braj, Ed. (1992): *The Other Tongue: English Across Cultures*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Kachru, Braj e Nelson, Cecil L. (2001): World Englishes. In Burns, Anne e Coffin, Caroline, Eds. (2001: 9-25).
- Kramersch, Claire e Thorne, Steven L. (2002): Foreign language learning as global communicative practice. In Block, David e Cameron, Deborah, Eds.: *Globalization and Language Teaching*. London and New York: Routledge: 83-100.
- Leung, Constant e Jenkins, Jennifer, Eds. (2006): *Reconfiguring Europe: The Contribution of Applied Linguistics*. London: Equinox.
- Mair, Christian, Ed. (2003): *The Politics of English as a World Language: New Horizons in Postcolonial Cultural Studies*. ASNEL Papers 7. Amsterdam: Rodopi.
- Martin, J. R. (1997): Analysing genre: functional parameters. In Christie, F. e J. R. Martin, eds.: *Genre and Institutions: Social Processes in the Workplace and School*. London: Cassell: 3-39.

- Martin, J. R. (2000): Beyond exchange: APPRAISAL systems in English. *In* Hunston, Susan e Thompson, Geoff, Eds. (2000: 142: 175).
- Martin, J. R. (2001): Language, register and genre. *In* Burns, Anne e Coffin, Caroline, Eds. (2001: 149-166).
- Martin, J. R. e Rose, David (2003): *Working With Discourse: Meaning Beyond the Clause*. London and New York: Continuum.
- Martin, J. R. e White, P. R. R. (2005): *The Language of Evaluation – Appraisal in English*. Houndmills and New York: Palgrave.
- Mauranen, Anna (2006a): Signalling and preventing misunderstanding in English as a lingua franca communication. *International Journal of the Sociology of Language*. 177: 123-150.
- Mauranen, Anna (2006b): A Rich Domain of ELF – the ELFA corpus of academic discourse. *Nordic Journal of English Studies*. 5 (2): 145-159.
- Mauranen, Anna e Metsä-Ketelä, Maria (2006): Introduction. *Nordic Journal of English Studies*. 5 (2): 1-8.
- Mazzon, Gabriella (2000): The ideology of the standard and the development of extraterritorial Englishes. *In* Wright, Laura, Ed. (2000: 73-92).
- McArthur, Tom (1998): *The English Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McArthur, Tom (1999): World or International or Global English – and what is it anyway?. Georgetown University Roundtable on Languages and Linguistics.
- McArthur, Tom (2002): *The Oxford Guide to World English*. Oxford: Oxford University Press.
- McArthur, Tom (2004): Is it *world* or *international* or *global* English, and does it matter?. *English Today*, 20 (3): 3-15.
- McEnery, Tony e Kifle, Nazareth Anselom (2002): Epistemic modality in argumentative essays of second-language writers. *In* Flowerdew, John, Ed. (2002: 182-195).
- McKay, Sandra Lee (2002): *Teaching English as an International Language*. Oxford: Oxford University Press.
- McWhorter, John (2001): *The Power of Babel – A Natural History of Language*. New York: Harper Collins.
- Meierkord, Christiane (1998): Lingua Franca English: characteristics of successful non-native/non-native-speaker discourse. *Erfurt Electronic Studies in English (EESE)*. 7. www.uni-erfurt.de/eestudies/eese/artic98/meierk/7_98.html (10 de Novembro de 2005).

- Meierkord, Christiane (2000): Interpreting successful lingua franca interaction - an analysis of non-native-/non-native small talk conversations in English. *Linguistik online*. 5 (1). http://www.linguistik-online.de/1_00/MEIERKOR.HTM (8 de Fevereiro de 2006).
- Miller, K. Spelman e Thompson, Paul, Eds. (2002): *Unity and Diversity in Language Use*. London: Continuum.
- Milroy, James (2000): Historical description and the ideology of the standard language. In Wright, Laura, Ed. (2000: 11-28).
- Milroy, James (2001): Language ideologies and the consequences of standardisation. *Journal of Sociolinguistics*. 5 (4): 530-555.
- Milroy, James e Milroy, Lesley (1999): *Authority in Language: Investigating Standard English*. London: Routledge.
- Mollin, Sandra (2006): English as a Lingua Franca: A New Variety in the New Expanding circle? *Nordic Journal of English Studies*. 5 (2): 41-57.
- Mukherjee, J. e Rohrbach, J-M. (2006): Rethinking applied corpus linguistics from a language-pedagogical perspective: new departures in learner corpus research. In Ketteman, B. e Marko, G., Eds. (2006): *Planning, Gluing and Painting Corpora: Inside the Applied Corpus Linguist's Workshop*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Painter, Clare (2001): Understanding genre and register: implications for language teaching. In Burns, Anne e Coffin, Caroline, Eds. (2001: 167-180).
- Paulston, Christina Bratt e Tucker, G. Richard, Eds. (2003): *Sociolinguistics – The Essential Readings*. Oxford: Blackwell.
- Pennycook, Alastair (1994): *The Cultural Politics of English as an International Language*. London: Longman.
- Phillipson, Robert (1992): *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Phillipson, Robert (2006): English, a cuckoo in the European Higher Education nest of languages. *European Journal of English Studies*. 10 (1): 13-32.
- Pickering, Lucy (2006): Current research on intelligibility in English as a lingua franca. *Annual Review of Applied Linguistics* 26: 219-233.
- Pitzl, M.-L. (2005): Non-understanding in English as a lingua franca: examples from a business context. *Vienna English Working Papers*. 14 (2): 50-71. <http://www.univie.ac.at/Anglistik/Views.htm>. (20 de Janeiro de 2006)
- Pözl, Ulrike (2003): Signalling cultural identity: the use of L1/Ln in ELF. *Vienna English Working Papers*. 12 (2): 3-23.

- http://www.univie.ac.at/Anglistik/ang_new/online_papers/views/03_2/VIEWS122.PDF
(26 de Março de 2007).
- Prcic, Tvrtko (2003): Is English still a foreign language? *The European English Messenger*. XII (2): 35-37.
- Preisler, Bent (1999): Functions and forms of English in a European EFL country. In Bex, Tony e Watts, Richard J., Eds. (1999: 239-267).
- Quirk, Randolph (1985): The English language in a global context. In Quirk, Randolph e Widdowson, H. G., Eds. (1985: 1-6).
- Quirk, Randolph (1990): Language varieties and standard language. In Seidlhofer, Barbara, Ed. (2003: 9-19).
- Quirk, Randolph e Widdowson, H. G., Eds. (1985): *English in the World – Teaching and Learning the Language and Literatures*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ravelli, Louise J. e Ellis, Robert A., Eds. (2004): *Analysing Academic Writing – Contextualized Frameworks*. London and New York: Continuum.
- Rothery, Joan (1996): Making changes: developing an educational Linguistics. In Hasan, R. e G. Williams, Eds. (1996): *Literacy in Society*. London: Longman: 86-123.
- Rubdy, Rani e Saraceni, Eds. (2006): *English in the World – Global Rules, Global Roles*. London and New York: Continuum.
- Sankoff, Gillian (2002): Linguistic outcomes of language contact. In Chambers, J. K., Trudgill, Peter e Schilling-Estes, Eds. (2002: 638-668).
- Seidlhofer, Barbara (2001a): Closing a conceptual gap: the case for a description of English as a lingua franca. *International Journal of Applied Linguistics* 11 (2): 133-158.
- Seidlhofer, Barbara (2001b): Brave new English?. *The European English Messenger*. X (1): 42-48.
- Seidlhofer, Barbara (2002): *Habeas Corpus* and *divide et impera*: ‘Global English’ and applied linguistics. In Miller, K. Spelman e Thompson, Paul Eds. (2002: 198-217).
- Seidlhofer, Barbara, Ed. (2003): *Controversies in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Seidlhofer, Barbara (2004): Research perspectives on teaching English as lingua franca. *Annual Review of Applied Linguistics*. 24: 209-239.
- Seidlhofer, Barbara (2005): Language variation and change: the case of English as a Lingua Franca. In Dziubalska-Kořaczyk, Katarzyna e Przedlacka, Joanna, Eds. (2005: 59-75).
- Seidlhofer, Barbara (2006): English as a lingua franca in the expanding circle: what it isn’t. In Rubdy, Rani e Saraceni, Eds. (2006: 40-50).

- Seidlhofer, Barbara e Jenkins, Jennifer (2003): English as a lingua franca and the politics of property. *In* Mair, Christian, Ed. (2003: 139-154).
- Seidlhofer, B., Breiteneder, A. e Pitzl, M-L (2006): English as a lingua franca in Europe: challenges for applied linguistics'. *Annual Review of Applied Linguistics* 26: 3–34.
- Skutnabb-Kangas, Tove (2000): *Linguistic Genocide in Education, or Worldwide Diversity and Human Rights*. Mahwah, NJ and London: Lawrence Erlbaum.
- Skutnabb-Kangas, Tove (2003): Linguistic diversity and biodiversity: the threat from killer languages. *In* Mair, Christian, Ed. (2003: 31-52).
- Smith, Larry E., Ed. (1981): *English for Cross-Cultural Communication*. London: Macmillan.
- Smith, Larry E. (1992): Spread of English and issues of intelligibility. *In* Kachru, Braj B., Ed. (1992: 75-90).
- Sobkowiak, Włodzimierz (2005): Why not LFC? *In* Dziubalska-Kołaczyk, Katarzyna e Przedlacka, Joanna, Eds. (2005: 131-149).
- Swales, John (1990): *Genre Analysis – English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Szpyra-Kosłowska, Jolanta (2005): Lingua Franca Core, phonetic universals and the Polish context. *In* Dziubalska-Kołaczyk, Katarzyna e Przedlacka, Joanna, Eds. (2005: 151-176).
- Thompson, Geoff e Hunston, Susan (2000): Evaluation: an introduction. *In* Hunston, Susan e Thompson, Geoff, Eds. (2000: 1-27).
- Trudgill, Peter (2002a): *Sociolinguistic Variation and Change*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Trudgill, Peter (2002b): Third-person singular zero: African American Vernacular English, East Anglian Dialects and Spanish persecution in the Low Countries. *In* Trudgill, Peter (2002a: 93-99).
- Trudgill, Peter (2002c): English as an endangered language. *In* Trudgill, Peter (2002a: 150-158).
- Trudgill, Peter (2002d): The sociolinguistics of modern RP. *In* Trudgill, Peter (2002a: 171-180).
- Trudgill, Peter (2005): Native-speaker segmental phonological models and the English Lingua Franca Core. *In* Dziubalska-Kołaczyk, Katarzyna e Przedlacka, Joanna, Eds. (2005: 77-98).
- Trudgill, Peter e Hannah, Jean (2002): *International English – A Guide to the Varieties of Standard English*. London: Arnold.

- Wells, John C. (2005): Goals in Teaching English Pronunciation. *In* Dziubalska-Kořaczyk, Katarzyna e Przedlacka, Joanna, Eds. (2005: 101-110).
- Widdowson, H. G. (1993): The ownership of English. IATEFL Annual Conference Report, Plenaries 1993. *In* Jenkins, Jennifer, Ed. (2003: 162-168).
- Widdowson, H. G. (2003): *Defining Issues in English Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- Wright, Laura, Ed. (2000): *The Development of Standard English 1300-1800 – Theories, Descriptions, Conflicts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Sue (2004): *Language Policy and Language Planning – From Nationalism to Globalisation*. Houndmills and New York: Palgrave Macmillan.